

SESSÕES DO PLENÁRIO

126ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de dezembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados, que requer, nos termos do inciso II, artigo 92, do Regimento Interno, uma convocação de sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o projeto de lei nº 21.620/2015.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve

ausente nas Sessões dos dias 02 e 03/12/2015.

Do Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Inaldo Araújo, informando que foi aprovada em sessão plenária de 24/11/2015, com as manifestações expressas do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Antônio Honorato e do Exmo. Sr. Conselheiro Vice-Presidente Gildásio Penedo Filho, Moção de Pesar, de iniciativa do Exmo. Sr. Conselheiro Marcus Presídio, transformada em Moção Coletiva, em razão do falecimento do ex-Governador Antônio Lomanto Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, questão de ordem.

Deixe que eu faço a questão de ordem lá de cima.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares. Vejam o novo precedente que esta Casa pretende abrir no dia de hoje. Na quinta-feira passada, através de uma convocação oficial do presidente Marcelo Nilo, em Diário Oficial, foi reunida uma comissão conjunta, para tratarmos da PEC 148 e de outros projeto do “pacote de maldade” do Poder Executivo.

Percebam agora a manobra que o governo tenta fazer, deputado Fábio Souto. Só quem tem a prerrogativa para convocar a reunião extraordinária mista é o presidente da Casa, através da Mesa Diretora, em ato no Diário Oficial.

O Presidente da CCJ, deputado Joseildo Ramos, presidiu (a sessão) na quinta-feira, às 18h30min. E ficou claro para a Mesa Diretora e para todo este Parlamento, tanto é que a Mesa Diretora anulou a sessão da quinta-feira. E agora percebam, Srs. Deputados, o que acontece: a reunião que trata da PEC na comissão mista é suspensa, porque ela não pode funcionar em consonância com esse Plenário.

O presidente da CCJ suspende a reunião e convoca uma nova reunião após o encerramento desta. Eu pergunto ao presidente Marcelo Nilo e à Mesa Diretora: se foi V.Ex^a quem convocou, através do Diário Oficial, a reunião da comissão mista para o funcionamento hoje às 11h30min, como pode o presidente da CCJ convocar também uma reunião após o encerramento desta?

É óbvio, Srs. Deputados, que isso fere frontalmente o regimento desta Casa. O governo, na ânsia de aprovar o seu “pacote de maldades”, resolve mais uma vez passar por cima do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. E este Parlamento não pode aceitar uma interferência tão ousada por parte do Poder Executivo. Temos que garantir, deputado Targino Machado, que esse regimento seja respeitado. O presidente da CCJ não tem o poder de convocar uma reunião conjunta. E foi o que fez na manhã dessa terça-feira.

Ao ler o Diário Oficial, Sr. Presidente, e observar que V.Ex^a fez uma

convocação para hoje às 11h30min, está tudo nos conformes. V.Ex^a tem essa prerrogativa. Usando o Diário Oficial, V.Ex^a pode convocar uma reunião conjunta. Agora, o presidente da reunião não tem essa prerrogativa e foi exatamente o que ele fez, deputado Sandro Régis. Ele suspende a reunião e convoca uma nova reunião. Eu disse que ele convocou uma nova reunião e ele não tem essa prerrogativa. O artigo 74 do Regimento Interno desta Casa é claro, tenho certeza que o presidente Marcelo Nilo e a Mesa Diretora irão corrigir esse equívoco. Não podemos permitir, deputado Sandro Régis, que o presidente da CCJ convoque uma reunião após o encerramento desta. Essa é uma prerrogativa da Mesa Diretora por meio do nosso presidente. O que eu estou a observar, Sr^{as} e Srs., é que o governo quer aprovar de qualquer maneira o seu pacote de maldades, passando por cima do Regimento Interno desta Casa, passando por cima dos servidores públicos do Estado da Bahia. Onde está a força do Poder Legislativo neste momento? Eu pergunto a V. Ex^{as}.

A nossa Constituição é claríssima. Os poderes devem conviver em harmonia, mas com independência. Se aceitarmos esse tipo de aprovação nesta Casa, a harmonia por parte de alguns pode até permanecer, mas a independência, não. Se aceitarmos esse tipo de conduta, nós seremos, sim, chamados de um Poder Legislativo subserviente ao Poder Executivo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, já que V. Ex^a questionou o presidente, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que quem comanda as Comissões Conjuntas é o deputado Joseildo. Se V. Ex^a tiver alguma reclamação com relação à reunião, faça o mesmo papel que V. Ex^{as} fizeram ontem. Façam a reclamação que eu decidirei. Agora, eu não vou interferir em qualquer decisão, neste Plenário, com relação às Comissões Conjuntas...

O Sr. Adolfo Viana: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a V. Ex^a a questão de ordem.

Com relação às Comissões Conjuntas, a decisão cabe ao deputado Joseildo Ramos. Se qualquer deputado achar que houve alguma ilegalidade, algum equívoco, coloque no papel, como V. Ex^a fez ontem, que eu deferirei depois de ouvir o jurídico e ouvir a minha consciência.

Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente, inicialmente, eu queria parabenizar V. Ex^a pela conduta que teve no dia de ontem. Ao receber o documento da Minoria, V. Ex^a prontamente acatou a nossa solicitação e suspendeu a sessão que ocorreu de maneira irregular. Hoje, não tenha dúvida de que iremos, através da Liderança da Minoria, entrar novamente com esse requerimento, justamente porque entendemos, e aí eu já faço essa provocação a V. Ex^a, que só a Mesa Diretora, através de V. Ex^a, em ato no Diário Oficial, pode convocar uma reunião conjunta. Sr. Presidente, se eu estiver

enganado, V. Ex^a me corrija. No meu entendimento, só quem pode convocar uma reunião conjunta é a Mesa Diretora através do presidente da Casa, em Diário Oficial. E é justamente o que está acontecendo hoje.

O presidente Joseildo Ramos está convocando uma reunião conjunta. Ele não pode fazer essa convocação. Por esse mesmo motivo, V. Ex^a pode ter a certeza de que faremos o ofício pedindo a anulação desta que vai ser convocada. Não a que procedeu agora pela manhã. Mas a que foi convocada para 15 minutos após o encerramento desta, porque procedeu de maneira irregular. O presidente da CCJ não pode convocar, só quem pode convocar é V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, sem querer entrar no mérito, eu já disse que só vou decidir quando V. Ex^a mandar por escrito, e quem comanda as Comissões Conjuntas é o deputado Joseildo. Mas o presidente, para convocar uma comissão, não precisa ser só através do Diário Oficial, eu posso convocar inclusive sentado aqui, posso também. Eu não vou entrar no mérito, coloque no papel e mande para mim.

Eu estou dizendo apenas, com relação ao presidente, que o presidente pode convocar no Diário Oficial ou pode convocar aqui sentado na cadeira de presidente. Então eu não vou entrar no mérito das Comissões Conjuntas, porque compete ao deputado Joseildo. Se V. Ex^{as} acharem que houve algum equívoco, façam o mesmo papel que fizeram ontem. Botem no papel que eu decidirei fruto da minha consciência jurídica e da minha decisão política.

Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. Targino Machado: - Sr. Presidente, eu solicitei a V. Ex^a uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem de V. Ex^a.

O Sr. Targino Machado: - Sr. Presidente, eu não quero aqui, na minha questão de ordem, discutir qual o interesse subjacente aos absurdos que se quer perpetrar e dar continuidade nesta Casa.

Eu quero dizer a V. Ex^a, que quero discutir com V. Ex^a a luz do Regimento da Casa. Primeiro, quero saber de V. Ex^a em que parte do Regimento se diz que tenho de apresentar uma questão de ordem ao presidente, que só se julga no direito de respondê-la se eu a fizer por escrito. Isso é uma ignomínia. Isso é criação recente de V. Ex^a. A questão de ordem precisa ser formulada, dirigida, ao presidente da sessão, que tem a obrigação de decidir. Inclusive, não pode passar para outro assunto sem antes decidir a questão de ordem.

Mas V. Ex^a agora, não sei por que razão, e não me interessam as razões, está lavando as mãos, dando uma de Pilatos. Eu quero dizer que votei em V. Ex^a e votei para V. Ex^a ser o presidente por inteiro desta Casa. Porque não existe meio ladrão, meia gravidez e não existe meio presidente. E V. Ex^a está querendo se transformar aqui em meio presidente. Levar para casa, de forma professoral, as questões de ordem produzidas neste Plenário, para decidir adiante, quando for do interesse da

Presidência.

O meu mandato e as minhas prerrogativas não podem estar sujeitos às interpretações, às elucubrações do presidente da Casa. As minhas questões de ordem e de todos os deputados têm de ser amparadas, como a decisão de V.Ex^a é amparada, no Regimento. E o Regimento da Casa, no seu artigo 74, presidente, desculpe-me ler para V.Ex^a, porque tenho convicção de que V.Ex^a o conhece, diz o seguinte: “Art. 74 - Por motivo de urgência ou conveniência dos trabalhos, duas ou mais comissões reunir-se-ão em sessão conjunta por convocação do presidente da Assembleia ou da maioria dos seus membros”.

Lá na frente, Sr. Presidente, os artigos 92 e 93 dizem as formas como as convocações precisam ser feitas: precisam sair no Diário Oficial. Quando se diz que “a maioria dos deputados pode convocar”, é para a proteção das minorias. Para a proteção das minorias. Caso – que não é este creio eu – um presidente autoritário não queira fazer a convocação, a maioria dos seus membros pode fazê-lo. Agora, fazê-lo sem erro de forma ou de modo. Fazê-lo através do Diário Oficial.

Sr. Presidente, praxe é praxe. Regimento é Regimento. E quem pode o mais pode o menos. Não quero imaginar que, de agora, em diante a gente vá ter de conviver sob a égide de um regimento de “legislação formal” e “legislação informal”. A lei pode ser ruim. Reforme-se a lei. Agora, a lei é para ser cumprida. E V.Ex^a aqui é o magistrado. A V.Ex^a cabem o dever e a obrigação regimental e constitucional de proteger este Regimento. Acho que está ultrapassado? Acho. Mas esta Casa não quer trabalhar para reformá-lo. Enquanto estiver em vigência, V.Ex^a e os atos desta Casa têm de proceder em consonância com ele. Não imagino como é que o presidente de uma comissão, passando por cima do Plenário ou do Sr. Presidente da Casa, suspende uma sessão. Porque a suspensão não depende dele, a suspensão é feita pelo Regimento, que diz que nada nesta Casa pode conviver com atividade que ocorra e exista neste Plenário.

Então, quero que V.Ex^a, à luz do Regimento, me apresente explicações. Não leve para casa, não, porque não estou pagando salário de professor nem de jurisconsulto a V.Ex^a. A decisão tem de ser dada aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Targino Machado:- Concluo, dizendo que gostaria de que V.Ex^a apresentasse a minha questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Deputado, primeiro, eu gostaria de dizer a V.Ex^a que é preciso se manter o respeito entre as pessoas.

(O deputado Targino Machado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a falou e eu ouvi. V.Ex^a sabe do apreço e da admiração que tenho por V.Ex^a, e se V.Ex^a não tem mais apreço à pessoa Marcelo Nilo, se V.Ex^a...

(Vários deputados falam concomitantemente com o presidente.)

Deputado Adolfo, deputado Euclides, por favor!

(...) Se V.Exª não tem mais apreço, se V.Exª não tem mais respeito ao cidadão Marcelo Nilo, ao deputado Marcelo Nilo, peço que V.Exª trate a Presidência desta Casa no mesmo nível em que eu trato V.Exª. Eu trato V.Exª com o maior apreço, com a maior consideração, com o maior respeito. Então, V.Exª utiliza adjetivos que gostaria de que V.Exª não utilizasse com o presidente de um Poder.

V.Exª tem todo o direito de me criticar. V.Exª tem todo o direito de utilizar da tribuna, e eu tenho obrigação, inclusive, de assegurar a sua palavra. Mas faço um apelo a V.Exª: trate o presidente desta Casa na mesma proporção em que trato V.Exª.

V.Exª utilizou diversos adjetivos, diversas maneiras, que não condizem com nossa relação pessoal. V.Exª sabe da admiração que tenho pelo cidadão e, principalmente, pelo deputado preparado que é o deputado Targino Machado. Eu trato todos de maneira igual aqui. Mas V.Exª, na última sessão, utilizou adjetivos que não condizem com a nossa relação pessoal, política e, principalmente, com o presidente desta Casa.

Eu, por atenção e respeito ao deputado Joseildo, preferiria dar por escrito. Mas já que V.Exªs insistem, gostaria de dizer que o artigo 93 diz que “sempre que for convocada sessão extraordinária o presidente comunicará aos deputados em sessão ou mediante publicação no Diário Oficial”.

Para que não haja dúvida, eu, como presidente, convoco, para 15 minutos após o encerramento desta sessão...

(O deputado Adolfo Viana se manifesta.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Me trate com respeito! V.Exª...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não darei questão de ordem a V.Exª se V.Exª me tratar assim. Eu o estou tratando com o maior respeito. Não me diga que é coisa feia, porque isso ultrapassa os limites do respeito. Estou tratando a todos de forma igual. V.Exª vá ali na tribuna, como deputado Targino Machado está fazendo, e me critique...

(O deputado Adolfo Viana continua a se manifestar.)

(...) Eu sou magistrado. Deputado, V.Exª não tem o direito de discutir com a Presidência. V.Exª tem que manter o respeito na Casa. Eu estou tratando a todos aqui de maneira igual. Estou utilizando o Regimento para exercer a minha função.

Ontem, os deputados da Oposição foram ao meu gabinete e eu deferi, porque V.Exªs tinham razão. Agora, eu, como presidente desta Casa, tenho que adotar as providências para que os projetos tramitem da maneira mais rápida possível.

Então, convoco, conforme o artigo 93, uma sessão extraordinária a realizar-se 15 minutos após o encerramento desta, numa comissão conjunta, para votar os projetos que foram, inclusive, publicados no Diário Oficial.

Estou atendendo a V.Exªs. Então, gostaria de dizer que convoco, para 15 minutos após o encerramento desta sessão, uma sessão extraordinária para que sejam discutidos e votados a emenda constitucional 148/2015 e o projeto nº 21.474/2015,

conforme o artigo 93, que diz que “sempre que for convocada uma sessão extraordinária o presidente comunicará aos deputados em sessão” – estou comunicando – “ou mediante publicação em Diário Oficial”.

Faço isso até para respeitar uma tradição. E a tradição desta Casa é de que o presidente da comissão conjunta suspende a sessão durante a realização da sessão ordinária da Assembleia, para prosseguir posteriormente. Sempre foi feito isso aqui. Mas, tendo em vista que os deputados Targino Machado e Adolfo Viana questionam essa convocação, eu, como presidente da Assembleia, que tenho que dar celeridade aos projetos, convoco essa sessão. E está convocada.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a ele e depois a V.Ex^a.

Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, isso aqui não é casa de prima nem é casa de comadre.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso não é questão de ordem. Indefiro a questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Eu vou fundamentar a minha questão de ordem.

V.Ex^a não é ditador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Não sou ditador. Questão de ordem sobre esse assunto eu não darei. Darei discurso para V.Ex^a .

O Sr. Targino Machado:- Eu vou responder a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Na questão de ordem, não. Isso não é questão de ordem, utilizar tempo para ofender o presidente.

O Sr. Targino Machado:- Ofender o presidente? O senhor está..

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está ofendendo. Corte a palavra do deputado Targino Machado, corta a palavra, corte o som, sobre a questão de ordem eu não darei. Eu darei para V.Ex^a discursar, aí tudo bem, questão de ordem, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos, para discutir no Pequeno Expediente. Aí V.Ex^a pode falar o que quiser, aí V.Ex^a fale o que quiser, pode me ofender, mas numa questão de ordem não. Com a palavra o deputado Targino Machado, por cinco minutos, no Pequeno Expediente, aí V.Ex^a tem o direito de falar o que quiser.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Essa Tribuna que agora uso não é da casa de comadre, de prima, não estou aqui valorando amizade pessoal, porque quem está aqui fazendo a fala e a defesa intransigente das suas ideias não é o cidadão Targino Machado, é o deputado Targino Machado que representa aqui 67 mil 573 eleitores da Bahia que para aqui me trouxeram, e que não vão aceitar que eu me cale diante da truculência e arrogância do presidente, que só tem mudado para pior, mudado para pior.

E tanto é fato que eu aqui estou com um documento, Excelência, e quero dizer a V.Ex^a que não creio, porque lhe conheço, que V.Ex^a tenha participação nisso, não acredito e não quero crer.

Oh, vergonhoso: o funcionário Evandro de Carvalho Filho, segurança desta Casa, que quando eu cheguei aqui acho que já encontrei, há 20 anos, na quarta-feira passada resolveu, à tarde, aderir ao movimento paredista de alguns companheiros da Casa, a convite de alguns companheiros. Isso foi no dia 09. No dia 10 foi aberto um processo administrativo contra ele, relâmpago, e no mesmo dia 10 ele já estava retirado da função, está aqui o documento, Diário Oficial de sexta-feira, dizendo: remover o servidor Evandro de Carvalho Filho, técnico de Nível Médio, Grupo ANM-Classe tal, da Coordenação de Segurança para a Coordenação do Memorial do Legislativo, a partir de 10.12.2015.

Isso é uma vergonha. Esse moço é um moço querido, com certeza muito mais querido nesta Casa do que eu, V.Ex^a e a maioria dos deputados. É um moço valoroso e que tem serviço prestados a esta Casa, Sr. Presidente.

Isso foi feito a pedido e por ordem daquele coronel despreparado, que eu fui testemunha dele batendo em mulher, (palmas), aqui, justo no local que aloja, que hospeda a Tribuna livre desta Assembleia. E eu tive a oportunidade de dizer a ele a pequenez que ele estava se transformando, batendo numa jovem ainda de face pueril, uma adolescente, talvez de 16,17 anos, que nada, nenhuma violência cometeu, a não ser contrariar os interesses dos donos da Casa do Povo.

Esta Casa, Sr. Presidente, não é minha, desta Casa não sou sequer inquilino, esta Casa é do Povo. (Palmas.) Esta Casa não é para açoitar, esta Casa não é para agredir, esta Casa não é para cometer violências com o povo que aqui estava representado pelos funcionários públicos e estudantes da Bahia.

Vamos tomar juízo e tomar vergonha na cara. Isso é um barbárie. Nem no regime militar, Sr. Presidente, nunca vi isso. V.Ex^a estufa o peito, orgulhosamente, e diz que passou 16 anos na Oposição, que foi o deputado que nela ficou mais tempo! Mas V.Ex^a esqueceu que esta Casa, o Parlamento, antes de ser para defender interesses de classes e de partidos políticos aqui dentro, é para defender os interesses das ruas, as vozes roucas da rua!

Afinal de contas, quem trouxe Marcelo Nilo, Targino Machado e todos os outros deputados desta Assembleia foram os eleitores, foi o povo da Bahia! Que foi açoitado, violentado! E agora o senhor vem me pedir para respeitar o presidente da Casa só porque eu disse que conheço meio ladrão! Não conheço meio ladrão, não conheço meia gravidez e não conheço meio presidente. Isso não é ofensa porque, na verdade, do jeito que V.Ex^a está apequenando a sua cadeira, não mais vai ser nem meio presidente quando sair daí. Estará menor do que isso.

(Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, V.Ex^a sabe do respeito e apreço que tenho ao senhor, que já por cinco vezes foi reconduzido a esta cadeira.

Entendo eu, Sr. Presidente - e já afirmei isto neste Plenário algumas vezes - que V.Ex^a, quando assume a Presidência desta Assembleia Legislativa, assume também consigo o papel de magistrado. O argumento que nós usamos aqui contra a convocação irregular feita pelo presidente da CCJ foi acatado por V.Ex^a justamente no momento em que usa a prerrogativa de presidente da Casa. Este, sim, é o único que pode fazer essa convocação e convoca. Mas neste momento, com todo o respeito que lhe tenho, digo que não exerce a função de presidente como magistrado.

Esquece agora que está na Presidência e faz uma defesa do governo nesta Casa Legislativa. A Oposição neste instante não se sente representada pelo senhor, que reconhece no nosso pedido de questão de ordem, através do Art. 74, que nós temos toda a razão no questionamento que estamos fazendo. Porém, na hora em que faz a convocação, não age como presidente do Poder Legislativo, não age como magistrado, não age como sempre agiu neste Parlamento.

Neste momento, V.Ex^a se torna um integrante da Bancada da Maioria na Casa Legislativa da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a também sabe do apreço e admiração que lhe tenho. Inclusive ontem e hoje me elogiou por uma decisão que jamais foi tomada neste Parlamento por um presidente dele, suspendendo uma decisão de Comissões Conjuntas. E este presidente tomou uma decisão política embasado numa decisão jurídica.

Então, novamente, o deputado comete mais um equívoco com o seu presidente. Se o presidente convocou através do Diário Oficial essas Comissões Conjuntas, significa que ele pode e deve convocar também através da sessão ordinária. V.Ex^a mais uma vez utiliza termos para tentar atingir o seu presidente, mas não vai conseguir. E não vai conseguir porque eu tenho uma história aqui nesta Casa de exercer o meu papel respeitando o Regimento.

Para dizer que o presidente da Casa está tomando partido, o senhor deveria mostrar o artigo no Regimento que, por acaso, o presidente tomou como base, favorecendo a ou b. Eu utilizei a minha prerrogativa ontem como presidente não vou dar mais questão de ordem para discutir este assunto. V.Ex^a não pode discutir com o presidente.

Veja bem, ontem usei essa prerrogativa. O deputado falou, e ouvi pacientemente, com o maior respeito. Na segunda-feira tomei esta decisão, publiquei no Diário Oficial, e V.Ex^a não fez nenhuma crítica, fruto de ter uma sessão ordinária e de o deputado Targino Machado dizer corretamente que eu teria de tomar a decisão aqui in loco.

E quero dizer a V.Ex^a, que se o deputado Targino Machado ou V.Ex^a não tivessem me provocado para eu tomar a decisão agora, eu suspenderia a sessão. Tomaria a decisão política e jurídica de suspender. Porque o deputado Joseildo, – eu iria ouvir o áudio – se ele suspendeu, e convocou depois... Se ele suspendeu a sessão, ele poderia. Ele não poderia convocar uma nova sessão. Ele tinha poder para isso, tendo em vista que estava na ordinária. Ele não tem poder para convocar uma conjunta.

Eu iria ouvir o áudio, mas já que o deputado Targino Machado diz que o presidente deveria tomar uma decisão agora, utilizei o Artigo 93 que vou ler para V.Ex^{as}: “Art. 93 - Sempre que for convocada sessão extraordinária, o Presidente comunica-la-á aos Deputados em sessão, ou mediante publicação no Diário do Legislativo.” Agora, “Art. 74 - Por motivo de urgência ou conveniência dos trabalhos, 2 (duas) ou mais Comissões reunir-se-ão em sessão conjunta por convocação do Presidente da Assembleia ou da maioria dos seus membros.” Eu acho que é um motivo de urgência votar a PPA e a PEC.

Encerrado este assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, é por isso que a classe política a cada dia está mais desmoralizada. Os servidores públicos, aqui nesta Casa, se estivessem assistindo a Globo, talvez assistissem a um teatro melhor. Isso aqui é um teatro! No início do ano, o governador Rui Costa foi um dos dois do Nordeste que concedeu o aumento da inflação aos servidores públicos. Só a Bahia e o Ceará. Aqui houve o mesmo teatro de partidos diversos. O PMDB que protege Eduardo Cunha, o PMDB que teve devassadas, hoje, as casas de vários ministros, todos envolvidos em corrupção. O PSDB que protege Eduardo Cunha para tirar a presidenta Dilma, não está interessado nos servidores públicos, não estão preocupados com a situação do Brasil e da sua população. É só teatro, Srs. Servidores.

Tenho a honra de dizer que meus pais são servidores públicos e eu sou servidor público licenciado. Agora o que vocês ouvem aqui é teatro por parte de alguns que faltam com respeito com o presidente Marcelo Nilo. Ele foi eleito e não precisa de defesa, até porque foi o único deputado eleito cinco vezes presidente desta Casa. Se é assim, deve ter algumas qualidades. O que não existe é seriedade, existe é teatro.

Ao mesmo tempo que o governador Rui concedeu, no início do ano, devido às finanças do Estado, o índice inflacionário, aqui foi o maior teatro. Jogaram para a plateia, pensando em ganhar voto, essa é a realidade. E muitos aqui ficam calados.

Do outro lado o Sr. ACM Neto, depois de um teatro completo, concedeu o mesmo reajuste da inflação. Porque ele tem que ter a responsabilidade de conceder o que é possível. No Brasil, 17 governadores não pagam o salário dentro do mês. O Brasil está assistindo um estado como o Rio Grande do Sul atrasar os salários. E não adianta fazer greve porque greve não vai fazer aparecer os recursos.

A área territorial do Estado do Rio de Janeiro corresponde a de três municípios da Bahia. E a Bahia tem, nesse momento, 150 municípios em estado de calamidade. O Rio de Janeiro que tem o dobro do orçamento da Bahia não está pagando os salários. E o governador Rui Costa tenta adequar a máquina para não ser o primeiro governador a não pagar o salário dentro do mês. E aqui vemos esse teatro todos os dias.

Infelizmente, é por isso que não temos o respeito da população que sofre. Ninguém é contra o funcionário público. Vejam, ninguém deu aumento ao funcionário público na Bahia igual ao governador Wagner. Não tenho nada contra, até tenho parentes como agentes de tributos que cito como exemplo, Srs. Deputados, que ganhavam oito mil reais e Wagner passou para quase 20 mil reais. E soube esses dias que eles estavam protestando. Ganham mais que o governador da Bahia. Auditores devolvem dinheiro, defensores públicos ganham mais...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (...) do que o presidente da República e todo mundo acha normal. Então esse país não tem jeito por causa dessa demagogia pura por parte da maioria das categorias políticas...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

(As Galerias se manifestam através de vaias.)

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Podem vaiar. Não tem problema. Anotem o meu nome. E a imprensa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir. (...) e a imprensa pode fazer o que quiser com o deputado Adolfo Menezes, porque uma parte da imprensa.. .

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) uma parte da imprensa não se preocupa com o discurso que os deputados fazem, preocupa-se ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, posso concluir?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (...) preocupa-se com algumas frases. Na semana passada, só um minuto para concluir a minha frase, Sr. Presidente.

Na semana passada, eu estava presidindo a sessão como vice-presidente e uns 10 malandros sentados aí junto de pessoas de bem como vocês... Estou falando no dia, 10 malandros me vaiando sem permitir que os deputados falassem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado, conclua.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Eu na cadeira de presidente faço o quê? Vou concluir, Sr. Presidente.

Aqui tem pessoas, senhores funcionários, que querem criar uma vítima, que querem criar um cadáver...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado, já passou o tempo. Eu não posso.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Presidente Marcelo Nilo, vou concluir. Se V.Ex^a não tivesse me interrompido eu já teria concluído.

Então uma parte da imprensa me coloca como Hitler, como se eu fosse um Hitler. Não, eu prezo a democracia. Respeito, por exemplo, uma democracia como a dos Estados Unidos, porque duvido que dentro do plenário do congresso malandros vão pra lá sem deixar os deputados, na casa deles, que foram eleitos democraticamente, usarem a palavra.

(As galerias se manifestam através de vaias.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

Por favor, faço um apelo as Galerias.

Por favor, estou pedindo as Galerias que não se pronunciem. Eu estou pedindo que vocês não se pronunciem. O deputado tem direito ao discurso. Olha...Não é ditadura não. Eu só quero...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a questão de ordem.

O deputado tem o direito de discursar e V.S^{as} ouvem, agora não dá para ficar vaiando o deputado. Por favor.

Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, inicio a minha questão de ordem e chegarei ao cerne da mesma, mas antes preciso me dirigir a V.Ex^a, porque a questão de ordem me obriga regimentalmente, para discordar do deputado Adolfo Menezes que cometeu um equívoco, hoje, na sua fala. Eu pediria que V.Ex^a mandasse retirar do discurso do deputado Adolfo Menezes um impropério, um equívoco, uma insanidade quando disse que esta Casa era dos deputados. Esta Casa não é minha, desta Casa não só nem inquilino. (Palmas.) Esta Casa é a Casa do Povo. Sr. Presidente, sei que V.Ex^a há de concordar comigo, esta Casa não é asilo dos meus interesses, esta Casa não é para acolher os meus interesses, esta Casa é para acolher e proteger os interesses da Bahia e dos baianos. De forma especial, na época em tela, em foco, os interesses dos funcionários públicos e dos estudantes que foram violentados aqui na última quarta-feira.

Mas digo a V.Ex^a, Sr. Presidente – e aí V.Ex^a pode entender como desrespeito, mas não estou aqui só para elogiá-lo, estou aqui para dizer o que a minha consciência

manda e pede, porque Marcelo Nilo sem o seu estilo, não é Marcelo Nilo, Targino Machado sem o meu estilo, não será Targino Machado. Tenho que me manter fiel aos meus princípios. Por isso assumi aquela tribuna para fazer a questão de ordem e disse a V.Ex^a que não queria discutir o mérito, como estava fazendo o deputado Adolfo Viana. Queria discutir o Regimento, e agradeço até por V.Ex^a ter compreendido e resolvido a questão com amparo nos artigos 92, 93, que li da tribuna. É prerrogativa de V.Ex^a convocar em qualquer tempo. Agora, discordo de V.Ex^a, porque, como digo sempre, o magistrado desta Casa é V.Ex^a, os princípios que hão de nortear a conduta do magistrado, que é V.Ex^a, que cabe julgar os atos de nós todos, são os princípios do equilíbrio, da tranquilidade e da isenção. Se estivesse sentado no lugar de V.Ex^a, por questão de isenção, acharia que não deveria, naquele momento, fazer a convocação como V.Ex^a fez, porque V.Ex^a é magistrado e quem julga não pode ser parte. E V.Ex^a, embora possa até não ter querido se transformar em parte, mas a mulher de César não basta ser séria, precisa parecer séria. E V.Ex^a, no que pese ser sério, deixou um rastro, uma dubiedade para que se estivesse discutindo ad eternum esse assunto.

Mas mudo de assunto para entrar fundamentalmente na questão de ordem. Fiz uma denúncia dali da tribuna sobre a perseguição a um valoroso funcionário desta Casa, um dos mais queridos funcionários desta Casa, um dos mais preparados funcionários desta Casa. Evandro de Carvalho Filho, que é tão lhano, educado, cavalheiro, tão simpático, tão gentil, que, não estava errado, mas quando soube, quando lhe foi comunicado que, a pedido do coronel Yuri, foi aberto um processo administrativo que andou rapidamente nesta Casa, resolvido de um dia para o outro, ele foi procurar V.Ex^a no gabinete para lhe pedir desculpas, embora não tivesse errado. E V.Ex^a não o atendeu. E para ser justo, Sr. Presidente, disse que ele cometeu um ato falho ao ir à presidência...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Para concluir.

O Sr. Targino Machado: - V.Ex^a tomou o meu tempo aí conversando ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Não tomei o tempo de V.Ex^a.

O Sr. Targino Machado:- Não quero requisitar para mim a tolerância que V.Ex^a teve com o seu vice-presidente. Foi um absurdo, V.Ex^a ficou vermelho, rubro, com vergonha do que fez o nobre vice-presidente, há pouco, da tribuna.

Mas eu quero concluir dizendo a V.Ex^a que eu discordei do Evandro; não porque ele fez uma paralisação relâmpago aqui na quarta-feira à tarde, mas, sim, porque ele rasgou a dignidade e o amor-próprio ao procurar o presidente desta Casa para pedir por favor; o que é direito dele.

Eu quero dizer para V.Ex^a ser presidente com todas as letras maiúsculas e corrija esta injustiça, porque nós precisamos respeitar V.Ex^a, pois V.Ex^a é a cara da Assembleia e a cara do Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Targino Machado:- Concluo, Sr. Presidente, pedindo a V.Ex^a, pois tenho a certeza de que V.Ex^a não sabe como aconteceu, mas V.Ex^a, aí, sim, levará o dever para

casa e analisará com calma, isenção e tranquilidade.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Targino Machado, V.Ex^a é tão regimentalista e traz um assunto administrativo onde não é permitido em uma questão de ordem! Este assunto não é questão de ordem. Este assunto é administrativo e é um problema interno da administração da Casa.

Se V.Ex^a tiver alguma discussão, coloque-a em um papel e venha.

Com relação à comissão conjunta, o deputado Joseildo Ramos...

(O Sr. Targino Machado manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a falou e eu ouvi. V.Ex^a, sempre, foi um homem educado. Certo? Eu não vou discutir assunto administrativo desta Casa.

(O Sr. Targino Machado manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor. Se não quiser, ao menos, me ouvir, aí, é questão de educação. Eu tenho certeza de que V.Ex^a é um homem educado.

(O Sr. Targino Machado manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com relação ao deputado Joseildo Ramos, ele tem o poder de suspender a sessão e dizer que a mesma será iniciada 10 minutos ou meia hora após o encerramento da comissão ordinária. Ele não tem o poder de convocar uma comissão conjunta, mas tem, sim, o poder suspender e prosseguir posteriormente.

Tendo em vista o fato de o deputado Adolfo Viana ter feito a questão de ordem, eu disse-lhe que decidiria posteriormente. E eu ouvi o áudio! Se ele apenas suspendeu a sessão, ele tem o poder de suspendê-la e não de convocar outra. Ele pode dizer que: “Eu reiniciarei esta mesma sessão 10 minutos após o encerramento desta.” Ele está em seu poder. Para não pairar em dúvida, o presidente acha que o art. 74 do Regimento Interno está em foco e é um motivo de urgência – quanto às votações da PEC e do PPA –, eu convoquei uma sessão a ser iniciada 15 minutos após o encerramento desta.

Não estou entrando no mérito do deputado Joseildo Ramos. Quis dizer que só decidiria depois de ouvir o áudio e ouvir o deputado Joseildo Ramos. Mas o deputado Targino Machado provocou corretamente que eu teria de fazer a decisão agora. E eu tomei esta decisão.

Se o áudio diz que ele suspendeu a sessão e a mesma recomeçará em 10 minutos após o encerramento da comissão conjunta, ou seja, se estiver na mesma sessão, ele o fez corretamente. O que ele não poderia fazer era: encerrar a sessão e convocar outra.

Para não pairar dúvida, o presidente desta Casa quer atender inclusive aos deputados que querem entrar em recesso; e, em função disso, nós convocamos

conforme o art. 93 do Regimento Interno.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só quero esclarecer aqui a minha questão de ordem feita no início da sessão.

V.Ex^a colocou que eu fui deselegante e desrespeitoso.

Em nenhum momento, eu fui desrespeitoso ou deselegante com V.Ex^a. Muito pelo contrário! Eu me coloquei, aqui, na situação, até, de um eleitor de V.Ex^a. Só que, ao questionar a convocação irregular do deputado Joseildo Ramos, foi, inicialmente, entendido que eu não tinha razão em minha questão de ordem.

Posterior e imediatamente, V.Ex^a, ao admitir a minha razão, já convoca uma sessão após o encerramento desta.

Quando eu fiz a minha questão de ordem, eu não fui desrespeitoso, em momento algum, com V.Ex^a. Só questioneei a imparcialidade de V.Ex^a na Presidência desta Casa. Aliás, antes dessa sessão, por várias, vezes eu cheguei a elogiar V.Ex^a pela postura de magistrado que sempre adotou na Presidência desta Casa Legislativa. No dia de hoje, V.Ex^a, de pronto, fez uma convocação, justamente porque a convocação do deputado Joseildo Ramos estava irregular.

Então, a minha questão de ordem foi só para chamar a atenção de V.Ex^a para o ocorrido.

Mas, em tempo algum, eu faltei com o respeito em relação à Presidência desta Casa Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A consciência de cada um está em seu julgamento próprio. Eu, sempre, tratei todos os deputados, aqui, independente de conotação partidária, com o maior respeito.

Achei que V.Ex^a foi injusto quando eu tomei esta decisão e V.Ex^a disse em alto e bom som e com ironia: “Que coisa feia!” Depois, V.Ex^a começou a dizer que o presidente era parcial. Ontem, eu tomei a decisão de convocar no Diário Oficial. Não vi nenhuma crítica de V.Ex^a dizendo que era imparcial. Tomei a decisão de convocar através do Diário Oficial. Tenho, também, a prerrogativa de fazer a convocação durante a sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, isso está compreendido. O senhor está cheio de razão. Vamos dar continuidade à presente sessão ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estamos continuando. Mas quero deixar claro este assunto, a fim de encerrar esta dúvida.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

Último orador sobre este assunto, por favor.

O Sr. Targino Machado:- Mas V.Ex^a não sabe nem qual é o assunto!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é o mesmo não? Então, tudo bem.

O Sr. Targino Machado:- Eu quero ser, absolutamente, regimental quando solicito uma questão de ordem. Cito, aqui, o art. 95 do Regimento Interno que trata da suspensão e do levantamento das sessões.

Porém, faço um adendo. Eu não estava presente à reunião da sessão das comissões conjuntas. Não sei como o deputado Joseildo procedeu. Não ouvi o áudio. Mas, quanto ao capítulo dos trabalhos das comissões, o Regimento Interno desta Casa, Sr. Presidente, é omissivo ao tratar da suspensão dos trabalhos nas comissões.

Mas, por analogia, em socorro aos meus colegas e em socorro às dúvidas suscitadas, Sr. Presidente, eu cito, aqui, um artigo do Regimento Interno.

(Lê) “Capítulo II

Da Suspensão e do Levantamento das Sessões

ART. 95 – A sessão poderá ser suspensa:

I – por conveniência da ordem;

II – para comemorações e para recepção a personalidade ilustre.”

Bem, quanto ao item a sessão poderá ser suspensa por conveniência da ordem, ou seja, se houver algum tumulto, como foi suspensa por V.Ex^a, de forma unilateral, ao suspender os trabalhos da sessão durante a semana passada com base neste inciso I.

E o inciso II trata para comemorações e para recepção a personalidade ilustre.

Não há previsão no Regimento desta Casa! Ou rasga-se este Regimento ou muda-se o mesmo!

Pessoalmente, acho que o Regimento Interno não precisa ser rasgado. É melhor este Regimento velho e mofado do que a gente ficar sem um norte, aqui, parecendo uma biruta de aeroporto.

Então, que a gente siga este Regimento!

Mas há aqueles, como os deputados Paulo Rangel e Joseildo Ramos, que tanto criticam este regimento!

Por isso, eu lanço um repto a V.Ex^a que preside esta Casa!

Vamos mudar o Regimento Interno de nossa Casa com o amparo em um sentimento de que o regimento, que a gente vier a construir, seja um documento de proteção desta Casa e, de forma especial, de proteção das minorias, porque a maioria, aqui, seja ela qual for, esteja eu onde estiver, a maioria será protegida pelo voto neste Plenário. Agora, os interesses da minoria hão de estar consignados em qualquer regimento como está no atual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como adentrou-se muito ao horário do Grande Expediente, deputados Pablo e Luiza, eu posso abrir a palavra para V.Ex^{as}.

Porém, o deputado Pablo cede. Peço ao deputado Pablo, porque tomei uma decisão política de colocar o deputado Adolfo. Peço, também, à deputada Maria Luiza ceder.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador no Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarão as deputadas Fabíola e Luiza.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, como não faço parte das três comissões que fizeram a reunião conjunta agora de manhã, estou fora desta polêmica mas atenta e observando todas as manobras que estão acontecendo.

Mas quero, neste momento, fazer questão de registrar e ler a denúncia do Ministério Público de Camaçari e recebida pela Justiça Criminal, também de Camaçari, sobre o que está acontecendo em nosso município, até para ficar registrado nos Anais desta Casa.

Quero pedir, Sr. Presidente, que V.Ex^a...

(Vários Srs. Deputados manifestam-se ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, silêncio, por favor!

(A Presidência toca os tímpanos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A deputada Luiza Maia está com a palavra.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sei que há muita gente que não quer ouvir o que tenho a dizer aqui! Mas faço questão de ler para deixar registrado nos Anais desta Casa, até porque estamos sendo acusados de participar de uma situação que está acontecendo hoje em Camaçari. O deputado Bira Corôa, também, já falou, aqui desta tribuna, sobre o mesmo assunto. Faço questão de ler a denúncia do Ministério Público que foi recebida pela Justiça Criminal de Camaçari, mais precisamente pela 2^a Vara Criminal do nosso município.

Peço às nossas taquígrafas registrar, aí, nos Anais desta Casa.

(Lê) “O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, nesta comarca, pelo seu Promotor de Justiça, vem com base nos inclusos autos de inquérito policial, amparado nos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 129, inciso I, e do Código de Processo Penal, art. 24, 41 e 46, DEFLAGRAR AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA, denunciando-se Antônio Elinaldo Araújo da Silva, Cristiano Araújo da Silva, seu irmão; Ivan Pedro Moreira de Souza, seu cunhado; Pedro de Souza Filho, seu sogro;

Ivana Paula Moreira de Souza da Silva, sua esposa e Hélio Leitão dos Santos, seu amigo.

(Lê:) “Pelos fatos aduzidos.

A presente investigação criminal a partir de dados do Serviço de Inteligência da Secretária de Segurança Pública da Bahia que recebera notícia da prática comercial ilícita do jogo do bicho, realizada por Organização Criminosa localizada na cidade de Camaçari-BA.

Os fatos confirmados pelos agentes da Delegacia de Repressão a Lavagem de dinheiro-DRACO, conforme o relatório de inteligência da SSP-BA, de número 9.370, inserido no volume principal da presente investigação criminal.

Utilizou-se, dentre outras técnicas de investigação, as quebras dos sigilos fiscais e bancários, interceptação telefônicas, a realização de buscas e apreensões, inspeções in loco por policiais disfarçados, além de depoimentos de testemunhas.

A notícia inicial; referente aos fatos ora apurados, consiste na indicação do atual Vereador ANTÔNIO ELINALDO ARAÚJO DA SILVA, primeiro denunciado, como líder da referida Organização Criminosa.

Essa “chefia” é constatada por vários aspectos. Temos a construção histórica da Organização Criminosa demonstrando o surgimento de um líder comunitário, de uma pessoa que começa a despontar na sociedade local. Em seguida, torna-se vereador e ganha notoriedade na cidade. Durante este período também se torna de conhecimento da população as propriedades dos Boxes da Feira Municipal e sua prática ilegal do “jogo do Bicho”.

Por proteção à sua carreira política ANTÔNIO ELINALDO coloca seus familiares no gerenciamento da atividade criminosa, como irmão, sogro, irmã, esposa e amigos mais próximos como “laranjas”, retendo, porém, o verdadeiro comando das atividades. Permanece fisicamente afastado para dar a falsa impressão do não envolvimento nas infrações penais.

Nesse diapasão, temos ainda, como forma de mero exemplo, a propriedade dos Boxes de números, 294, 295 e 296 do Centro Comercial de Camaçari-BA, locais utilizados para atividade do “Jogo do Bicho”, os quais pertencem ao ANTÔNIO ELINALDO ARAÚJO DA SILVA.

DA BUSCA E APREENSÃO E O MATERIAL COLETADO

Durante a investigação, verificou-se relevante fluxo de entrada e saída dos denunciados em um imóvel. Esse local consistia como possível depósito de materiais da atividade ilícita exercida.

Com a busca e apreensão no interior da casa situada no endereço da Rua Francisco Drumond, nº 441, ou 62, esquina da Rua 08 de Dezembro, Camaçari-BA, foram encontradas as agendas com a movimentação do JOGO DO BICHO, da Banca “O PINTA”, noticiando as apostas, os pagamentos e diversos nomes de pessoas que participavam da atividade criminosa. Todo o material coletado foi analisado nos volumes.”

Como acabou o meu tempo, presidente, quero registrar que esta denúncia está assinada por 6 promotores de Justiça: Adalto Araújo da Silva, Carla Barreto, Everaldo José, Bruno Sanfront, José Ricardo de Andrade e Virgínia. Todos promotores de Justiça do Estado da Bahia.

Vou pedir às nossas taquígrafas que deem como lidos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Boa-tarde, Sr. Presidente, quero saudar a todos os deputados, os presentes às galerias que nos honram, os servidores, e quero dizer que estamos sempre abertos para o diálogo, que esta bancada de deputados está envidando esforços para fazer as regras de transições e melhorias nos dois projetos.

Venho aqui, hoje, deputado Euclides Fernandes, para falar da comissão especial que esteve ontem em Belo Horizonte, visitando o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O presidente Marcelo Nilo designou a comissão formada pelos deputados Paulo Rangel, Sidelvan Nóbrega, Nélon Leal, Marquinho Viana, eu, Ivana Bastos. Estou esquecendo alguém, foram nove deputados ontem. E ao visitar o Tribunal de contas daquele estado, constatamos o grau de evolução daquela casa em relação à situação na Bahia, no que diz respeito às pontes de diálogo entre a parte do município.

Minas Gerais tem um único Tribunal, deputado Hildécio Meireles, que tem 80 anos, e nunca houve um Tribunal Municipal, mas tem uma valorização grande, deputado Adolfo, da informática na captação de documentos, da captação dos gestores, do acompanhamento mensal de todas as informações, da possibilidade de fazer uma escola lá dentro.

Em Minas Gerais, presidente Marcelo Nilo, de 1.087 contas, apenas 188 foram reprovadas, porque há o entendimento, uma compreensão da missão do Tribunal, que é analisar as políticas públicas, analisar política. Temos que capacitar para a gestão, temos que dar os alertas aos municípios e não fazer uma punição de prefeitos.

Temos um percentual elevado de contas rejeitadas, 35%, na Bahia. A situação no País, devido à crise, é idêntica, com a redução da arrecadação, a redução das transferências federais. Obviamente coloca os municípios numa situação extremamente perigosa para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que propôs o Tribunal de Contas do Estado à comissão – lógico que faremos outras visitas – é que possamos fazer esse convênio entre as Casas, é que possamos conversar com os conselheiros, fazer seminários. Existe, deputado Euclides, jurisprudência de diálogos, de conferências, em que preparamos gestores.

Vejo que os prefeitos têm uma dificuldade enorme, à luz da crise, quando diminui a participação, de ter as suas contas ajustadas. Estamos defendendo, obviamente, que o gestor siga, efetivamente, a Lei de Responsabilidade Fiscal,

deputado Herzem, deputado Zé Raimundo, mas temos que avaliar e flexibilizar a análise dessas contas a partir de uma capacitação. Acho que a iniciativa de visitar uma Casa, deputado Adolfo, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, que tem uma estrutura gigantesca de acompanhamento em tempo real das obras, das licitações, faz georeferenciamento, identifica obras que estão paradas – e por quê –, faz convênios com várias instituições, por exemplo, com a Junta Comercial, para identificar as empresas, tem uma gama de funcionários, vê e analisa tudo aquilo, todas aquelas prefeituras, com 7 conselheiros, isso nos deixou extremamente surpresos. De modo que quero agradecer a oportunidade de ter aprendido um pouco sobre a estrutura do TCE de Minas Gerais. Quero agradecer ao presidente Sebastião Helvécio. Agradecer e entender que temos aqui Dr. Inaldo da Paixão, do TCE, Dr. Francisco Neto, que, junto com as experiências de outros tribunais... Sabemos que só há 4 estados em que há separação entre TCE e TCM. Além da Bahia, nós temos Ceará, Pará e Goiás. Para defender, como municipalista que sou, sempre defendendo as prefeituras, a gestão qualificada, temos que tirar um pouco esse caráter punitivo e tentar fazer pontes de diálogo, pontes para qualificar a gestão, pontes para identificar cada situação ponto a ponto, para podermos, deputado Euclides, ter uma análise política, porque o que queremos é acompanhar. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar, que acompanha a Assembleia Legislativa, as prefeituras e órgãos na gestão das políticas públicas.

Quero agradecer, obviamente, a comissão esteve lá...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- (...) Já concluindo, Sr. Presidente.

(...) Esperamos uma oportunidade de dialogar e fazer um seminário, aqui, com a presença das experiências de outros tribunais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Oposição ou o Líder do PSDB-PRB-PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Targino Machado falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, senhores presentes às Galerias, Srs. Funcionários desta Casa, há 20 anos estou nesta Assembleia Legislativa. Aqui, Sr. Presidente, já escutei várias definições para esta Casa, ditas por inúmeros deputados, de vários matizes políticos. Alguns, hoje, na condição de ex-deputados, e outros deputados ainda usando esta tribuna, como o deputado Adolfo Menezes, que há pouco disse uma das definições dadas para esta Casa: “Esta Casa é dos deputados”. Dizem uns. E outros dizem: “Esta Casa existe por conta dos deputados”.

Eu quero dizer: esta Casa, apesar de absolutamente generosa com os Srs. Deputados, não pertence a nenhum dos senhores. Embora a mim pareça que alguns, em decorrência da longa permanência no exercício do mandato e de cargos, exercitam o imaginário e se julgam aqui proprietários. Esta Casa não existe por causa dos deputados, é justamente o contrário, é fruto da democracia, em que o poder é exercido pelo povo através do sufrágio universal.

Pois é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desta Casa, como disse há pouco, sequer sou inquilino. A nossa permanência depende do povo. Não podemos inverter essa equação querendo calar as vozes dos verdadeiros donos deste Poder Legislativo.

Por que calar a voz do povo? Por que ameaçar e calar a voz das galerias? Por que? Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por favor compreendam que os gritos do povo ocorrem quando esta Casa se avilta nas suas prerrogativas, deixa de cumprir o seu papel, se apequena, se avilta nas suas obrigações, se vende. Vende o que não pode ser alienado, aliena o que não lhe pertence, porque os nossos mandatos não nos pertencem. O que aqui mais vemos é a venda, sem disfarce, dos mandatos que foram dados pelo povo. Se vendendo, se distanciam dos princípios que devem nortear o parlamento.

Sr. Presidente, gostaria de ser ouvido pelo senhor.

Os ditadores desprezam os clamores populares. Não somos ditadores, somos empregados de luxo da democracia, aqui colocados pelos eleitores para representá-los, agindo em sintonia fina com eles. Assisti esta Casa, que precisaria parecer um abrigo para acolher, dar amparo e asilo aos sentimentos das ruas, se transformar numa praça de guerra, que foi urdida para demonstrar a sua submissão, o seu jugo, como se o Parlamento tivesse de se submeter ao Executivo, como se fôssemos nós parelha de bois.

A ignomínia, repito, a ignomínia! Ao invés de defendermos os interesses dos nossos patrões, ao invés de defendermos os interesses dos nossos benfeitores, o povo, alguns arautos mais reais do que o rei, alguns arautos da desfaçatez viraram as costas a ele, ao povo, aqui representado na quarta-feira, dia 9/12, pelos funcionários públicos e jovens estudantes, recepcionando-os como se bandidos fossem, com pancadaria promovida pela Mesa Diretora desta Casa. O povo foi recebido com violência, como se bandido fosse, e essa violência foi promovida, Sr. Presidente, pela Mesa Diretora desta Casa que V.Ex^a preside. Foi assim, ao invés de merecido acolhimento, açoite, violência. Foi assim, deputado Luciano Ribeiro, ao invés de asilo político, encontraram abandono e violência.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a democracia pressupõe proteção aos direitos fundamentais dos cidadãos, a exemplo das liberdades de manifestação, expressão e defesa de direitos.

Lamentável! Chamo a atenção dos senhores, uma casa do povo manter o aleitamento de um elemento violento nas volumosas tetas do parlamento estadual, para agredir jovens que só pretendiam exercer a democracia através de um protesto inocente, pueril, sem nenhuma violência.

Quem agride mulher, o faz porque de mulher não gosta ou o faz por covardia, por razões atávicas que traz na genética dos seus descendentes ou pelo hábito de fazê-lo no seu cotidiano, espancando a mulher, espancando a filha em casa, as mulheres da sua família.

A democracia, Sr. Presidente, sofreu um ataque, nesta Casa, perpetrado por quem tem obrigação de protegê-la, ao convocarem a Polícia Militar para uma invasão ao Parlamento sem precedentes nem mesmo no regime militar. Esse foi o maior ataque que a democracia sofreu, e foi justamente emanado desta Casa. Com efeito, as atrocidades cometidas o foram sob o comando do despreparado e arrogante coronel Yuri, chefe da Casa Militar deste Poder, de onde já deveria ter sido afastado, exonerado por V.Ex^a, pela Mesa Diretora. (Palmas.)

Sr. Presidente, requisito, neste momento, a fé de ofício para dizer a V.Ex^a, presidente da Mesa Diretora, que sou testemunha ocular da agressão desse covarde coronel a uma jovem estudante que terminou machucada justo no local reservado à imprensa livre da Bahia. Pense num absurdo, na Bahia tem precedente, já dizia o pensador, o governador Octávio Mangabeira.

Sempre há tempo, Sr. Presidente, para reconhecer o erro e pedir perdão! Clamo aos membros da Mesa Diretora desta Casa que exonerem esse “bezerro mamador”, o coronel Yuri. (Palmas.) Façam justiça ao povo, peçam perdão pelo que aconteceu aqui na quarta-feira passada. Tenho certeza de que o povo há de ser generoso com os membros dessa Mesa Diretora.

Quero agora me dirigir aos senhores que me assistem, especialmente aos que me assistem através da *TV Assembleia*: sei que alguns deputados me acham e me acusam de polêmico, outros a mim atribuem surtos de loucura ou loucura continuada – não sei –, mas a minha loucura não fede, a minha loucura não mente, a minha loucura não comete ingratidões, notadamente ingratidões com o povo, a minha loucura não me permite o leilão dos princípios. Bendita a minha loucura que me separa do lodo, que me separa da lama, que me separa dos vermes! Bendita loucura que não me mistura, bendita loucura que antes me separa.

Oh, Deus! Oh, meu Deus, obrigado por essa loucura que me permite sentir o mal cheiro que exala da política e que, por vezes, se espraia, como aconteceu, semana passada, por esse Parlamento.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Prefiro, para concluir, Sr. Presidente, a loucura, prefiro a insanidade. (Palmas) Prefiro a loucura dos incautos, a loucura dos inocentes...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- (...) à sanidade mental, Sr. Presidente, daqueles que se escondem no breu das tocas deste Poder e com direito a fazer qualquer coisa escondido do povo, inclusive dar as costas ao povo. Oh, Pai! Oh, meu Deus, onde está o Senhor? Oh, meu Deus...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado. Por favor!

O Sr. TARGINO MACHADO:- (...) faz um milagre nesta política, faz um milagre nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falará o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 6 minutos e o deputado Adolfo Viana por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra meu querido amigo, deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falará o deputado Herzem Gusmão no lugar do deputado Pablo Barrozo, Sr. Presidente. E depois o deputado Adolfo Viana se possível.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu defiro.

Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, colegas de imprensa, funcionários desta Casa, plateia das galerias, hoje pela manhã, na sessão conjunta surgiu uma oportunidade para falar do que a Bahia não tem, em relação à transparência do governo do Estado.

Quero aproveitar, antes de mostrar o ranking da transparência, para apresentar um levantamento do Ministério Público Federal, uma visão nacional. No mês de abril, fiz uma solicitação à Comissão de Orçamento e Fiscalização, que tem como presidente o colega deputado Alex Lima, de um documento que até hoje não foi entregue. Nós aprovamos um requerimento sobre a substituição, por parte do governo do Estado, sem debate, sem discussão, sem divulgação, de uma autarquia, a Infraero, que operava no aeroporto de Vitória da Conquista há 30 anos.

O aeroporto de Vitória da Conquista é histórico, já disse aqui. Operava voos, em 1950, com duas empresas, Real e Nacional, com destino ao Rio de Janeiro e São Paulo, usando aqueles aviões Douglas bimotor, que atenderam a ponte aérea Rio-São Paulo durante muitos anos. O que fez o governo? Retirou a autarquia, uma empresa ligada à Secretaria de Aviação Civil (SAC), a Infraero, com 30 anos operando e colocou a Reyco. Entrei com uma solicitação de um documento para saber o que motivou o governo. Por que rompeu o contrato com uma estatal ligada ao governo federal? Mas, até hoje, não temos respostas.

Veja como o governo tem tratado o Detran! Uma verdadeira caixa-preta. As solicitações são encaminhadas, mas os deputados ficam sem as informações. Não

temos as senhas. Em que pese saber, é papel do Parlamento e de cada deputado fiscalizar as ações do Poder Executivo, elaborar os projetos, mas não temos essas informações.

Hoje pela manhã, de maneira equivocada o governo tem uma matéria no jornal *A Tarde*, onde a CGU premia a Bahia em transparência. Que transparência? Se não sabemos nada! Que transparência, deputado Carlos Geilson? Se nem os deputados do governo conhecem as contas do Estado, apenas números são fornecidos.

O governo trata esta Casa como se fosse uma secretaria avançada, onde ele nomeia um presidente de partido ou um aliado político para tomar conta. Mas temos, aqui, no ranking da transparência, na visão nacional do Ministério Público Federal, a Bahia está na rabeira, a Bahia tem uma nota vergonhosa em um critério de avaliação com notas de 0 a 10. Nós temos o Espírito Santo em primeiro lugar com nota 10; Santa Catarina em segundo com nota 9,8; Mato Grosso em terceiro lugar com nota 9,5; em quarto lugar Rio Grande do Sul com nota 9,0; em 5º a Paraíba com nota 8,3; a Bahia está em 24º lugar, com a vergonhosa nota 5,0. Então, nós não temos transparência no governo do Estado, esta que é a grande verdade. O governo não trata esta Casa como deveria tratar, nem aos aliados.

Lembro-me que o governo mandou este ano uma solicitação para contrair um empréstimo na ordem de 400 milhões de dólares. Na época, o dólar estava cotado a R\$ 4,00, um bilhão e seiscientos milhões. E esta Casa aprovou com os votos dos deputados de Situação, sem questionamento. Mandaram para cá um pacote fechado, sem explicar. Então, este governo não tem transparência, pode ter na visão da propaganda da CGU, mas, na prática, nós temos verdadeiramente um governo fechado para informações até para o Parlamento, até para os deputados que têm o poder de exercer os seus mandatos, fiscalizando as ações do Poder Executivo.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; galeria que acompanha atentamente esta sessão; telespectadores que nos acompanham através da *TV Assembleia*; deputado Carlos Geilson, vejam o que acontece nestes últimos 5 dias de trabalho nesta Assembleia Legislativa. A mesma coisa, senhoras e senhores, que aconteceu e que acontece em todas as votações do interesse do Poder Executivo. V. Ex^{as}. estão tendo a oportunidade de acompanhar os trabalhos nesta Assembleia Legislativa. Posso assegurar a cada um dos senhores aqui presentes que todos os projetos encaminhados pelo Poder Executivo para a apreciação desta Assembleia Legislativa, acontecem mais ou menos da maneira que aí está: 42 deputados da Base do governo contra 21 deputados da Oposição.

Muitos projetos são apreciados nesta Casa sem os deputados do governo

saberem sequer no que estão votando. Esta PEC, por exemplo, que junto com o PL irá modificar a vida dos servidores do Estado da Bahia. Eu posso afirmar a V. S^{as} e a V. Ex^{as}, que existem muitos parlamentares que desconhecem as mudanças que irão acontecer na vida dos servidores do Estado da Bahia.

O governo, mais uma vez, traz um rolo compressor para esta Assembleia Legislativa, já foi reconhecido pelo presidente da Assembleia, juntamente com a Mesa Diretora, a primeira irregularidade na reunião conjunta na sessão da quinta-feira. Hoje, aqui, estamos mais uma vez fazendo uma provocação à Mesa Diretora e ao presidente Marcelo Nilo, que compreendeu a nossa questão de ordem, deputado Carlos Geilson, e foi injusto comigo quando disse que eu estava discutindo com a presidência ou sendo indelicado com o presidente da Casa.

Não, o deputado Adolfo Viana, em momento algum foi indelicado com o presidente da Assembleia Legislativa, mas no meu entendimento a convocação feita para 15 minutos após o encerramento desta, deputada Maria del Carmem, é uma forma atropelada que esta Bancada governista pretende para aprovar a PEC e, consequentemente o PL que modifica e retira direitos dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Quando chamo a atenção do presidente da Assembleia Legislativa, não é para agredir o deputado Marcelo Nilo. Muito pelo contrário! É para expor o meu ponto de vista e, nele, as manobras que estão sendo feitas para que esse processo se dê maneira rápida. Elas não elevam este Parlamento. Muito ao contrário, demonstram que ele, por ser composto duma maioria absoluta de governistas, está a serviço do Poder Executivo, em detrimento do seu próprio Regimento Interno e dos direitos conquistados pelos servidores públicos estaduais.

Estes já perceberam que a intenção da ampla Maioria é colocar esse projeto em votação da forma mais rápida possível. Infelizmente, mais cedo ou mais tarde, sem subirem a esta tribuna para dizer os motivos pelos quais acham que esse é um processo bom para o Estado e os servidores. Inclusive eles pretendem hoje, após esta sessão, dar um passo decisivo para conseguirem o início desse processo, que com certeza, deputado-presidente dos trabalhos, vai fazer com que os funcionários públicos estaduais não tenham mais a vontade de permanecer nos cargos que ora ocupam. E aqueles que pretendem chegar a ser servidores, estes sim, serão subservidores, porque o governo rasga a nossa Constituição e esquece da isonomia! Irão, sim, desempenhar as mesmas funções, mas terão direitos completamente diferentes!

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que este governo cria o subservidor do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do PSD para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará o deputado Alan Sanches por 6 minutos. E o deputado Carlos Geilson, por cinco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 6 minutos falará o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Boa-tarde a todos os presentes, deputados e deputadas, presidente Adolfo Menezes. Hoje esperava ter até uma mobilização maior dos servidores, já que está sendo avaliada e discutida a PEC justamente deles.

O governo mais uma vez, de alguma forma, Sr. Presidente, faz um planejamento equivocado quando traz erroneamente, sem discutir com o funcionalismo, uma alteração completa no Estatuto do Servidor Público.

Quero chamar atenção porque muitas pessoas acham que os servidores públicos têm ganhos demais. Mas, quando se fala aqui em licença-prêmio, queria fazer uma continha com o presidente Adolfo Menezes e uma comparação com a iniciativa privada. Na iniciativa privada você recolhe o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O servidor público não recolhe o FGTS.

O FGTS é recolhido em torno de 8%, Sr. Presidente, sobre o salário. Juntando os 12 meses, dá 96%. E para que façamos uma conta mais redonda teríamos aí, vamos colocar 100%. Então, seria um salário do funcionário da iniciativa privada por ano. Trinta e cinco anos seriam 35 salários.

Já o servidor público, que não tem o FGTS, tem a licença-prêmio. A cada 5 anos ele tem 3 meses. Se fizermos mais uma vez uma conta de 35 anos divididos por 5, pois a cada 5 anos é que ele vai ter uma nova licença-prêmio, o servidor teria direito a 7 licenças-prêmios, sendo que cada uma são 3 meses. Então, seriam 21 meses de salário ou de descanso ou de remuneração, de alguma forma, contra os 35 anos da iniciativa privada.

Portanto, quando se fala em licença-prêmio e se diz que é um ganho exorbitante para o servidor, na realidade não é. É preciso lembrar das perdas que têm os servidores se se fizer a comparação com a iniciativa privada. Aí, eles só vão ter prejuízo.

Uma outra coisa que temos de lembrar neste projeto do governador Rui, do PT, é justamente que algumas instituições do Estado compram os 10 dias de férias que

dariam 1/3 do salário. E muitas delas também, em vez de pagar esse 1/3, um benefício ao servidor, tentando de alguma forma equiparar com a iniciativa privada, dão um inteiro de férias. Algumas são assim.

O governo do Estado, dizendo neste momento que é a crise, faz uma mudança completamente esdrúxula, pois nunca na vida nenhum servidor - eu duvido, Sr. Presidente Adolfo Menezes - iria pensar que um sindicalista que lutava pela classe trabalhadora iria fazer isso com os servidores públicos! Estes historicamente sempre votaram com o PT e o Pcdob. Mas na hora em que têm um governador que poderia ampliar os ganhos deles, as suas gratificações, S.Ex^a simplesmente ceifa, ceifatoda elas, todos eles!

Seguindo nessa linha, dizia Ulysses Guimarães - e é uma verdade que todos nós sabemos - que o político, o governador não resiste a mobilização de classe, não resiste à mobilização popular. Nós oposicionistas aqui fizemos alguns pronunciamentos chamando vocês para que se mobilizem. Vocês são testemunhas do trabalho que nós estamos dando à Bancada do governo quando conseguimos arrastar, e arrastar, e arrastar esta PEC, que já era pra ter sido votada na semana passada. Conseguimos com o trabalho brilhante da Oposição embargar. E começou mais uma vez uma nova avaliação, uma nova reunião das Comissões Conjuntas, mas é necessária a mobilização dos servidores.

Hoje não tem porquê... Todos os servidores estão sabendo que ainda está no processo bem inicial, que é o da votação da PEC. Mas os governistas querem realmente com este tempo esfriar os ânimos dos servidores para que se desmobilizem ainda mais. Agora digo eu que a categoria do funcionalismo público precisa, sim, há uma necessidade premente de que vocês se mobilizem. Somente assim poderemos barrar este pacote de maldades do governador Rui Costa. S.Ex^a se esquece de que um dia defendeu esta classe e também que ela por diversas vezes o carregou, o lançou e inclusive o apoiou nesse projeto agora da sua eleição ao governo da Bahia.

Então, findo as minhas palavras e conclamo mais uma vez que os servidores compareçam e se mobilizem, porque só assim vamos conseguir acabar com este projeto do pacote de maldades do governador Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, eu vou formular um pedido de verificação de quórum. Antes, porém, dentro do tempo da questão de ordem que me foi concedida, quero fazer um comentário sobre a PEC 148. E com a minha tese vou ser insistente como a água mole tem sido em pedra dura: tanto bate até que fura.

Creio que o bom senso, Sr. Presidente, orienta que o Líder do governo retire a PEC de tramitação, haja vista que ela tem criado vários transtornos simplesmente pelo

fato de ter chegado aqui de forma atropelada. Primeiro, como já foi dito várias vezes, chegou na frente dela um projeto de lei que tinha como objetivo regulamentar uma PEC que não teria sido apreciada, como não foi. Segundo, chegou com várias falhas, vícios e erros cometidos no decorrer desse processo não só no âmbito das Comissões, mas também no próprio Plenário da Casa.

Portanto, quero insistir com o Líder da Maioria, o próprio Executivo e a Bancada da Situação para que orientem e solicitem do governo do Estado que retire esta PEC da pauta para que seja melhor discutida e debatida, de modo a não criar tanto transtorno quanto tem criado.

Vejam que a vigência da PEC é imediata, mas seus efeitos se darão a médio prazo. Um mês ou dois a mais ou a menos pouca diferença farão. Porém fará muita diferença, sim, se ela for votada de maneira atropelada, como tem sido feito até o presente momento, Sr. Presidente.

Então, solicito que a Liderança do governo retire de tramitação esta PEC 148.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputados Hildécio e Paulo Rangel, gostaria de contar com a compreensão de V.Ex^{as}, pois já havia anunciado o tempo do deputado Carlos Geílson. Em seguida, darei a questão de ordem. Pode ser?

O Sr. Hildécio Meireles:- Sim, mas usei o tempo da questão de ordem. Sendo assim, o dele está preservado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Quando ele acabar de falar, darei seguimento à questão de ordem para a convocação. Pode ser?

O Sr. Hildécio Meireles:- Pode ser.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, depois gostaria de ter os cinco minutos para fazer a convocação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Está certo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geílson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Srs. Deputados e Deputadas, a PEC que tramita na Casa e retira direitos adquiridos dos servidores públicos mostra perfeitamente o quanto o governo do Estado foi perdulário, se perdeu na administração pública e joga nas costas da categoria o peso desta má gestão.

Quando o PT assumiu o governo da Bahia, usou o marketing da herança maldita - isso foi dito reiteradas vezes - na tentativa de engambelar os mais incautos. Como agora o governador Rui Costa não pode dizer que recebeu uma herança maldita, manda para cá um pacote usando a sua maioria esmagadora nesta Casa para passar esse rolo compressor por cima da Oposição e do funcionalismo público do Estado.

Quero dizer em alto e bom som do meu orgulho e da minha alegria de fazer parte da Bancada oposicionista. Ela tem sido resistente e ido à exaustão no enfrentamento com o governo.

Vocês que estão na Casa acompanhando a sessão observem que nenhum deputado governista subiu à tribuna, a não ser a deputada Luiza Maia - mas foi para falar sobre uma questão paroquial lá de Camaçari -, para tratar e discutir a questão do servidor. Ninguém sobe aqui porque não tem argumentos, não tem o que dizer aos Srs. e Sras. Servidores do Estado da Bahia.

Quero dizer, meu caro Líder da Minoria, deputado Sandro Régis, que estamos cumprindo com o nosso papel. Fomos colocados na Oposição, perdemos a eleição, porém não a dignidade nem a honradez. Estamos no mesmo ponto de vista que nós tínhamos antes das eleições, pós-eleições e continuamos defendendo as nossas bandeiras. E nós não vamos aceitar e não temos aceitado esse rolo compressor do governo do Estado, que em nenhum momento analisa as dificuldades por que passa cada servidor deste Estado. E olha que essas dificuldades que vive o Estado da Bahia são devidas à má administração do governo federal – um governo incompetente, um governo que gasta demais sem ter recursos para tal.

Portanto, senhores e senhoras, aqui fica o nosso protesto e a nossa solidariedade a você, meu caro servidor do Estado da Bahia. Dizer, indo para uma questão, que o governo da Bahia precisa ter altivez junto ao governo federal, é que (Lê):- “Ainda não passou de placas e promessas a duplicação da BR-101 na Bahia, no trecho entre a divisa com Sergipe, a BR- 324, nas proximidades de Feira de Santana. Ao contrário, a estrada está oferecendo mais perigo aos motoristas por causa dos buracos.

Em outros Estados do Norte e Nordeste...” – pasmem, senhores e senhoras – (Lê):- “A BR-101 já está duplicada, mas na Bahia nada acontece. É uma obra importante, bem-feita, porque está sendo feita com concreto, mas o desprezo pelo nosso Estado é inexplicável.

O estado da rodovia nesse trecho da BR-324 até a divisa com Sergipe está ficando cada dia mais crítico. Há muitos buracos e o movimento é intenso, principalmente de veículos pesados, o que significa mais perigo para todos os motoristas.

Senhores e Senhoras, só entre a BR-324 e a cidade de Alagoinhas, há duas placas falando da duplicação da obra, com licitação feita, valores, etc. Vamos torcer para que comece logo e, em pouco tempo, tenhamos uma rodovia condizente com o tráfego como é até hoje em outros Estados que têm uma condição boa de se trafegar com segurança.”

Mas no nosso Estado o descaso do governo federal é muito grande e esse descaso é porque o governo da Bahia não se coloca no seu devido lugar, a despeito de ser um dos Estados mais importantes da Federação.

Governador Rui Costa, posicione-se, cobre do governo federal atenção para com a BR-101 no trecho da Bahia, o quanto o governo federal tem sido generoso com

outros Estados da Federação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, queria aproveitar essa questão de ordem para solicitar a todos os deputados, principalmente os da Base do Governo, que se façam presentes aqui no Plenário, já que existe uma questão de ordem na qual se pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Portanto, gostaria que V. Ex^a, Presidente, zerasse o painel, desse o tempo de 15 minutos para que, se porventura não tivermos o quórum necessário, possamos recompô-lo. Portanto, todos os deputados da Base do Governo, os deputados em geral, os deputados que se encontram no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca: existe uma questão de ordem na qual se pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Portanto, presidente, peço que zerem o painel e que V.Ex^a faça a chamada dos deputados que se encontram, no momento, fora do recinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zerem o painel, marquem 15 minutos. Srs. Deputados que estão fora do recinto, quórum de continuidade da sessão. Marquem as presenças os Srs. Deputados que queiram a continuidade da sessão.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, em outro período gostaria de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes, porém, gostaria de solicitar aos Srs. Deputados quórum de continuidade da presente sessão.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: - Presidente, queria, mais uma vez, aproveitar esse espaço para convocar todos os deputados, principalmente da Base do Governo, para se fazerem presentes neste recinto, no Plenário, já que existe uma questão de ordem solicitada pelo deputado Hildécio, na qual ele pede verificação de quórum para continuidade da sessão.

E quero também, Sr. Presidente, comunicar a esta Casa que estivemos no Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, visitando o Tribunal de Contas do Estado, que, como a maioria, ou talvez todos os deputados desta Casa saibam, tem a função não só de fiscalizar as contas do Estado mas também dos municípios. No Estado de Minas Gerais, que é o estado que mais possui municípios, eu diria que por consenso, de forma unânime, todos os deputados da comissão que participaram se surpreenderam positivamente com a eficiência daquele tribunal, que praticamente está enviando um processo para que possa fiscalizar as contas.

Queria dar esse informe, mas já que recuperamos o quórum...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tem quórum.

Srs. Deputados, vou prorrogar a sessão pelo tempo de 1 hora. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

É para votar os projetos que estão pertinentes e acertados, ou seja, vamos votar o Refis, a Meta Fiscal, um Regime de Urgência e um de utilidade pública que o deputado Luciano solicitou.

Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo 11 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não havendo orador a indicar, ordem do dia.

Há um requerimento do deputado Zé Neto:

(Lê) *“Requeiro, nos termos do art. 174, inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 123/2015, de autoria do Poder Executivo que altera o regime de concessão de licença prêmio no âmbito da Defensoria Pública, e dá outras providências.”*

Como recomenda a sua Bancada, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, esse projeto cuja urgência V.Ex^a apresenta é o projeto que não atende à categoria da defensoria. Os defensores são contra tal projeto porque entendem que perderão direitos adquiridos. Então, encaminho a minha Bancada a votar contra esse requerimento de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zerem o painel e marquem 25 minutos.

Quórum de votação para o requerimento de urgência

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, ninguém pediu quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele pediu fora do microfone.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, Deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, se o deputado Paulo Rangel não escutou, quero aqui solicitar o quórum de votação para votar o requerimento. Aproveito e reforço a minha Bancada que votemos contra, porque esse projeto atende o governo e é contra o defensor público e como estamos a favor da população, a minha Bancada votará contra, Sr. Presidente, esse regime de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O governo recomenda sim?

O Sr. Paulo Rangel:- O governo recomenda sim e queremos que V.Ex^a zere o painel e dê os 25 minutos regulamentares para que possamos aqui, caso não tenhamos, obter o quórum para votação.

Portanto, todos os deputados da Base do governo que se encontram fora deste

recinto por favor se façam presentes, temos aqui uma solicitação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo Sidelvan Nóbrega .

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí eu tenho que considerar a presença de V. Ex^a. Pois não.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: -Presidente, retiro minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não pode, deputado. Já falou, agora tenho que considerar. V. Ex^a há de compreender.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem foi que pediu quórum?

Foi o deputado Sandro.

O Sr. Alex Lima: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Com o deputado Sidelvan já são 32.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tem quórum.

Considerarei o quórum de V. Ex^a, deputado Sidelvan. V. Ex^a falou e eu queria ouvir esse brilhante pronunciamento, eu sou obrigado...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - A minha questão de ordem é para dizer a V. Ex^a que o painel não estava marcando. Não estava marcando o tempo. O pessoal da TI...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas o meu estava aqui, deputado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- O pessoal teve dificuldade de marcar o tempo em 25 minutos, eu queria apenas alertar V. Ex^a. Mas V. Ex^a, como sempre...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Regimentalista... (Risos)

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado com os votos contrários dos deputados de Oposição aqui presentes: Luciano Ribeiro, Sandro Régis, Pedro Tavares, Luciano Simões Filho, Fábio Souto, Hildécio Meirelles, Adolfo Viana, Carlos Geilson e Sidelvan Nóbrega.

Aprovado por maioria. Portanto aprovado o requerimento.

O próximo projeto é do Refis.

Então eu vou botar primeiro o da nota fiscal, porque Refis ainda está fazendo...

Há um requerimento também assinado pelo deputado Zé Neto que requer em regime de urgência autorizar o Poder Executivo a instituir a Empresa Baiana de

Ativos S/A – Bahia Investe, e dá outras providências.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado com os votos contrários dos deputados da Oposição aqui presentes: Adolfo Viana, Carlos Geílson, Sandro Régis, Alan Sanches, Luciano Ribeiro, Hildécio Meireles, Pedro Tavares, Sidelvan Nóbrega, David Rios, e Fabio Souto.

Portanto aprovado por maioria.

Há um projeto aqui de utilidade pública do deputado Luciano Ribeiro: (*Lê*): “*Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento do Vale do Jaguaripe, com sede e foro na cidade de Muniz Ferreira, e dá outras providências.*”

Designo o deputado Pedro Tavares para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Pedro Tavares para relatar a matéria.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Projeto de lei nº 21.638/2015 declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento do Vale do Jaguaripe, com sede e foro na Fazenda Engenho Novo Centro, CEP 44575-00, Muniz Ferreira.

A matéria é legal. Declaro-a aprovada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Pedro Tavares no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei do deputado Luciano Ribeiro que declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento do Vale do Jaguaripe, com sede e foro na Fazenda Engenho Novo Centro, na Cidade de Muniz Ferreira.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. (**Publicado no DL em 02/12/2015**)

O projeto irá para a sanção de S.Ex^a o governador Rui Costa.

Vamos votar um projeto que está pronto, projeto de lei nº 21.620/2015, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.190, de 11 de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e dá outras providências.

Em votação. Para discutir, meu querido amigo, deputado Sandro Régis, pelo tempo de 20 minutos.

Os Srs. Deputados que queiram falar, inscrevam-se. É sobre as metas fiscais.

Antes, porém, gostaria de parabenizar a minha querida amiga, deputada Angela Sousa. Parabéns pelo seu aniversário, que Deus lhe ilumine e lhe dê muitos anos de vida e muita paz. (Palmas.)

Lembro aos Srs. Deputados que na próxima quinta-feira, pela manhã, teremos

uma sessão de entrega da Comenda Dois de Julho ao ex-ministro, ex-deputado federal, ex-prefeito de Salvador Jorge Hage, proposta pela deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis para discutir pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias Deputado Paulo Jackson, Srs. da Imprensa, esse projeto... Sr. Presidente, Sr. Presidente...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna. Pode continuar, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, esse projeto que o governo votou em regime de urgência e hoje traz para o Plenário é a verdadeira pedalada fiscal. O que significa, deputado Marquinho? É a alteração das diretrizes orçamentárias. O governo, deputado Herzem, que estourou o seu orçamento para fazer o sucessor...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, quero ouvir o meu Líder.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) gastou mais do que arrecadou, agora, apresenta um projeto nesta Casa, em regime de urgência, projeto esse que não foi discutido nas comissões pertinentes para ser aprovado, para se dar uma legalidade à famosa pedalada fiscal.

O governo PT da Bahia anda de mãos dadas com o governo PT nacional. Se a presidente Dilma cometeu a pedalada lá, aqui também se comete a pedalada, só que as contas da presidente Dilma, por terem sido rejeitadas pelo TCU, o governo se protege, deputado Sidelvan, e apresenta aqui a alteração das diretrizes ao orçamento. E aí eu vou mais: a mesma coisa quando se trata da PEC que altera direitos dos servidores.

O governo da Bahia tem 28 secretarias. Aqui eu desafio até o próprio deputado do PT se souber o nome de todos os secretários e todas as secretarias. Por quê? Porque a grande parte dessas secretarias são verdadeiros cabides de empregos. Secretarias essas que só servem para a acomodação política e barganha partidária, e o governo vem aqui, através de seus deputados, num discurso de alta responsabilidade, como se o servidor tivesse a culpa pelo desequilíbrio econômico que o Estado vive.

Ora, deputado Sidelvan, um Estado com 28 secretarias, que mais da metade só tem orçamento para pagar folha de pessoal, que fechem essas secretarias! Que primeiro o governo faça o seu dever de Casa! (Palmas.)

Não é justo que o servidor e o cidadão paguem essa conta. Aí eu pergunto: nós já temos 13 anos de governo federal do PT. 13 anos que o PT toca a economia do nosso País, e o PT fez um discurso de que todo mundo é culpado, menos ele. Erram durante esses 13 anos, levam o País à falência, levam o País a pior crise econômica, corrupta e social já vista neste País, e usam o discurso como se eles não fossem os atores principais. E aí trazem medidas que quem paga a conta é o mais fraco.

Primeiro o governo trouxe para esta Casa, em regime de urgência, o projeto do ICMS, projeto esse que todas as entidades envolvidas vieram e deram um recado

muito claro: se esta Casa votar o aumento do ICMS ou o empresário retém o aumento e demite ou o empresário pega o aumento e joga para a ponta para a população pagar. Mais uma vez o governo quer resolver seu problema colocando os outros para pagar a conta.

E agora tramita, de uma forma abrupta, querendo usar a grande maioria desta Casa, a PEC que vem para retirar as garantias conquistadas ao longo de uma vida pelo servidor público estadual, como se fosse o servidor o grande culpado pelas questões financeiras do Estado. Ontem quiseram cometer uma ilegalidade na comissão conjunta. A Oposição não permitiu. Hoje, no mesmo âmbito de atropelar para servir ao governo, querem votar, a todo custo, o pacote que é o grande exemplo do pacote da maldade.

Eu quero aqui dizer, que tenho muita tranquilidade, deputado Vando, imagino V.Ex^a o seu constrangimento. V.Ex^a que é servidor público estadual e o governo força V.Ex^a a dar um voto contra si próprio. Não deve ser fácil, deputado Vando. Eu quero ser solidário a V.Ex^a nesse momento difícil que V.Ex^a passa em sua vida, de votar contra si próprio. Não é uma questão fácil, mas entendo a fidelidade de V.Ex^a ao governador Rui Costa.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana e deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, eu queria aproveitar o aparte de V.Ex^a, porque eu usei a Tribuna hoje, mas foi um tempo muito curto. Na semana passada eu usei a Tribuna e no dia seguinte, após eu ter usado a Tribuna, eu fui surpreendido com uma declaração da deputada Luiza Maia, no site *Bocão News*. E a deputada perguntava, se eu ia encarar.

O Sr. Deputado Sandro Régis:- Encarar o quê?

O Sr. Adolfo Viana:- Eu não entendi. Eu acho que o voto aberto, eu já me posicionei a favor do voto aberto.

Mas, eu agora, que aqui fui provocado pela minha assessoria, vou perguntar à deputada Luiza Maia se ela vai encarar os servidores públicos, se ela vai subir à Tribuna e declarar o seu voto, que eu sou a favor do voto aberto e vou votar contra essa PEC e esse pacote de maldades.

(Palmas.)

Agora eu quero saber da deputada Luiza Maia, se a senhora vai subir à Tribuna e vai encarar os servidores públicos e dá o seu voto aberto. Abra o seu voto, deputada, o desafio quem faz agora sou eu a V.Ex^a. V.Ex^a que é a favor do voto aberto suba à Tribuna e declare o voto aberto olhando nos olhos dos servidores públicos do Estado da Bahia.

(Palmas.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Adolfo.

Com o aparte o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Sandro Régis, a deputada Luiza Maia não vai encarar, porque eles encararam o povo nas últimas eleições dizendo aos servidores

públicos da Bahia que iriam cuidar dos servidores. Enganaram os servidores públicos, eles enganaram quando levantaram os contracheques da Polícia Militar e disseram para o povo da Bahia que não iriam tratar os servidores públicos da maneira que os outros governos, segundo eles, diziam que tratavam mal. Mas, hoje estamos vendo, deputada Luiza Maia, que nenhum deputado do PT tem coragem de subir nesta Tribuna, deputado Sandro Régis, para encarar o povo da Bahia, e dizer que eles estão tirando direito adquirido dos servidores públicos.

Mas, a Oposição está aí, a Oposição está fazendo o seu papel, está mostrando a Bahia quem, realmente, diz no discurso e quem faz na prática.

Muito obrigado pelo aparte, meu Líder.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

E quero dizer aqui que o governo foge do debate, porque se o governo tivesse interesse de debater essa PEC e a PL que modifica o Estatuto do Servidor, tanto a PEC como o Projeto de Lei iriam tramitar normalmente nesta Casa, iriam ter todos os prazos necessários para esta Casa discutir, para esta Casa provocar o servidor e fazer uma ampla discussão. Mas, o governo faz o contrário, o governo traz esses projetos numa quinta, vota a prioridade e a urgência numa terça e já estamos aqui, hoje, na comissão para votar a PEC.

Ou seja, o governo age ao contrário da forma que sempre se diz, e pior, que condenou outrora agir. E nós não vemos um deputado do PT, um deputado do governo subir à Tribuna e dizer: - Caros servidores, me desculpem, mas o governador obrigou a votar contra vocês. Mas, você não vê um deputado, você não vê. E o pior é que fazem desta Casa uma secretaria de Estado, porque a partir do momento que se usa as prerrogativas para que não se discuta, para que esta Casa não tenha capacidade de emitir sua opinião, eu volto aqui a afirmar, é melhor entregarmos as chaves do parlamento ao Sr. governador do Estado. (Palmas.) Esta Casa perde todo seu valor. Nós estamos perdendo prerrogativa de representar quem nos elegeu, porque a nossa obrigação aqui, tanto a oposição quanto o governo, o nosso compromisso com a sociedade deve ser muito maior, do que nossas convicções políticas.

E a Casa dá as costas, a Casa está pequena e a bancada de Governo, infelizmente, na sua maioria, tem sua grande parcela nesse grande processo, deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte V.Ex^a e depois o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Sandro Régis, ouvindo atentamente o seu pronunciamento, a gente pode perceber a indignação de V.Ex^a pela forma que esta Casa tem sido tratada pelo Poder Executivo. Nós, da Assembleia Legislativa da Bahia, temos nos considerado apenas como uma extensão de qualquer secretaria que compõe o Poder Executivo do Estado da Bahia. A forma atropelada com que os

projetos de lei têm chegado a esta Casa, que os projetos de emenda constitucional têm chegado a esta Casa, sem nos dar oportunidade de nos aprofundar no debate, de fato, tem esvaziado nossas prerrogativas.

Portanto, quero me adicionar ao seu pronunciamento e dizer que concordo plenamente com V.Ex^a e que formaremos trincheiras aqui no sentido de transformar essa situação de subserviência do Poder Legislativo ao Poder Executivo na Bahia. Então, quero crer que essa é uma das grandes lutas que vamos enfrentar aqui, não só no resto dessa legislatura, como no decorrer do ano que vem, quando estaremos aqui, se Deus quiser, todos juntos com esse firme propósito de tornar esta Casa independente dos desejos e anseios do Poder Executivo.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a pelo seu pronunciamento. Muito obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo e dou o aparte ao deputado Leur Lomanto Júnior.

Leur Lomanto Júnior:- Nobre Líder deputado Sandro Régis, agradeço o aparte de V.Ex^a e não poderia deixar de fazer um aparte e contribuir com o pronunciamento de V.Ex^a, já que V.Ex^a em todo esse processo que envolve esse pacote de maldades que o governador Rui do PT encaminhou para esta Casa, tenho que parabenizar a condução de V.Ex^a em todo este processo.

V.Ex^a tem sido, realmente, um verdadeiro comandante das oposições. Os parlamentares têm aqui debatido, usado desta tribuna para combater essa arbitrariedade que o governo do Estado da Bahia quer fazer com o servidores públicos do nosso Estado. E aqui, deputado Sandro Régis, chama-me a atuação dos parlamentares governistas. Na verdade, ao longo de todos esses mandatos, dois mandatos que tenho aqui nesta Casa, toda vez que um projeto de lei oriundo do Executivo ou encaminhado para esta Casa, e que vai de encontro aos interesses do funcionalismo público do Estado da Bahia, a bancada governista tem dado as costas para o funcionalismo público baiano.

Essa é a realidade. Eu fico aqui esperando o pronunciamento da deputada Luiza Maia, uma deputada combativa que muitas vezes subia a esta tribuna para fazer pronunciamentos ativos, fazendo uso sempre da sua voz eloquente para poder defender as suas teses e ideais. Mas no momento em que ela precisa vir a esta tribuna para defender os interesses do funcionalismo público do Estado da Bahia, o que se vê é o silêncio não só dela como da maioria da Bancada governista nesta Casa.

Por isso quero parabenizar V.Ex^a, deputado Sandro Régis. Nós da oposição continuaremos combativos para lutar com todas as nossas forças para que este projeto não seja aprovado neste Parlamento.

Muito obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o seu aparte, deputado Leur. O problema maior é que o governo tem a maioria absoluta para aprovar o que quiser nesta Casa. Mas o governo faz desta Casa o quintal do Palácio de Ondina. É inadmissível chegarem projetos que mudarão a vida das pessoas, o futuro do cidadão, e esta Casa

não discutir. Esta Casa apenas fica pequenada à vontade da Governadoria.

Sinto-me, deputado Adolfo Viana, envergonhado de ser deputado estadual. Infelizmente, estou sendo deputado estadual quando vejo o Parlamento ao qual faço parte virar o quintal do Palácio de Ondina. (Palmas.) Isso é muito triste para os 63 Srs. Deputados, sejam de governo ou Oposição. Votaremos contra, faremos o nosso papel, mas infelizmente o nosso mandato está cravado nesta legislatura. Esta Casa abre mão da prerrogativa de defender os interesses dos baianos, de ser a guardiã da sociedade para atender as necessidades do governo.

Ora, Srs. Deputados, não estou aqui para fazer a política do quanto pior melhor. Até porque a Oposição já votou a favor diversas vezes, mesmo quando não havia deputado do governo. Mas se entendemos o projeto como bom, a Oposição contribui. Fomos a favor do Refis, porque a nossa posição não era como a do PT no passado, de quanto pior melhor. Temos responsabilidade, sabemos o que é um pai de família perder o emprego ou ter que fazer opção entre pagar aluguel, fazer a feira ou pagar o colégio do filho. Temos tamanha consciência dessa situação.

E aqui faço um apelo para que o governo use seu rolo compressor e aprove seus projetos. Mas, Sr. Presidente, que não votemos de forma açodada, que se discuta, porque, Sr. Presidente, nenhum de nós levará o nosso mandato para o caixão. Mas nossas atitudes poderão nos envergonhar para o resto de nossas vidas.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio para discutir pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, público aqui presente, Sr^{as} e Srs. Funcionários, estamos, neste momento, apreciando o Projeto de Lei 21.620/2015, que altera a Lei 13.190, de junho/2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015. Ora, as diretrizes orçamentárias, a LDL, que é uma lei de planejamento de curto e médio prazo, trata de definir as metas fiscais do governo. E ela definiu essa meta fiscal no ano passado quando foi votada nesta Casa a LDO.

Ora, nós estamos a menos de 15 dias, parece-me, para terminar o Exercício. Esse projeto de lei que quer alterar a LDO, modificar a meta fiscal do governo do Estado, que quer alterar o planejamento fiscal do governo do Estado, data de 20 de novembro de 2015, ou seja, no apagar das luzes o governo quer modificar, quer alterar, a sua meta fiscal no que diz respeito ao superavit primário que ele teria que cumprir para poder cumprir com os seus compromissos no que diz respeito ao pagamento dos juros da dívida pública e de parte da dívida pública.

Se o governo que tinha como meta economizar cerca de R\$850 milhões e agora vem pedir a esta Casa autorização para obter um deficit primário de aproximadamente R\$1 bilhão 250 milhões, quer dizer que o governo, simplesmente, não vai pagar os

juros da dívida pública, não vai pagar parcela da dívida pública. E aí a condição do Estado da Bahia tão decantada pelo secretário da Fazenda de bom pagador, aos poucos, está se definindo na medida em que o governo do Estado não consegue cumprir com as suas previsões fiscais e orçamentárias.

Mas, meu caro deputado Luciano Ribeiro, eu tenho que reconhecer aqui um fato que é verdadeiro. O problema fiscal, orçamentário, deste governo, na verdade, nasceu no governo anterior, ou melhor, no governo de sequência que é o governo do PT, como foi dito aqui pelo nosso Líder, que é um governo de praticamente 9 anos.

No ano de 2014, o governo da Bahia gastou de forma descontrolada, coincidentemente, um ano de eleição. E, naquela oportunidade, para demonstrar nos seus balanços, estava lá um superavit primário de R\$1 bilhão 130 milhões. Para isso foi necessário empurrar para este ano R\$1 bilhão e 600 milhões que agora, certamente, está contribuindo para que o governo da Bahia não feche as suas contas no que diz respeito ao planejamento das suas metas fiscais com relação ao superavit primário não feche como fora planejado no ano passado. Portanto, temos que reconhecer que o problema principal nasceu no ano passado.

Esse governo, no ano de 2015, poderia até ter tomado outras medidas que viessem economizar. Por exemplo, o gasto do governo atual com a conta de pessoal já é maior que a do ano passado em cerca de 23%. O governo aumentou o número de cargos comissionados, aumentou o número de secretarias. O governo não economiza com a conta de pessoal e, certamente, a essa altura do ano, já passa do limite prudencial. O governo não economiza, por exemplo, com a sua conta de publicidade. O governo quer economizar onerando o bolso do funcionário público. (Palmas.) O governo quer ajustar as suas contas apertando o cinto com relação aos funcionários públicos. E assim foi, no decorrer desse ano, quando deu o reajuste salarial menor que a inflação e ainda de forma parcelada. Foi neste ano, também, que o governo da Bahia achando pouco onerou a participação do funcionário público no seu plano de saúde que eles já sentiram nos seus bolsos, nos seus contracheques, no mês de novembro. O governo tem sido hábil em onerar funcionários, tem sido hábil em aumentar impostos, em criar tributos, tem sido hábil em buscar créditos de financiamento, simplesmente com o objetivo de conseguir o equilíbrio fiscal das suas contas da forma numérica. Uma coisa, meu caro deputado Marcelino Galo, é o governo dizer que está pedindo para alterar sua meta fiscal, inclusive solicitando que ela seja deficitária na busca do equilíbrio do seu déficit primário. No entanto, a conta matemática, a conta numérica, nos demonstra que, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista orçamentário, as contas do governo da Bahia não gozam de toda essa saúde, como tem sido decantado pelo secretário da Fazenda.

Quero ceder um aparte ao nobre deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Obrigado, deputado Hildécio Meireles, por me ceder o aparte, mas o deputado expressa muito bem o descontrole do governo. O governo perdeu o controle até das suas próprias contas. Interessante que nem o Orçamento que o governo estabelece é cumprido, ele não consegue. E, ontem, estávamos exatamente

destacando a quantidade de obras paralisadas em função das licitações, elas vão se tornando desertas, o governo vai abandonando. Tem casos de 2, 3 licitações.

Vou citar um exemplo. Em Vitória da Conquista, quando o governo está aí, como disse V.Ex^a, gastando bastante com a propaganda, anunciando a propaganda de água, estamos, muito pelo contrário, sentindo dificuldades enormes com a falta de água. E, na nossa região, a Barragem do Rio Caculé, um projeto da Embasa na ordem de R\$140 milhões, o governo vai realizar agora a terceira licitação, está anunciando a terceira licitação.

Hoje, falamos também em transparência. Muitos falam das pedaladas, diria que, além disso, o governo faz uma maquiagem de suas contas e ficamos perdidos, até os deputados de situação. Há aqui na Bahia uma importante superintendência, a Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais, a SEI, que são verdadeiros maquiadores. Eles fazem, deputado Fábio, uma maquiagem que parece que a Bahia é um país da Europa, onde não temos problemas. E, quando vamos mergulhar na realidade do Estado, a realidade é esta, o Estado partindo para tomar do servidor direitos históricos, conquistas históricas, até o Planserv, uma forma de exclusão. O descontrole é total nas contas do governo, uma gestão atabalhoada, é o que sentimos.

Muito obrigado, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Herzem, a propósito do que V.Ex^a falou aí, hoje, estava fazendo um demonstrativo da execução orçamentária do governo do Estado até o mês de outubro. E verificamos que, este ano, tinha no Orçamento do governo previsto para obras aproximadamente R\$5 bilhões. E pude observar que, até o mês de outubro, apenas R\$2 bilhões e 300, mais ou menos, teriam sido executados. Portanto, isso comprova as obras paralisadas, isso comprova a falta de ações do governo do Estado, sobretudo no interior da Bahia. Vemos aqui na capital essa história de muitas obras do metrô, muito bem, mas isso tem sido com o sacrifício orçamentário futuro do governo do Estado, porque é fruto de financiamento. Mas com seus recursos próprios, o governo tem sido incapaz de nem executar o que prevê no seu orçamento. Portanto, está corretíssima a avaliação de V.Ex^a em relação a questão da execução orçamentária do governo do Estado.

Mas dando continuidade ao que vinha falando, o que temos visto no apagar das luzes deste 2015 é exatamente isto: o governo querendo mudar, alterar o seu planejamento, que fora feito no ano passado, apenas para ser executado em menos de 20 dias, que são os que nos restam para encerrar este exercício

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Um aparte ao nobre deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Parabéns, deputado Hildécio Meireles, pelo brilhante discurso!

Gostaria de chamar a atenção dos amigos que estão aqui nas Galerias ouvindo atentamente o seu pronunciamento. O orador foi prefeito do município de Cairu por três oportunidades, é auditor fiscal de carreira do Estado e a sua fala é de propriedade e conhecimento. Ele foi escolhido pela Bancada da Oposição para tomar a frente

deste projeto que iremos votar daqui a alguns minutos. Trata-se justamente duma certificação de que o governo do PT gastou muito. E mal.

Uma lei aprovada no ano de 2014, agora na relatoria do deputado Bira Corôa, vai ser refeita. Eles tinham uma previsão de superar o Orçamento em 824 milhões de reais. Não foi pouco erro, não, senhoras e senhores! Isso foi registrado e continua sendo desde o início do mandato do deputado Hildécio Meireles, que fez aqui nesta Casa um grande evento: uma sessão especial em que defendeu um novo pacto federativo porque os municípios atualmente estão falidos, o que é também uma consequência da política econômica do Partido dos Trabalhadores.

Eu volto a dizer para vocês: esta política bolivariana populista - que não foi reconhecida em nenhum país do mundo em nenhuma época - de não prestigiar os setores produtivos de riqueza e geração de empregos não leva nenhuma nação a lugar algum.

Portanto, novamente parabéns, deputado Hildécio Meireles! E muito obrigado por fazer parte da nossa Bancada.

(Palmas!)

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, meu nobre deputado Luciano Simões, pela gentileza de V.Ex^a.

Dando continuidade, uma coisa, no entanto, nós temos de reconhecer, meus caros deputados Herzem, Luciano e Luciano. E este fato que reconheceremos aqui pode remeter à gravidade do que foi cometido pelo governo federal na pessoa da presidente Dilma Rousseff, que sofre neste momento um processo de impeachment por força disso.

Talvez o governador... Diz-se que gato escaldado põe a barba de molho. O que ele está fazendo é não ser vítima do que está sendo a presidente Dilma. Não é isso, deputado Zé Neto? É por isto que ela está sofrendo este processo, porque gastou sem autorização do Poder Legislativo.

Então neste momento temos de reconhecer que, embora pedindo autorização para obter um déficit primário no seu planejamento e na sua programação fiscal, não foi assim que fez. E por essa razão está sofrendo o processo de impeachment.

Portanto, Sr. Presidente, mesmo ainda não ...

Concluindo o nosso tempo, vou dar um aparte ao deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- É só para lhe colocar uma questão. Há uma medida acautelatória, e inclusive se vinha fazendo isso no governo federal há décadas. Só que, com esse advento da polêmica que aconteceu em nível nacional, é uma situação acautelatória e ainda não se fecharam as contas. Mas nós não podemos deixar de lhe dizer publicamente - isto temos assumido - que estamos buscando junto ao Estado e em todos os setores esse acautelamento. Uma das questões é esta: deixar um espaço para, se não conseguirmos fechar as contas como esperamos, evidentemente não termos problemas de questionamento com relação a elas, o que vai manter o equilíbrio fiscal. Isso é importante para a gente.

Então, quero ainda dizer a V.Ex^a que não há nenhuma medida irregular. Há uma medida apenas de ordem fiscal que tenta acautelar as contas estaduais. E até aqui temos conseguido mantê-las, mas lembrando que todo o esforço feito para que sigamos o ano que vem com elas dentro do que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal manterá o Estado em condições de buscar recursos em outros mecanismos internacionais e também nacionais. Falo dos agentes financeiros, e é esse o nosso esforço. Até mesmo com relação ao servidor, quando estamos fazendo todo esse enxugamento de folha, é para que nos reste algum espaço para conseguirmos pelo menos concursos novos, que vão aparecer. E igualmente para fazer com que ainda tenhamos capacidade de discutir com algumas categorias algumas planificações de carreiras.

Portanto, são situações reveladoras de que em todas as esferas do Estado tem sido feito esse movimento de acautelamento e otimização.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- O.k., deputado Zé Neto.

Claro que não é ilegal. Se fosse, não estaríamos aqui votando. Mas V.Ex^a há de convir que não é saudável para as contas do Estado. Essa precaução o governador está tendo, e não a teve a presidente Dilma. O senhor também há de convir que isso é verdade. Não é mesmo?

Muito obrigado então, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Luciano, V.Ex^a permutou com o deputado Adolfo?

(O deputado Luciano acena que sim.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o deputado Zé Neto, Líder da Maioria, tenta fazer uma defesa do governo. E aí observei a palavra de uma servidora, que está naturalmente angustiada com este pacote de maldades oferecido pelo governo estadual. A pergunta que a Oposição tem de fazer ao governo é esta: fizeram o dever de casa antes de cortar direitos dos trabalhadores? Revisaram as Secretarias, os cargos dos apadrinhados? Não, com certeza não o fizeram. (Palmas!)

Quando quebraram o Estado da Bahia, restabeleceram metas de arrecadação. Mas não fizeram o dever de casa, não reduziram o número de cargos nem de Secretarias. Quem vai pagar essa conta, deputado Zé Neto? Cada homem e cada mulher de bem que se encontram aqui nessas Galerias!

Aí, olho para a minha direita e vejo a deputada Luiza Maia, por quem tenho respeito e admiração. Mas ela vai se retirar do Plenário. Na semana passada subi a esta tribuna para defender a posição dos servidores públicos estaduais da Bahia. Discurssei quatro vezes aqui dizendo que este pacote de maldades é um absurdo! Ao

chegar em casa e abrir os blogs, vi a deputada Luiza Maia com uma foto muito pomposa nesta tribuna perguntando se o deputado Adolfo Viana iria encará-la, pois ela era defensora do voto aberto.

Deputada, quero dizer-lhe que sou, sim, defensor do voto aberto. Defendo abrir tudo e sugiro a V.Ex^a, que é a parlamentar que encampou a defesa do voto aberto nesta Casa, que abra também agora o seu voto e diga por que irá votar contra os servidores públicos. Quando me desafiou num dos blogs mais lidos da Bahia, o *Bocão News*, a senhora perguntou se eu iria encará-la. Confesso que fiquei preocupado com a forma como V.Ex^a expressou a sua opinião e quero repetir que lhe tenho o maior respeito e admiração.

O voto aberto, no meu entendimento, também é uma conquista que esta Casa precisa ter. Mas V.Ex^a tem que encarar é os servidores públicos do Estado da Bahia. Esses, sim, estão aguardando um posicionamento claro.

Depois do café da manhã com o governo, os argumentos foram utilizados. Os servidores precisam tomar conhecimento da razão por que V.Ex^{as} entendem que este projeto é bom e pretendem votar contra os direitos adquiridos por eles sem revelarem os motivos.

Voto aberto é isso, gente! Voto aberto é subir a esta tribuna e defender o que acredita. Ficar apenas no discurso político dizendo que defende o voto aberto?! Acho que tem de ser voto aberto para tudo. Mas, quando chega a hora da verdade, é preciso mostrar a coerência do seu voto e explicar os motivos pelos quais o dará. Isso, sim, é defender o voto aberto! Isso, sim, é pedir que o Parlamento seja aberto para que a população aprecie o voto.

Tenho a minha consciência. Defendo o voto aberto. V.Ex^{as} e V.Sas. que nos acompanham podem ter certeza de que sempre defenderei o meu ponto de vista daqui desta tribuna, porque no meu voto mando eu! Ninguém diz como devo votar, a não ser meus eleitores. Diferentemente da ampla base do governo, que vira as costas para seus eleitores hoje, e serve ao governo do Estado da Bahia sem sequer justificar, neste Parlamento, o motivo pelo qual seus integrantes estão retirando os direitos dos servidores.

Quero deixar claro que tenho muito apreço e carinho pela deputada Luiza Maia, mas ela está perdendo neste momento o apreço dos servidores públicos porque, infelizmente, não está sendo coerente com a defesa do voto aberto. O voto aberto serve nos discursos políticos, nos blogs e jornais. Mas na hora de efetivá-lo realmente, olhar na cara dos servidores e abri-lo, aí fica difícil.

Uns sobem a esta tribuna e falam com clareza. Outros ficam plantando notas nos jornais através da assessoria de imprensa para parecer que defendem o voto aberto. Porém no fundo o voto é bem escondidinho, sem se pronunciar! Faz-se a coisa do jeitinho que o Executivo manda. O Executivo diz: “Vamos mandar o projeto, e V.Ex^{as} votarão, mesmo que contra a vossa convicção”.

Eu digo à deputada Luiza Maia com muita segurança que, no fundo do seu coração, ela é contra este pacote de maldades. Tenho certeza! Aprendi a conviver e

conhecer os posicionamentos de V.Ex^a, e tenho certeza de que no seu coração gostaria de votar contrariamente a este projeto. Infelizmente a ordem vem lá de cima, e a Bancada serve ao Poder Executivo.

O Sr. Jânio Natal:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concedo o aparte ao deputado Jânio Natal.

O Sr. Jânio Natal:- Nobre deputado Adolfo Viana, mais uma vez, V.Ex^a chega à tribuna para fazer um discurso eloquente e defender os baianos, principalmente os servidores.

O que mais me impressiona é que em épocas de outrora o Partido dos Trabalhadores sempre foi o verdadeiro defensor dos direitos dos servidores públicos. Hoje, o que vemos nesta Casa é o contrário. Eles estão desfazendo o discurso que faziam épocas atrás. É triste, lamentável. Inclusive muitos deles são provenientes de sindicatos de trabalhadores. Isso é o que mais me impressiona.

Sempre digo aqui e agora a vocês que estão no Plenário, nas Galerias, que deveriam olhar cada deputado desta Casa e cobrar deles o voto que vocês deram em confiança. No entanto eles estão fazendo o contrário dos interesses de vocês. Esta questão também tem que ser debatida aqui e colocada para os servidores.

Então, nobre deputado, quero novamente parabenizá-lo pelo seu mandato, pelo tipo de mandato que V.Ex^a exerce nesta Assembleia respeitando os direitos dos cidadãos e o povo baiano.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Muito obrigado. Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Imagine, deputado Jânio Natal, como os nobres colegas do PCdoB se encontram neste momento ao olhar para tantos...

O Sr. Rosemberg Pinto:- É constrangimento de sua parte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- É constrangimento, não é, deputado? A deputada Luiza Maia me provocou no *Bocão News* outro dia.

V.Ex^a, deputado Rosemberg Pinto, devia tomar um chá de maracujá, se acalmar, subir a esta tribuna e fazer a defesa dos seus companheiros, dos seus colegas. O senhor, que é o Líder do PT e ex-sindicalista, faça a defesa deles. Mas não fique a me agredir, porque estou fazendo o meu papel aqui. Estou defendendo o meu lado, a proposta.

A Sr^aLuiza Maia:- Machista e demagogo!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputada Luiza Maia!

Estou sendo agredido aqui, presidente. Sempre tratei a deputada Luiza Maia com muita elegância. Foi ela que foi à Imprensa perguntar se eu ia encarar. Está no *Bocão News*, deputada.

O deputado Rosemberg Pinto ficou nervoso. Calma, deputado. V.Ex^a tem que ficar calmo. Descontrole aqui, não. Quando V.Ex^a fala, eu escuto.

Deputado Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me respeite.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Olhe os termos com que V.Ex^a fala! Deputado

Rosemberg Pinto, V.Ex^a me respeite! Venha à tribuna e use o argumento, não fique fazendo esse tipo de colocação daí.

Respeite-me que eu te respeito! Não use palavra de baixo calão! Exijo respeito de V.Ex^a! Um homem de cabelos brancos não pode dar este exemplo aqui na tribuna, não. Recolha seu discurso e se retire!

Presidente Adolfo Menezes, ele proferiu palavras aqui que, se eu fosse V.Ex^a, pediria para ele se redimir, porque esta não é a maneira de tratar um deputado nem mais ninguém, muito menos quem está na tribuna.

O projeto que ele apresenta é indecente, vergonhoso! Eles devem estar com muita vergonha do que votarão nesta tarde. É vergonhoso, sim, deputado! Tem que olhar para os servidores públicos. Retire-se do Plenário!

V.Ex^a deve estar com muita vergonha, mas não irá me intimidar. Aqui direi o que penso. É lamentável ver um Líder dum partido, do Partido dos Trabalhadores, agir dessa maneira! Que destempero, deputado Rosemberg Pinto!

Agora continuarei a usar a tribuna...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, Srs. Deputados!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado-presidente, gostaria que V.Ex^a garantisse...

A Sr^a Fátima Nunes:- Quer ganhar aplausos hoje?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Com um aparte a deputada Fátima Nunes. Quer um aparte, deputada?

Sr. Presidente, a única coisa que quero...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu pediria...

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, a única coisa que eu quero é que V.Ex^a garanta a minha palavra. Se a deputada quiser um aparte, darei. Se o deputado Rosemberg Pinto quiser um aparte, darei. Agora, eles se privam de subir à tribuna e defender o voto que pensam. Querem ficar daí de baixo criando constrangimento.

Deputado Adolfo Menezes, posso conceder um aparte. Assim não dá.

(Vários deputados se manifestam fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Farei o seguinte: declinarei da tribuna, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo Viana, Srs. Deputados, V.Ex^{as} estão presenciando o que está acontecendo novamente na Casa. Peço a compreensão de todos os servidores que se encontram aqui. Cabe-lhes concordar ou não. Agora vejam, também não podem empatar ninguém porque vocês discordam dum deputado. Calma, calma! Quando o deputado se manifestar e houver esse tipo de protesto, aí ninguém ouve. Nem o próprio orador que está na tribuna consegue.

Então, peço a compreensão...

(Manifestação nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço, Sr. Presidente, a retomada da minha palavra. Quero com muita tranquilidade dizer o seguinte: continuarei exercer o meu papel. Não fui desrespeitoso nem deselegante com nenhum deputado. Agora, o meu ponto de vista aqui defenderei. Fui eleito para isso. Não serei omissos, como muitos estão sendo na noite de hoje.

Então, Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento pedindo aos deputados da Oposição que continuem assim: firmes em defesa dos servidores públicos do Estado da Bahia!

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos.

Gostaria de iniciar o meu pronunciamento hoje pedindo licença a todos para fazer um resumo rápido sobre a situação de Brasília - por consequência, do Brasil - para depois adentrarmos a discussão do nosso projeto de lei.

Duvido que algum deputado do PT me contrarie com relação ao que falarei:

(Lê) “Faz tempo que Dilma Rousseff não tem base parlamentar, apoio popular nem capacidade para recuperar as finanças do país. Faz tempo também que ela terceirizou a tarefa de governar - para Lula, na política, e para Joaquim Levy, na economia. A fragilidade da presidenta, que tem o poder de direito mas o exerce cada vez menos na prática, paralisou a máquina pública, interditou o debate político e acentuou a crise econômica. A inflação deste ano deve superar a casa dos 10%. O desemprego caminha para o mesmo nível. O país corre o risco de perder o selo de bom pagador. O governo Dilma desmorona.

Mostra-se sem força.”

(A Sr^a Luiza Maia se dirige ao Sr. Adolfo Viana.)

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um momento, deputado Luciano. Deputada Luiza Maia.

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

(As galerias se manifestam.)

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Parem o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pode continuar, deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- “O governo Dilma desmorona...

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Adolfo Viana:- Estou sendo agredido em pleno plenário. Não vou reagir, naturalmente, pois trata-se de uma mulher.

(A Sra. Luiza Maia fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Calma, deputada Luiza Maia.

Releve, deputado Adolfo Viana.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Sr. Presidente, gostaria que retornassem o meu tempo de 18 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Darei a tolerância que V.Ex^a merece.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- “O governo Dilma desmorona, mostra-se sem força até para desafios prosaicos, de votações no Congresso ao combate de epidemias. Os reflexos dessa situação são conhecidos. Há meses, Dilma lida com um recorde de reprovação popular e com o apoio da maioria da população à abertura de processo de impeachment contra ela.”

Vamos lembrar também que no meu pronunciamento, em torno de 15 dias atrás, tratei da 21^a fase da operação lava-jato, quando foi preso o amigo pessoal do ex-presidente Lula, o José Carlos Bumlai, que tinha trânsito livre no Palácio do Planalto. Hoje, o melhor amigo do ex-presidente da República declara à Polícia Federal, no Paraná, que realmente adquiriu um empréstimo de 12 milhões de reais e repassou para pagar dívidas de campanha do PT.

Esse é o Brasil em que vivemos hoje; essa crise econômica que cada um de nós, deputados, de vocês, servidores, está sentindo na pele. Não existe uma só família que não tenha um desempregado, não existe uma só família, ao menos no sertão do nosso semiárido, que não tenha um caso de zica ou chikungunya, não existe uma senhora, uma moça grávida no interior da Bahia que não tenha medo do seu filho nascer com microcefalia. Este é o governo do PT, é o governo de 9 anos dessa administração que eles dizem que revolucionou o nosso Estado.

A Ford vai demitir, hoje, mais de 2 mil empregados. Eles chama de demissão voluntária. É um brocado bonito para não chamar de demissão mesmo. Estão indo embora mais de 2 mil funcionários da Ford nesta semana.

O governador Rui Costa apresenta a esta Casa 24 projetos de lei, 17 pedidos de urgência; governador Rui Costa, eleito no vácuo da popularidade da presidente Dilma, que, vamos lembrar, implementou o maior estelionato eleitoral da história deste País. O Brasil era uma maravilha; eles ganharam a eleição e foram desmascaradas as mazelas da política econômica do PT.

Antes de adentrar ao projeto em debate, eu gostaria também de falar dos projetos que serão objeto de debate na sessão conjunta, que se dará logo após o encerramento da sessão ordinária, indo também na ideia debatida entre o deputado Adolfo Viana e a deputada Luiza Maia.

O voto secreto foi um ganho do parlamento, na sua origem. A deputada Luiza Maia é uma defensora do voto aberto desde o seu primeiro mandato. A minha queixa é a mesma queixa dos deputados da oposição. Por que ela não vem aqui e defende o motivo de votar contra os servidores? A tribuna está aqui, e ainda dá tempo dela se inscrever.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Ela terá 20 minutos para, com calma, expor o seu ponto de vista. Não só ela como qualquer outro deputado do governo.

Concedo um aparte ao nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu caro deputado Luciano Simões Filho, estava atento ao vosso pronunciamento, quando V.Exª fez alguns comentários acerca da incapacidade da presidente Dilma, da incapacidade do governo do PT em continuar tocando a administração, tocando a política econômica e a política fiscal em nosso País.

Eu quero acrescentar a sua fala alguns dados que esta semana foram divulgados pela imprensa. Teve um deles, meu caro deputado Jânio Natal, que me deixou estarrecido. Diz a Revista Veja que a indústria no Brasil retrocedeu 60 anos. A indústria do País, hoje, tem uma participação de apenas 10,3% do PIB brasileiro.

O Sr. Zé Neto:- Onde está esse dado?

O Sr. Hildécio Meireles:- Na Revista Veja!

Está aí! A economia está dizendo isso! A imprensa também diz que o desemprego no Brasil, desde 2002, nunca foi tão acentuado, a inflação já ultrapassa os dois dígitos. Portanto, está comprovado que o desgoverno no Brasil está complicando cada dia mais a nossa economia. Vivemos uma crise econômica, uma crise política e uma crise moral.

A vossa preocupação com o sistema de saúde brasileiro, a vossa preocupação com as epidemias que se apresentam todo ano, de fato, a cada ano tem sido pior e tem afetado de forma mais intensa a nossa população brasileira.

Portanto, quero parabenizar V.Exª pela oportunidade de apartear o vosso pronunciamento. Parabéns, deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Luciano Simões Filho, V.Exª me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, deputado Hildécio Meireles.

Concedo um aparte ao nobre deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Luciano Simões Filho, quero agradecer a oportunidade de apartear-lo, na tarde de hoje, apenas com o intuito de colaborar com o discurso de V.Exª. A cada novo escândalo que surge no nosso País, tenho, cada vez mais, a convicção de que o nosso modelo político esgotou. Eu não quero, nesta oportunidade que V.Exª me dá de apartear-lo, fazer nenhum julgamento político ou partidário deste ou daquele grupo político.

Eu quero apenas dizer a V.Ex^a o que eu já canso de dizer e que, a cada oportunidade que tenho, o faço, porque acredito que somente dessa forma encontraremos um novo caminho para a política e, por consequência, para todos nós que fazemos parte dela. Ou nós encontramos um novo modelo político, uma nova forma de disputa das eleições, ou a gente reforma completamente – não essa reforma tímida que foi aprovada pelo Congresso Nacional, mas uma ampla reforma política, uma reforma de verdade –, ou todos nós que fazemos parte da política estaremos fadados ao fracasso e à falta de credibilidade.

Repito, a pesquisa recente do IBOPE diz isso, apenas 8% da população acredita e aprova a classe política. Aí estamos falando de todos os partidos, deputado Luciano Simões Filho. Apenas 8% da população aprova! Então, tenho a convicção de que ou nós sentamos para fazer um novo pacto para o País, um pacto que passe por essa reforma, que é, sim, a mãe de todas as outras, para encontrarmos um novo modelo de se disputar e de se governar neste país, ou nós vamos estar, inevitavelmente, pagando um alto preço – como pagamos hoje – com a falta de credibilidade total que a classe política tem, hoje, no nosso País.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, nobre deputado.

Agora, definitivamente, vamos adentrar às matérias aqui discutidas. Primeiro quero falar sobre a maléfica PEC 148/2015, que está em debate ainda na sessão conjunta das comissões, mas que virá a este Plenário para votação, já que o governo nesta Casa tem quase 2/3 dos deputados e aprova tudo o que eles querem. Nós, da Oposição, tentamos enriquecer o debate, realmente, colocar este Parlamento no local de onde nunca deveria ter saído, num local de enriquecimento de projetos de lei e de ouvir a sociedade.

É bem verdade que o nobre relator, Nelson Leal, modificou o primeiro texto que foi apresentado, mas está longe de ser um texto ideal.

Gostaria de tecer breves relatos à PEC e depois adentrar ao Projeto de Lei nº 21.620/2015 que é a alteração das metas fiscais.

O projeto da PEC, senhoras e senhores, basicamente tem 4 linhas: mudando a regra das férias; dando novo tratamento aos procuradores autárquicos; mudando regras de estabilidade e mudando regras de licença prêmio. Quanto às férias, praticamente, revoga o inciso XXVIII do artigo 41 da Constituição Estadual. As regras mudam totalmente. Porém, o relator faz um parêntese, coloca uma observação: as classes, as entidades que têm regimento próprio que trate das férias serão respeitados. Ficando de fora, nada mais, nada menos, deputado Vando, que o Judiciário inteiro. O Judiciário não tem regulamento próprio, ficando com as regras das férias, totalmente, alteradas. Vamos ver qual será o humor do Tribunal de Justiça perante o governador Rui Costa do PT daqui em diante.

Tentei sensibilizar o nobre relator quanto à questão dos procuradores autárquicos que querem, nada mais, nada menos, que um tratamento equivalente, similar, idêntico ao dos procuradores do Estado. Acho que ele fará uma modificação, pelo menos, no segundo grupo da votação, nesta linha. Lembrando da importância

dos procuradores autárquicos, pois são procuradores que têm trabalho específico nas fundações e autarquias do Estado.

Sobre a estabilidade e a licença prêmio gostaria de falar dos dois de uma mesma forma. O texto do relator exclui, ou seja, tira do texto constitucional a estabilidade e a licença prêmio. Porém, faz um aparte quanto à estabilidade, criando um novo escalonamento para os servidores que, até a publicação desta PEC, não alcançarem os dez anos para incorporar um cargo de confiança que tenha exercido. Achei uma boa ideia esse escalonamento do relator. Porém, tanto nesse escalonamento como na licença prêmio, haverá uma divisão de classes de servidores públicos da Bahia. Ou seja, o princípio da isonomia não mais existirá entre os servidores públicos. Por que? Porque os servidores que adentrarem o serviço público estadual, após a publicação desta PEC, não terão mais licença prêmio.

Agora, vocês imaginem numa mesma sala duas cadeiras um servidor antes da PEC e outro servidor depois da PEC, fazendo o mesmo trabalho. Um terá privilégios a mais do que o outro. A palavra privilégio não existe na República. Vamos lembrar todas as revoluções que aconteceram. Aqui não teve revolução nenhuma. Mas na Europa e nos Estados Unidos, onde as democracias aconteceram, a palavra privilégio não existe. O governo do PT está colocando no dicionário agora a palavra privilégio para todos vocês.

Vamos adentrar ao projeto que irá a votação daqui a pouco, o Projeto de Lei nº 21.620/2015, que trata nada mais, nada menos que da alteração das metas fiscais. Foi aprovado no ano de 2014, a Lei 13.190 de 2014, apresentada pelo governador Jaques Wagner, onde ele dizia que o governo do Estado teria um resultado primário de R\$ 812 milhões. O que é o resultado primário? O encontro de contas da receita com a despesa. Um resultado primário positivo de R\$ 812 milhões. E, agora, na relatoria do deputado Bira Corôa, de Camaçari, que faz – vamos lembrar que nisso, aqui, não há ilegalidade nenhuma é a Lei de Responsabilidade Fiscal realmente abre possibilidades para que a meta fiscal seja alterada, que é o que o governo do PT está fazendo.

Resumindo: Wagner achava que ia fechar o ano com 812 milhões de crédito, e agora Rui Costa vem e fala que vai fechar o ano com um débito de 1 bilhão 254 milhões. Vamos lembrar aqui que o governo Rui Costa é um governo de sucessão, era o homem forte do governador Jaques Wagner e agora contraria tudo que Wagner falou. Wagner falou que ia fechar a conta com um saldo positivo de 812 milhões e ele está dizendo que vai fechar negativo em 1 bilhão 200 milhões. O mais interessante disso tudo é que o Sr. Jaques Wagner falava que a receita primária ia ser de 34 milhões 650 mil. E o governador Rui Costa está dizendo que a receita vai ser de 36.227.

Houve um aumento de receita, amigos e amigas, no valor de mais de 1 bilhão 577 milhões. Só que o aumento de despesa foi absurdo. O governador Jaques Wagner dizia que a despesa ia ser de 33 bilhões 837 milhões, e o governador Rui Costa afirma que a despesa vai ser de 37 bilhões 481 milhões. Ou seja, a despesa aumentou em 3 bilhões 643 milhões. Por que isso aconteceu? Muito simples, o PT da Bahia segue a

regra do PT do Brasil, eles têm que ganhar eleição por cima de tudo e de todos, e quem tem que pagar essa conta é o povo. Eles não podem é sair do poder. Ponto. Eles gastaram muito, gastaram errado, gastaram mal. Por que eu afirmo isso com propriedade? O governador Jaques Wagner deixa uma herança para o governador Rui Costa, eles se dizem tão amigos e tão companheiros, mas um companheiro que deixa um rombo de 2,3 bilhões para o outro não é esse companheiro todo.

Foi isso que Jaques Wagner deixou para Rui Costa: um rombo de 2,3 bilhões de reais. Como você sabe disso Luciano? Está na contabilidade do Estado. Um bilhão e meio em DEA, despesa feita, contratada, realizada, mas que não foi empenhada. Ou seja, o camarada chegou lá, reformou a estrada de Caculé para Ibiassucê, teve lá o contrato assinado, aquela coisa toda, colocou a obra na rua, chegou lá cheio de placa dizendo que de Caculé para Ibiassucê está tudo lindo e maravilhoso, ganhou a eleição e a obra está lá parada. Isso aconteceu em mais de 300 obras em todo Estado. 800 milhões de resto a pagar. É a mesma despesa feita, reconhecida, contratada. Só que empenhada. Eles empenharam dizendo que reconhecem um débito de 800 milhões de reais.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Concluo já.

Vamos lembrar a notícia da semana passada: o governo Dilma vira o ano em que ela se reelegeu, ou seja, a herança maldita foi dela para ela mesma, em 120 bilhões de reais. A União fechou com um rombo de 120 bilhões. E o governador Rui Costa segue a mesma linha fechando com um rombo de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado. Por favor!

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Iremos votar, com certeza, pela rejeição dessa LDO que é mais uma farsa do governo do PT.

Muito obrigado a todos pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos aqui esta noite, nós da Oposição, que já estamos a 15 dias em processo de obstrução para tentar evitar que o governador leve adiante as suas maldades para com os servidores e para com o povo baiano.

Neste processo de obstrução que a Oposição vem fazendo já há algum tempo, algumas conquistas ainda que tímidas foram alcançadas, algumas classes, algumas coisas, mas continuamos a não aceitar, porque o pacote de maldades é tão grande que não conseguiu ainda satisfazer a toda a classe de trabalhadores e a toda a classe dos consumidores baianos.

A matéria que ora estamos discutindo trata-se do projeto de nº 21.620/2015, de procedência do Poder Executivo, que altera as metas fiscais então constantes na Lei nº13.190, que é a LDO.

No meu entender, que sou leigo neste assunto, na questão orçamentária, mas tenho me entendido e tomado algumas aulas com o nobre deputado Hildécio Meirelles, que conhece a fundo esta matéria, entendo que o Governador aqui quer que esta Casa lhe dê crédito. Ora, como vamos dar crédito ao Governo que vem trazendo tanta maldade ao servidor? Como dar crédito ao Governo que não cumpriu com o seu dever de Casa? Não diminuiu as suas despesas, não diminuiu as benesses dadas à classe política, não fez, enfim, aquilo que deveria fazer.

Quando foi aprovada a LDO havia um comprometimento de se cumprir a meta fiscal em 850 milhões de reais. Hoje, o governador revê, apesar de a arrecadação ter sido superada, ou seja, houve um incremento de arrecadação além daquilo que estava previsto. Na verdade, o gasto foi muito maior do que se podia imaginar. Não se pode, então, conceder crédito para quem não sabe fazer conta.

O governador teve um ano para se planejar, para se adequar àquilo que aqui mandou.

Esta lei que hoje tenta alterar não foi iniciada nesta Casa. Não foi esta Casa que teve a iniciativa de estabelecer aquelas metas, foi um projeto oriundo do executivo e enviado para cá, que ele se comprometeu a cumprir determinada meta. Foi aprovada a lei e hoje ele faz por cautela para não cometer o mesmo equívoco as chamadas pedaladas fiscais que a nível nacional a Presidente Dilma cometeu.

Mas, isso, tentando entender como seriam essas pedaladas, chego à conclusão de que na verdade o que aqui se pretende concertar, o aqui se pretende emendar foi aquilo que o deputado Hildécio falou, não é fruto do atual governo, da atual gestão que iniciou em janeiro deste ano. Ele é fruto de uma gestão continuada oriunda da gestão cujo governador era o governado Wagner. Mas que o atual governador se beneficiou delas, porque ele está a pagar irregularmente aquilo que o Governo passado deixou de forma irregular e ilegal para este governo que ele quer pagar e precisa pagar, porque foram débitos contraídos na sua campanha para ser eleito e ele precisa pagar. Como não sabe fazer o dever de casa diminuindo as suas despesas, quer que o servidor público seja o responsável e pague essa conta.

Mas, porque que eu digo que isso é uma irresponsabilidade fiscal? É uma ilegalidade do governo passado para esse governo. É por isso que o Executivo sempre usa dessas pedaladas, porque o senso comum não consegue compreender e absorver essa matemática, essas pedaladas e essas jogadas que se fazem com o orçamento.

Vamos a alguns números – e peço ao nosso auditor fiscal Hildécio Meirelles que, se eu estiver errado, corrija-me, por favor. Nós vivemos em um país em que a Lei de Responsabilidade Fiscal – à qual o PT foi contra, e que é um dos maiores avanços para o país – estabelece algumas situações. Uma delas, que traz o Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, diz textualmente que o gestor não pode contrair débito nos 8 últimos meses da sua gestão, sem deixar em caixa ou pagar no exercício

a quantia correspondente. Foi aí que houve a maquiagem do governo passado, transferindo para o novo com a concordância do atual governador, que era na verdade o “gerentão” do governo passado.

O orador deixou para a administração atual, em recursos livres, um débito passado de R\$380.103.605,29 de compromissos assumidos, sem ter recursos em caixa – o que fere o Art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, meu caro deputado Fábio Souto.

Mas como isso passou despercebido, no Tribunal de Contas, sem que tenha ferido a Lei de Responsabilidade Fiscal? Ora, passou pelas famosas pedaladas, por uma mágica fiscal executada nas contas do governo. Como assim? Se olharmos a conta do governador passado para o atual, veremos que ele disse que deixou o superavit de R\$4 bilhões e 652 milhões. Ocorre que os valores deixados são de recursos vinculados. Isso quer dizer o quê? Recursos vinculados são aqueles que só podem ser gastos com determinadas rubricas, ou seja, com educação, com saúde, com áreas específicas que são tidas como prioridades. Mas o governo passado gastou mal. Ele gastou dos recursos livres. Isso significa que ele deixou o débito de R\$383 milhões de recursos livres. Isso foi o quê?

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concederei. Deixou para os prefeitos de uma cidade pequena e para ganhar a eleição. Fez um convênio de R\$500 mil com um prefeito aqui, outro de R\$300 mil para o calçamento, outro de R\$400 mil... Todos às vésperas da eleição, ou seja, nos 8 últimos meses da sua gestão. Como não tinha dinheiro para deixar em caixa, como manda o Art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fez-se uma mágica. Pegou-se o recurso vinculado que ficou ali, que são recursos de convênios que ainda estão em andamento, recursos de convênios que não foram executados, e que teriam de ser devolvidos, recursos vinculados à educação e à saúde, e inseriu esse deficit contraído como se fosse possível cobrir com recursos vinculados – o que não pode. É crime, é improbidade administrativa, é irresponsabilidade fiscal, é mágica feita no orçamento e na contabilidade e, em síntese, são as famosas e populares pedaladas fiscais. Então, no meu entender, as pedaladas existiram.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concederei em breve o aparte.

Mas pergunto o quanto e por que o governador Rui Costa está assumindo isso. Ora, porque ele foi o maior beneficiário, ele foi o candidato a governador, foi o governador eleito, ele foi eleito com base nesses convênios firmados na véspera da eleição em todos os municípios baianos.

Daí porque, meu caro Hildécio, ele já pagou, desses débitos, R\$200 milhões, que são restos a pagar que estão liquidados, pagos em dinheiro em caixa. Ele pagou com recursos indevidos; porque esse dinheiro na fonte zero não existia, o que existia era um deficit de R\$383 milhões. Mas ele pagou agora com recursos de 2015 e quer que o servidor cubra, tirando do seu salário.

Esta é a famosa mágica, a qual tentamos traçar em miúdos para que a população baiana possa entender. Mais ainda: analisando o relatório do TCE, verifiquei que o governo passado deixou de repassar aos municípios baianos, no mês de dezembro, quando seria obrigado, a quantia de R\$432 milhões e 161 mil de recursos arrecadados com ICMS e IPVA – da qual ele era mero detentor. Ele não é possuidor desse dinheiro, e sim mero detentor dessa quantia para poder repassá-la aos municípios. E não repassou.

E ouve-se na imprensa baiana hoje o governador dizer que antecipará aos municípios este ano os créditos do ICMS. Vai coisa nenhuma. Ele está tentando cobrir esse rombo que deixou de repassar indevidamente em 2014 para os municípios. E mais ainda: ele deixou de repassar e contabilizou esse dinheiro como sendo dele, quando, na verdade, não era. Ainda que não tivesse repassado e, se admitindo uma hipótese absurda e dada contabilidade, ele teria que não contabilizar esse dinheiro que não era dele, porque de fato não era. Esse dinheiro pertencia e pertence aos municípios.

Ele pretende agora dizer que está antecipando o dinheiro aos municípios em dezembro. Isso é uma falácia, uma mentira. Ele está tentando encobrir um erro, um equívoco, uma pedalada, uma mágica fiscal cometida no ano orçamento de 2014, que ele está cumprindo por força da sua eleição, nesse orçamento de 2015.

Com o aparte o nobre deputado Hildécio Meireles, que certamente enriquecerá o nosso pronunciamento.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Luciano Ribeiro, a interpretação de V.Ex^a está perfeita. V.Ex^a aduz uma informação que considero como gravíssima. Nem tinha visto esse dado de que mais de R\$300 milhões ficaram em débito, em restos a pagar sem o devido fundo. Portanto, esse é um dado gravíssimo. É crime de responsabilidade fiscal. Foram vários artifícios que esse governo usou no ano passado – porque era o mesmo governo – para maquiagem o fechamento das contas, para que fosse divulgado na imprensa que o governo que findou em 2014 teria deixado as contas em dia, teria deixado um superavit primário – o que já ficou provado aqui que não é verdade. Até para não ultrapassar o índice prudencial de gastos com pessoal, determinado valor de salário de servidor deixou de ser pago em dezembro de 2014 para ser pago na primeira semana de janeiro, para fugir das contas de 2014. Então, foram vários artifícios.

E me parece que uma das características do governo do PT é que o planejamento fiscal e orçamentário que determina que você só gaste o que se arrecada. Parece-me que eles gastam para depois correrem atrás da arrecadação! E isso está tornando, cada vez mais, essas contas descontroladas, como foi o caso do ano passado. E me parece que esse crime se potencializa ainda mais porque tinham como objetivo ganhar as eleições, como ganharam. Portanto, está perfeita a sua interpretação.

Acho que temos que nos debruçar na fiscalização desses atos do Poder Executivo com o intuito, simplesmente, de preservar as contas do governo do Estado.

Creio que seja a principal responsabilidade que temos aqui nesta Casa. Portanto, quero parabenizá-lo por este pronunciamento muito oportuno e muito bem interpretado. Meus parabéns a V.Ex^a.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço a intervenção de V.Ex^a e incorporarei ao nosso pronunciamento o seu aparte. E quero dizer que é um dado interessante esse que V.Ex^a nos traz, e que certamente o salário dos servidores ou o direito trabalhista de alguns servidores não foram pagos em dezembro, assim como a quarta parte, que pertencia aos municípios, do IPVA e do ICMS não foram pagos. Há também o débito que deixou R\$388 milhões na conta livre, na conta zero, zero, sem pagamento. Isso constitui uma atividade grave.

Eu estou usando esse pronunciamento, vou propor à Bancada da Oposição e àqueles deputados que pretendem a criação, nesta Casa, de uma CPI, no sentido de se apurar essas contas e essas falhas que aqui estão. (Palmas.) Porque não se pode botar essas contas nas costas dos servidores e da população baiana, quando se aumenta impostos, ICMS, quando se aumenta as taxas, quando se tira direitos dos trabalhadores, quando se aumenta a participação no plano de saúde e quando não se concede o aumento devido ao funcionalismo público. Mais que isso, o que nos parece, e aí nós temos um respaldo – não estou falando isso de mim, não sou auditor, não estou na área de contabilidade, sou apenas um estudioso que procurou investigar a matéria e os dados são constantes. Se observarmos, meu caro Hildécio, além desse débito deixado sem a cobertura devida, mas que foi maquiado com valores deixados de forma vinculadas e que às vezes nem pertencem ao Estado, esses valores vinculados podem muitas vezes pertencer à União, porque talvez seja fruto de um convênio que está em caixa, que tem que ser devolvido ou tem que ser executado. Não é dinheiro do Estado, não quer dizer que é dinheiro do Estado, como é o caso do recurso do ICMS e do IPVA!

Não se pode admitir ainda, e aí que vem o mais grave: outro dia, conversávamos na comissão, quando o secretário estava aqui na audiência pública, e V.Ex^a fez um pronunciamento dizendo que o DEA é uma atividade legal. Ela é legal, desde que seja, porque o legal mesmo é o resto a pagar, que estão lá, exatamente, contabilizados. Mas mesmo o DEA tem que ser deixado recursos em caixa! Você não pode ter DEA, assim você fere o art.42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. E o DEA só pode ser usado e utilizado em questões pontuais, impossíveis de serem previstas ou impossíveis de serem contabilizadas no prazo devido. Por isso estarei junto com a Bancada de Oposição fazendo valer a opinião de que os dados aqui apresentados são graves, as pedaladas praticadas constituem crime, improbidade administrativa e merecem ser investigadas nesta Casa.

Proporei, buscarei alcançar a assinaturas necessárias para instalarmos nesta Casa uma CPI para averiguação das Pedaladas Fiscais.(Palmas.)

Muito obrigado e todos vocês e uma boa noite.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, inicialmente gostaria de pedir uma verificação de quórum para que eu possa falar.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Exª marcasse o tempo regulamentar e convocasse os Srs. Deputados para que pudéssemos dar o quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª também será atendido.

Zerem o painel e marquem 15 minutos.

Quórum de continuidade da sessão solicitado pelo deputado Alan Sanches e pelo deputado Zé Raimundo. Srs. Deputados que querem a continuidade da sessão registrem suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum de continuidade da sessão.

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu primeiro-secretário e meu querido amigo, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Meu caro presidente, deputado Marcelo Nilo, a questão de ordem é no intuito de fazer uma solicitação a V. Exa, já que na discussão do projeto no âmbito das Comissões, eu até chamei a atenção para esse forte aparato de segurança que foi montado aqui na Assembleia Legislativa. Só que isso está prejudicando o trânsito dos Srs. Parlamentares. As duas portas aqui estão fechadas e a gente fica sem poder estar circulando no próprio Plenário.

Então faço um apelo a V. Exª que reveja e peça para que... Afinal, estamos na Casa do Povo, está aqui o funcionalismo público da Bahia atuando, sem criar nenhum tipo de constrangimento ou problema para a Casa. Então peço a V. Exª que abra as portas para que a gente possa transitar livremente pelo Plenário e pelas dependências da Casa, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou verificar o que possa fazer, deputado. Agora, na realidade, é para dar segurança a V. Exªs. V. Exª viu que na última sessão vários estudantes invadiram, inclusive, o Plenário, mesmo com todo o forte aparato policial...

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Não há nenhum clima nesse sentido, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Hoje não há clima, eu até concordo com V. Exª. Não há clima hoje, está tudo normal, agora, na semana passada, mesmo com os policiais, eu gostaria de dizer que a briosa Polícia Militar da Bahia, na minha opinião, agiu dentro da lei, dentro da normalidade, não agrediu ninguém...

(Vaías das Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olha, se vaiar, eu vou botar para fora. Se vaiar, eu vou botar para fora!

(As Galerias continuam vaiando.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, se vaiarem...

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Sr. Presidente...

(As Galerias continuam vaiando.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está suspensa a sessão! Peço a Polícia que retire...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Não, Sr. Presidente...

Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Suspensa a sessão por 15 minutos. Gostaria que a polícia retirasse...

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Não tem...

(As Galerias continuam vaiando.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de convocar a Polícia Militar para retirar todo mundo das Galerias. Todo mundo! Tudo tem limite! Manda retirar! Manda retirar!

(Alguns manifestantes das Galerias gritam: Ditador! Ditador! Ditador!)

(...) tendo em vista que os deputados aqui... Policiais, só um segundo. Tendo em vista que os deputados Leur Lomanto, Luciano Ribeiro, Paulo Rangel, Sandro Régis e a deputada Maria del Carmen me solicitaram que eu desse mais uma chance, vou dar mais uma chance. Agora, se vaiarem qualquer deputado, serei obrigado a mandar retirá-los. Estou dando mais uma chance. Vamos recomeçar os trabalhos, mas, se vaiarem, podem ter certeza de que não vou atender nem aos Srs. Parlamentares. Como a Casa aqui é de V.Exas e do povo, vou atendê-los.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados, deputadas, demais cidadãos que estão nos acompanhando através da *TV Assembleia*, nas Galerias, em todos os lugares onde a nossa *TV Assembleia* tem chegado.

Primeiro, Sr. Presidente, queria chamar a atenção de V. Ex^a, que fez a convocação dessa reunião conjunta para o funcionamento das comissões. Funcionou, eu estava lá, mas há mais de um mês que eu tento colocar a comissão a qual presido, a Comissão de Saúde e Saneamento da Casa, e não consigo me reunir pela ausência dos deputados que não dão quórum. Não sei se é uma forma proposital para que, quando haja um deputado na Oposição, não se dê quórum, a fim de que a Comissão não abra ou se realmente os deputados têm chegado tarde aqui. Então, gostaria de solicitar a V.Ex^a que, nas terças-feiras, às 10h15, temos reunião; pois, infelizmente, a Comissão não tem conseguido trabalhar.

Outra coisa que eu queria nessa linha com V.Ex^a. Quero trazer esta demanda que é da Comissão de Saúde: através da minha pessoa, como seu presidente, fiz três solicitações de informações à secretaria de saúde, há mais de 45 dias, e o governo do Estado, que diz que é o campeão da transparência, não responde a esta Casa, não responde ao presidente da Comissão de Saúde. Coisas simples como a pergunta que fiz sobre quando estará em funcionamento, colocado para a população do Estado da Bahia, o HGE 2. Não se sabe de que forma os funcionários vão trabalhar naquele hospital, naquela Unidade. Para que V.Ex^{as} entendam, o HGE 2 tem o mesmo tamanho, a mesma capacidade, praticamente, do HGE 1. Caberá naquele Hospital, naquela Unidade a mesma quantidade de funcionários. Disseram que iam entregar em abril, disseram agora que seria em dezembro, então a Comissão de Saúde desta Casa, na função que lhe cabe de fiscalizar e de informar à sociedade baiana, fez o questionamento; mas o secretário de saúde, Dr. Fábio Villas Boas, realmente, não dá importância a esta Casa. Então queria trazer para que a Mesa Diretora faça essa solicitação para que, também, se ele não responder, possamos encaminhar e tomar as medidas jurídicas para que responda ao presidente da Comissão de Saúde desta Casa. Porque é melhor que a gente feche a Assembleia se a gente não tiver atendida apenas uma solicitação de informação sobre quando vão iniciar, quando vão entregar o Hospital HGE – porque ele disse que era em abril, depois que era agora em dezembro, mas nenhuma informação ele traz a esta Casa.

Eu fiquei feliz por um lado quando, nessa semana perguntaram se eu estava fazendo propaganda do governo do Estado. Não. Eu estava fazendo a propaganda de como ele gasta mal. Como é que o governo do Estado não tem um planejamento e gasta milhões de reais com esse tipo de propaganda ostentação. (Palmas.)

Quando chegou nessa semana, a torneira tinha sumido. V.Ex^{as} devem ter percebido, a torneira sumiu. O vazio, também, do tanque, sumiu; porque, realmente, o governador deve ter percebido que a ostentação, a gastança de forma equivocada era tão grande que ficou com vergonha e tirou a torneira e o tanquinho. E nessa semana, já não tem mais a propaganda, que era para ficar mais de 30 dias fazendo essa propaganda da gastança, da propaganda ostentação que o governo faz.

Aí voltamos aos tempos medievais: apertou o cinto, a crise bateu no governo do Estado, ele não fez o dever de casa e o que acontece? Ele faz, como fez naquela época: qual a pior coisa, o que vou fazer, qual a coisa mais fácil? Vou aumentar o imposto da nossa população, na plebe, em quem sofre. Então aumentou o ICMS e agora faz essa transformação completa na vida do servidor.

Eu digo uma transformação que o governador Rui do PT faz, é que os servidores, eu não digo pouco não, muitos, milhares faziam a sua programação para o final de ano, quando receberiam as férias. De repente ele pega e “sulapo”, tira completamente do orçamento dessas famílias essa programação familiar para pagar suas contas, quer dizer, a partir da publicação do Diário Oficial que a Assembleia aprove contra o voto da Oposição, tenha certeza disso, estará em pauta e valerá isso.

Eu chamei a atenção aqui dos servidores, encaminhei ofício para todos os

sindicatos de servidores do Estado informando da modificação do Planserv, isso há uns 2 meses aqui, chamando a atenção nesta Casa. O que aconteceu? Não tivemos resposta. A Oposição não teve resposta nem sequer de um sindicato. Quando chegou este mês receberam a pancada, mais uma vez um “sulapo” no contracheque que tirou os dividendos. Teve gente que estava recebendo R\$ 400,00 no contracheque, Sr. Presidente. Se acham que isso é um governo democrático, eu, realmente, não consigo achar.

Mas naquele momento os servidores ficaram dormindo, e é por isso que venho há 15 dias, junto com nossa Oposição toda, aqui, solicitando a mobilização dos servidores, solicitando para que os servidores façam o que o homem público, o agente político tem mais medo: é a mobilização de vocês.

(Palmas nas galerias.)

Vocês vão poder, realmente, contar conosco, estão contando, vocês estão vendo aqui a nossa briga, o projeto ainda nem chegou, porque eles retiraram o projeto porque ficaram com medo de vocês, e nós estamos na briga, agora, precisa de vocês. É preciso aquela mobilização bonita e maior do que foi feita aqui, porque os professores estão bem, neste momento foram retirados desse projeto. Porque os professores, eles pensaram: com três meses, quando a gente tem que tirar licença prêmio, eu não posso tirar, ele vai ter que tirar de qualquer jeito a licença, mas ele tem que contratar outro professor para colocar no lugar. Por isso que a APLB deveria estar aqui e não está...

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- (...) deveria estar aqui combatendo esse absurdo, esse abuso que o governador tem feito quando encaminha esse pacote de maldades para esta Casa.

Com o aparte o deputado Herzem Gusmão, nosso futuro prefeito, com certeza, de Vitória da Conquista.

O Sr. Herzem Gusmão:- Obrigado, deputado Alan Sanches, em relação à água, deputado, diria que o governo está retirando a propaganda por dois motivos: a denúncia da ganância de milhões, e é uma inversão de prioridades, temos levantamentos e dados oficiais fornecidos pelo deputado Luciano Simões de que o governo investe mais do dobro na propaganda do que a educação e segurança pública, mas falta também água.

Eu sou de uma região, a cidade de Vitória da Conquista tem uma curva climática desenhada pela Unicamp na década de 70, quando da implantação do café. Nós temos, o distrito de Vitória da Conquista, com 60% de uma região seca, sem água e que o governo faz uma propaganda dessa magnitude e até as regiões beneficiadas com a curva climática onde nós temos mata atlântica, que é a região de Barra do Choça, onde foi devastada para dar lugar à cafeicultura, que tenham água as duas barragens com quase 100% da capacidade, mas falta investimento da Embasa, declarações do engenheiro Dr. Álvaro, faltando investimento a água não chega.

Em relação ao que nós estamos, de maneira apressada, para votar, para atender à rapidez e à velocidade do governo, as dificuldades do governo, nós estamos vendo aqui os reflexos da denúncia aqui, hoje, da preocupação do deputado Luciano Ribeiro, onde ele já está falando em CPI, em pedaladas, porque há uma maquiagem verdadeira. As dificuldades do governo são enormes. Então, o governo está querendo arrecadar mais com o ICMS, saltando de 17 para 20%, a alíquota não sai de 17, 18, em função daquele fundo criado de combate à pobreza de mais 2%. Vai a 20.

Criaram uma taxa, e eu soube agora á tarde, que a indústria irá questionar, a partir de Vitória da Conquista com um mandado de segurança, porque aquela taxa de ocupação criada e que foi aprovada aqui, de 50 centavos, daqui a pouco, daqui a pouco nós teremos detalhes que nós pedimos á assessoria, essa taxa também é inconstitucional.

Então, o governo gastou mal em 2014, faltou planejamento, vendeu a ideia no início do ano para projetar e fazer propaganda do ex-governador Wagner, que precisava chegar em Brasília, com a ideia de que a Bahia estava nadando em dinheiro, e que tinha, o deputado se lembra, o secretário Manoel Vitório dizia que a Bahia tinha nos cofres 4,6 bilhões de reais. Não tinha o dinheiro, o dinheiro virtual. Muito pelo contrário, o governo não tem os recursos. Daí os cortes, até o Planserv foi atingido, depois, direitos e garantias históricas dos trabalhadores, criação de imposto.

E o governo, como disse V.Ex^a e outros colegas que antecederam a sua fala, o governo não dá o exemplo, quando ele não corta as despesas, a gastança, 28 secretarias, é secretaria demais, mais de 11 mil cargos de confiança, reflete em uma má gestão.

E eu dizia hoje, para concluir, deputado Alan Saches, que uma Oposição que não exerce a capacidade de se tornar vigilante em relação às contas do governo, não colabora com o governo, atrapalha o governo, empurra o governo para o abismo. É o que nós estamos sentindo, é o que nós estamos vendo, a situação insustentável.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a me permite? Eu vou prorrogar a sessão por mais uma hora. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu peço a compreensão de V.Ex^a. Eu agradeço. Volto a palavra a V.Ex^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero também parabenizar a aprovação do prefeito ACM Neto com 85%, o que mostra que é um craque, realmente, na administração pública.

As pessoas questionavam dizendo que é um rapaz novo, na época devia ter 34 anos, entrando na administração pela primeira vez, mas a pessoa quando sabe, quando quer não tem idade. Ele tem mostrado que, realmente, é conhecedor de administração pública, se preparou sua vida toda para isso, e quando, do outro lado, nós temos essa gastança, gasta mal, gasta sem planejamento, mostrei aqui a propaganda, a Oposição

junto aqui, nós mostramos o que vem de errado, mas, infelizmente, o governo faz o quê? 28 secretarias, superintendências, agências reguladoras que não regulam nada.

Nós temos aqui empréstimos de 1 bilhão e 600 milhões de reais aqui e não se dizia, naquela vez que tivemos aqui 36 horas de obstrução, e não conseguimos que o governo dissesse para onde iriam esses recursos.

O governo Rui, do PT, deveria, realmente, tomar algumas aulas para saber como é que se faz esse tipo de administração, quando o prefeito ACM Neto investe, em São Tomé de Paripe, até o Parque das Bromélias, que fica ali no CIA, ao lado do Parque São Cristóvão, é de um ponto ao outro, só não vê quem não quer. Então, quem não quer ver, não vê que a administração, essa reforma que está tendo no Rio vermelho, que teve na Barra, que está estendendo ali até Ondina, a reforma que nós temos é no Jardim de Alah, a reforma que nós temos em Itapuã é uma coisa completamente diferenciada, não é só uma pequena maquiagem, é uma reforma que nós tivemos naquela região.

E a deputada Maria del Carmen, também muito conhecedora que foi, inclusive, durante muito tempo, ficou à frente, inclusive, da Conder, foi minha colega, vereadora, sabe do que estou falando e concorda, tenho certeza, tem o seu lado, deputada, mas concorda que a transformação que o prefeito ACM Neto tem feito aqui, realmente, é muito grande.

E, ao invés do governador Rui do PT, trazer essa maldade no final de ano, sem fazer uma programação na vida dessas famílias dos servidores, ele deveria era cortar na carne, diminuir a quantidade de mais de 12 mil cargos comissionados. Fora os Redas, as 28 secretarias e por aí vai. Cada município desse tem quantos cargos comissionados, quantos servidores? Aí busco querer, de alguma forma, entender e desafiar um deputado que consiga subir na tribuna, independente aqui dos 63, que possa esclarecer. Por que essa maldade do governador Rui do PT com a classe dos servidores públicos?

Eu, realmente, não entendo e queria que um deputado tentasse explicar para esta Casa, tentasse explicar através da *TV Assembleia* por que tamanha ruindade o governador Rui faz com os servidores. (Palmas.)

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Queria dar um aparte ao nobre deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Alan Sanches, quero parabenizá-lo pelo belíssimo discurso, lúcido, tratando com respeito, debatendo e se posicionando. Eu gostaria que os deputados aqui do governo, sempre falam que é importante debatermos os temas aqui nesta Casa, mas hoje à tarde, infelizmente, não vi nenhum deputado subir à tribuna para defender este projeto de lei, este projeto de emenda à Constituição, maléfico para o servidor público, para o serviço público do Estado da Bahia.

Infelizmente, nós estamos aqui debatendo no monólogo, porque todos

concordamos que este projeto é um projeto irresponsável, um projeto que vem num momento tirando direitos dos servidores públicos. E não vemos a sensibilidade e tentamos aqui sensibilizar os deputados governistas desse pacote de maldades que vem aqui no apagar das luzes, na sua maioria, em regime de urgência, justamente para não se ter um debate, uma discussão com a própria sociedade. Estamos aqui vendo os deputados calados. Eu queria parabenizá-lo e queria, mais uma vez, dizer do orgulho que tenho por participar de uma bancada que V.Ex^a, com muita coragem e coerência, participa.

O Sr. ALAN SANCHES:- É recíproco, deputado Pablo Barrozo. Eu incorporo o aparte de V.Ex^a e quero dizer que fico muito feliz em participar desta bancada. Que queriam, sim, passar o trator, o rolo compressor nesta Assembleia e graças a Deus não conseguiram votar os projetos, tiveram que retirar os projetos, mas isso por causa do trabalho conjunto da Oposição, de todos os 21 deputados da Oposição.

Mas, eu sempre chamo a atenção dos servidores. Estamos fazendo nossa parte aqui, estamos aqui debatendo, fazendo obstrução, vários dias já retardando esse projeto, para que se discuta. Mas precisa, precisa e precisa a mobilização de vocês. Se nós não tivermos a mobilização dos servidores, eles passarão o rolo compressor e aprovarão essa maldade que o governador Rui do PT quer fazer com os servidores.

Fala-se também que o governo administra bem. Nós estamos trazendo várias formas aqui, trazendo várias denúncias de que gasta mal. Trouxe a propaganda, mais de 90 milhões de gasto quando de investimento na saúde foi menos de 40 milhões. Quando estou aqui na tribuna fazendo qualquer tipo de crítica, nada à pessoa, e sim à secretaria, ao conjunto da obra, quando diz que economizou 300 milhões e temos diversos fornecedores, diversos prestadores de serviços hospitalares sem receber, sem saber o que fazer para dar continuidade no atendimento.

Mas, diz que está economizando e fazendo um bom serviço, quando desafio nesta Casa a vocês que conhecem muito bem Salvador e o Estado da Bahia, as dificuldades, que me digam onde a gente consegue fazer aqui cirurgias eletivas. Existe uma regulação da morte, que regula a urgência. Mas as cirurgias eletivas não são reguladas.

Venho batendo aqui desde o início deste ano, já são três anos que o governo do Estado da Bahia não faz uma prótese de joelho. O governo do Estado da Bahia não faz também uma prótese de quadril. Temos aqui um projeto de lei que apenas lista, dá a possibilidade de que as pessoas sonhem que um dia farão as suas cirurgias. Que ela possa se inscrever da mesma forma que se inscrevem na regulação, que ela possa se inscrever nessa lista, na regulação das cirurgias eletivas para que um dia sonhe que vai voltar a andar com a sua prótese de joelho ou de quadril, que pare de ir para a emergência com dor de vesícula, que vá parar de também correr para as emergências com dor no rim e por aí vai. Há também as histerectomias e as cirurgias necessárias. Tudo isso tem que ser resolvido para que não se peça pelo amor de Deus para ser operado.

Muito obrigado, digo não a essa gastança desenfreada e voto com vocês.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, servidores que se fazem presentes na luta pelos seus direitos, amigos baianos e baianas que nos assistem pela *TV Assembleia*, mais uma vez nesta Casa repete-se o que ocorre todo ano. Os Srs. Deputados de Oposição se posicionam, inclusive por duas ou três vezes este ano votamos matérias importantes para o Estado da Bahia, encaminhadas pelo governo. Aqui faço uma referência à liderança exercida pelo deputado Sandro Régis. Ele sempre se posicionou favorável aos temas importantes votados aqui, e fomos favoráveis ao governo.

Mas em nenhum momento este ano, infelizmente, meus colegas governistas, que tanto respeito, se indispuseram e votaram contra qualquer tipo de matéria que o governo do Estado apresentou a esta Casa. Infelizmente, gostaria de ser convencido, através do poder do argumento, daqui desta tribuna, de que cortar direitos adquiridos dos servidores públicos, direitos conquistados por estudo, trabalho ou por valores, seja correto. Nós teremos que votar um projeto que ao invés de incentivar o serviço público que já anda capenga, estamos aqui a desmerecê-lo.

Vejo como é incoerente esse discurso do Partido dos Trabalhadores que toca o nosso País e o governo do Estado da Bahia. Enquanto é contrário ao desemprego, votamos aqui da semana passada o aumento do ICMS, num momento de crise e recessão. Nós, infelizmente, não vemos por parte do governo do Estado alguma medida responsável. Até vi no início do ano e parecia ser uma luz no fim do túnel, deputado Fábio Souto. Porque o governador Rui Costa, que foi o braço direito e assinou embaixo de todas as atitudes do governador Jaques Wagner, e no início do ano reconheceu que se gastava com a saúde em convênios exagerados, gastando-se mais de 200 mil por mês. Tudo jogado pelo ralo e agora cortou esses convênios. Alguns cargos foram diminuídos, mas na realidade foram cargos maiores, criados para os apaniguados. Aí vamos empregar mais companheiros no governo do Estado e nós vemos aí nas secretarias, e os deputados governistas sabem disso, 12 funcionários onde com 2 funcionários se fazia o trabalho muito bem, e 10 lá de braços cruzados. Enquanto se gasta dinheiro com esse tipo de servidor, aquele que de servidor não tem nada, os servidores públicos que deveriam ser valorizados têm que pagar o pato por um governo irresponsável com os seus gastos públicos. É isso que acontece, hoje, no nosso Estado.

Estamos aqui a dar um cheque em branco, presidente Adolfo Menezes, para este ato de um governo incompetente, incoerente, um governo que no seu início colocou um secretário da Fazenda que não tinha nada a ver, que não tinha nenhuma experiência na área, um secretário que afundou o nosso Estado com uma política fraca, uma política frouxa com a anuência do seu governador que ao invés de sanear o

governo do Estado não o fez, e, hoje, depois de 9 anos de governo do PT, estamos a cortar direitos adquiridos, a aumentar impostos...

O Sr. Soldado Prisco:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Será concedido, deputado Prisco.

(...) a aumentar o valor do Planserv que era um direito adquirido do servidor. E não estamos aqui a discutir projetos que, realmente, sejam importantes para o crescimento da Bahia.

Enquanto vemos serem gastos milhões em propaganda, enquanto não vemos gastar em saúde e educação, vemos também...

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- O aparte será concedido, deputado Fábio Souto.

(...) o desperdício de recursos públicos, ao invés de acabar as mais de 200 obras paradas, que a Oposição já elencou aqui, que foram começadas. Era melhor não ter feito, porque se começou, jogou o dinheiro público fora e não se deu continuidade.

Nos anos eleitorais, o governo do Estado vem com aquela propaganda da ponte Ilha-Salvador, da ferrovia Oeste-Leste, de um metrô viário, aqui em Salvador, que vai por cima, algo que, às vezes, você nem sonha que existe, eles vêm na propaganda, pagando os marqueteiros, colocam tudo bonitinho. Mas, na hora da realidade, na hora do vamos ver, é um governo incompetente, despreparado e que não tem projeto nenhum. Está aí remasterizando um projeto do governador Jaques Wagner de 2011. Lançou este projeto este ano na área da educação dizendo que a prioridade era a educação, e, infelizmente, o que nós vimos é o governador destratar cada vez mais os professores que deveriam ser cada vez mais respeitados pelo governo do Estado.

Com o aparte o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- O deputado Pablo colocou com muita sabedoria todos os gastos que esse governo vem fazendo.

Há que se lembrar da Copa do Mundo feita no Brasil. Foi prometido por este governo que vários legados ficariam para esta cidade. Os legados que ficaram aí foram obras paradas, a exemplo do aeroporto que estaria funcionando antes da Copa do Mundo e, até hoje, está uma obra sem-fim, não se sabe quando vai acabar. Construiu-se um estádio com a parceria público privada, mas ao redor dele nada foi feito.

Um governo que arrombou os cofres do Estado para manter a Copa do Mundo que nenhum legado deixou para o Estado, agora joga a conta nas costas do servidor público para tentar arrumar as suas contas, um verdadeiro absurdo que vem acontecendo com esse governo. Nada foi feito de melhorias. Nos aeroportos, não só o de Salvador, mas em nenhum aeroporto da Bahia, foi feito nenhum investimento para a mudança. E a promessa era ter feito muito antes da Copa do Mundo. Ouvimos muitas propagandas falando da reforma do aeroporto e do tal legado que a Copa do Mundo iria deixar. E cadê esse legado? Porque nenhum membro do PT ou do próprio governo vai para a televisão falar que legado foi esse que foi deixado para a

população da Bahia em relação à Copa do Mundo? Deixou um legado grande, um rombo no Estado que os servidores e a população da Bahia estão pagando agora.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Eu agradeço o aparte de V.Ex^a, V.Ex^a que é um lutador dos servidores públicos nato e que muito honra aqui o seu mandato nesta Casa.

Quero conceder o aparte ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Pablo Barrozo, agradeço, em primeiro lugar, o aparte. Concordo com V.Ex^a em suas colocações. Na verdade, percebemos que parece que o governo está alheio à situação econômica em que vive o povo baiano e brasileiro. Indago aqui: será que é justo, será que o servidor público pode arcar com essa conta que o governo estadual quer colocar para eles? Claro que não. Estamos vivendo um dos piores momentos econômicos do Brasil nos últimos 50 anos. Este ano, tivemos desemprego, taxas de juros elevadíssimas, inflação que vai chegar a 10,5%. E o pior de tudo, deputado, é que o cenário para o ano que vem é o mesmo. E o governo com esse projeto vem pedir sacrifício a uma classe já sacrificada, que não tem a mínima possibilidade de, efetivamente, perder direitos adquiridos há anos.

Semana passada, tivemos aqui o aumento do ICMS. Quando falamos em aumento de ICMS, dizem que vai ser ruim para o empresário. Não, vai ser ruim para o empresário, mas vai ser muito pior para a população, porque os comerciantes e empresários vão repassar nos preços. Eles não vão arcar com isso para eles. Eles vão passar esse aumento do ICMS para o preço dos produtos, e isso vai aumentar mais ainda a inflação.

Então, tenho certeza de que o governo podia diminuir o peso da máquina estatal, diminuir secretarias e, com certeza, com medidas desse tipo, não teria que sacrificar o funcionalismo público.

Parabenizo V.Ex^a pelo belo discurso, mostrando o compromisso que V.Ex^a tem com o povo da Bahia, com o funcionalismo público do Estado da Bahia, defendendo de todas as formas os interesses da população do nosso Estado. Parabéns, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Queria agradecer o aparte do deputado Fábio Souto, V.Ex^a sempre um estudioso da questão econômica, preocupado e atento ao desenvolvimento do nosso Estado.

Queria conceder o aparte ao deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Muito obrigado, deputado Pablo, por ceder esse aparte.

Deputado, estamos manifestando a nossa preocupação em relação a sede do governo em arrecadar. Na semana passada, debatemos aqui, e foi aprovado nesta Casa, o projeto de lei nº 21.634/2015. Estávamos falando do ICMS que atinge a indústria, que atinge o comércio atacadista. O ICMS criado pelo governo que aumentou a alíquota de 17 para 20%. Esse projeto de lei, que hoje já é uma lei, porque foi aprovado, lei nº 13. 462, de 10 de dezembro, já está em vigor. Os parques

industriais da Bahia, vou citar o exemplo do Distrito Industrial dos Imborés, em Vitória da Conquista, está abandonado pelo governo, não há investimento, e dá uma contribuição histórica para o nosso PIB. Conquista tem o sexto maior PIB da Bahia. O Distrito Industrial dos Imborés dá uma contribuição de 18% sem nenhuma contribuição do governo. Até uma viatura que tem lá para a segurança, os industriais compraram, porque o Estado não liberou essa viatura para oferecer segurança. O transporte é ruim, falta estrutura, asfalto, é um distrito industrial literalmente abandonado.

O que fez o governo com essa lei? Criou uma taxa de ocupação que vai cobrar 50 centavos por metro quadrado – essa lei já está em vigor, porque aprovamos aqui. Imaginamos que 50 centavos é muito pouco. Ocorre que uma área, por exemplo, de 40 mil metros quadrados, a indústria vai pagar R\$20 mil. Portanto, observem o que o governo está fazendo com setores produtivos da Bahia e, também, com o funcionalismo público, com os servidores públicos. Retirando direitos adquiridos dos servidores, aumento de impostos, criando taxas, sacrificando setores produtivos do Estado, geradores de emprego e renda e que não têm o estímulo nem o incentivo governamental. Obrigado, excelência..

O Sr. PABLO BARROZO:- Sou eu quem agradece, deputado Herzem. Com o esse aparte, V.Ex^a ilustra muito bem esse governo incompetente que nos serve, que serve ao povo baiano. Queria parabenizar VEx^a, uma pessoa pela qual eu tenho uma admiração muito grande, por ser uma pessoa mais madura e que diversas vezes, ao termos que virar noites aqui, debatendo temas tão importantes, V.Ex^a sempre se fez presente ao Plenário, firme e forte, na defesa das suas convicções.

Quero salientar a importância do que estamos discutindo aqui hoje, que é a mudança da meta fiscal, que nada mais é do que a famosa “ajeitadinha para não dar pedalada”. Essa pedalada que o governo federal deu e que o governo estadual tenta fazer, porque não soube obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal. Este ano, mais uma vez, gastou a torto e a direito, irresponsavelmente, com o que achou necessário, conforme os moldes petistas de governar, e não respeitou essa lei. Estão entre os gastos está o índice de pessoal, que contrata pessoas de sobra, para cargos que não são necessários, enquanto tira os direitos dos servidores. Governo este que, infelizmente tenta acabar e dar um “jeitinho” numa lei tão importante. Foi uma conquista histórica, que proíbe políticos e dá limites a eles para administrar e fazer uma gestão responsável. E nós estamos aqui para alterar essa meta, deputado Herzem, e infelizmente...

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte, deputado, por gentileza.

O Sr. PABLO BARROZO:- À vontade.

O Sr. Herzem Gusmão:- Faltou só esclarecer que esses R\$ 20 mil, para quem ocupa uma área pequena, de 40 mil metros quadrados, são por mês. Não é por ano, e sim mensal. Muito obrigado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Veja que absurdo! Mas, infelizmente... Nós aqui, este ano, aprovamos um empréstimo de R\$ 1,6 bilhão para o governo do estado. Esta

Casa aprovou um projeto como este.

Nós aprovamos também o aumento do Planserv, para cada vez mais onerar o gasto do servidor público. Era uma conquista para eles! Enquanto isso... Se nós vissemos esse pacote de maldades sendo aprovado ao longo de todo este ano e houvesse uma resposta para a população, de serviço prestado, uma devolução para a população, com saúde e educação... Nós não vemos isso! Vemos os cidadãos baianos com medo de andar nas ruas, presos em suas casas e com receios, as pessoas morrendo assassinadas.

Hoje, a Polícia Militar da Bahia, com todo o esforço que faz, está desguarnecida, e vimos o quanto o governador perdeu o prumo, perdeu a mão, perdeu o pulso. Ele, que é o principal responsável, hoje não tem condição de garantir a segurança pública para todos os baianos. Pelo contrário, nós vemos as quadrilhas tomando conta, a exemplo, deputado Zé, V.Ex^a, que eu respeito tanto e admiro o seu trabalho, representante de Feira de Santana, a exemplo de lá mesmo, onde há uma quadrilha instalada de grilagem de terras, e pessoas de bem que as adquiriram, com muito trabalho e suor, ou então através da família, sendo ameaçadas, vendo a quadrilha instalada como se fosse um banguê-banguê numa cidadezinha pequena, escondida em qualquer confim do mundo. Mas não. Está acontecendo em Feira de Santana.

Mas V.Ex^a, sabiamente, inteligentemente – mas, infelizmente, eu não posso concordar com isso –, vem comparar a Bahia com o Rio de Janeiro. Não comparo uma administração ruim com outra ruim. Quando as pessoas querem melhorar e crescer, tem que comparar, deputado Alan, com os melhores. Eu não vou comparar a Bahia, com uma administração ruim, que é a do Rio de Janeiro, até por que eu não sou carioca, não vivo lá. Eu sou baiano, minha vida é aqui, a minha família está aqui, a segurança pública de que dispõem as pessoas que eu represento é aqui, a saúde, a educação. Não posso comparar a Bahia com um mau exemplo que é o Rio de Janeiro, que é tão ou talvez até mais mal tocado do que o Estado da Bahia. Tenho que comparar com Pernambuco, que é muito parecido conosco. Estivemos durante muitos anos à frente do Estado de Pernambuco e hoje estamos atrás em todas as áreas de uma administração qualificada, porque temos um governo fraco, incompetente e sem projetos para o nosso Estado.

Projeto de poder, esse há, e vai conseguir, inclusive já estão tentando fazer o novo presidente, já estão pensando na eleição para governador do Estado. O governador, ao invés de trazer projetos para a Bahia, já começou a sua gestão fazendo política, fala muito de Salvador, mas não coloca um real, não faz nem traz uma obra, todas as obras que estão acontecendo no município de Salvador são da Prefeitura e não têm nenhum recurso federal nem estadual. E aí pergunto a V.Ex^{as}, por quê?

Vamos fazer uma comparação não com política nem com retórica, mas pegue um taxista aqui em Salvador e pergunte a ele como anda a administração do prefeito ACM Neto. Pegue o mesmo taxista aqui em Salvador, deputado Alan, e pergunte a ele como anda a segurança pública do Estado da Bahia, como ele se sente com sua

família andando pelas ruas nos fins de semana, como ele se sente indo à praia, a exemplo do Porto da Barra, onde há assalto o tempo todo, a exemplo da Ribeira, Tubarão, Itapuã. A qualquer lugar a que vá no final de semana com a família, vamos ver se esse cidadão baiano se sente seguro. Se vamos ao Oeste da Bahia, a Conquista, ao Sul, ao Nordeste, as quadrilhas estão se instalando lá, e nenhuma pessoa de bem se sente segura.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado!

O Sr. PABLO BARROZO:- Pergunta-se, esse governo tem prioridade? A prioridade desse governo é propaganda, e nós estamos aqui para usar esta tribuna para contraditar. A exemplo do que o querido deputado Adolfo Viana fez, nós, da Oposição, não estamos aqui para nos fazer de rogados, e sim dizer o que acreditamos e o que a população baiana quer exprimir – e ela, como a população brasileira, cansou desse governo de propaganda.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, o deputado Soldado Prisco, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, antes até da minha fala, eu quero pedir uma questão de ordem, uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Nelson Leal:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, o deputado Nelson Leal.

O Sr. Nelson Leal:- Que V.Ex^a marque os 15 minutos regimentais e convoque todos os deputados para que se façam presentes aqui para podermos escutar o pronunciamento do nosso querido amigo deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Marque o tempo, por favor.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Solicito ao deputado Soldado Prisco que marque a presença por ter pedido verificação de quórum.

Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes ou em outras dependências desta Casa, existe um pedido de verificação de quórum de continuidade de sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Já quórum suficiente para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Soldado Prisco:- Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, para discutir, o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, quero voltar a falar sobre o que o governo vem fazendo contra a categoria dos servidores públicos!

Estive, logo cedo, às 7 horas, no Complexo Penitenciário da Mata Escura. Bem,

como a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública desta Casa já havia visitado esse mesmo complexo há dois meses, eu, mais uma vez, fui lá para verificar as condições in loco do que o governo ou o secretário, Nestor Duarte, havia feito naquele complexo penitenciário para melhorar as suas condições.

Eu fui a fim de observar, principalmente, as questões físicas do prédio como também as demais questões relativas aos policiais militares, aos agentes penitenciários e aos demais servidores que trabalham naquela casa.

Fiquei mais assustado do que a primeira vez em que estive lá. O complexo está abandonando. O presídio está desabando. Os policiais não podem nem ficar nas passarelas porque elas estão desabando no fundo com complexo penitenciário. A iluminação está caótica. Estão construindo uma guarita com dinheiro e recursos dos próprios policiais militares, aliás, a única guarita funcionando no fundo do presídio. Estão acontecendo fugas constantemente!

Mais uma vez, o governo do Estado quer jogar a culpa naqueles servidores, tanto nos agentes penitenciários, como nos policiais que trabalham naquelas condições. O esgoto está, totalmente, a céu aberto e exala uma fedentina absurda. Todas as instalações elétricas estão condenadas.

Recentemente, houve uma ação do próprio Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado da Bahia com os Ministérios Públicos Federal e estadual para pedir a interdição de todo o complexo. Não vimos nenhuma posição até agora, nem do governo do Estado, tampouco do próprio Poder Judiciário baiano, para impor o que os ministérios públicos colocaram para o governo do Estado da Bahia.

Vimos um descaso total do governo do Estado naquele complexo penitenciário, não só naquele, como em toda Bahia. Já visitamos vários presídios! Houve uma chacina em Feira de Santana, onde vários presos foram trucidados. Os agentes penitenciários fizeram atos de heroísmo de policiais, podendo perder suas vidas.

A comissão esteve lá em Feira de Santana. Infelizmente, nada foi feito pelo governo do Estado! Só vemos propagandas e bravatas por parte do secretário Nestor Duarte que esteve presente à Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública com o intuito de mostrar fotos maravilhosas e vídeos maravilhosos para todos verem e assistirem na comissão. (Palmas.)

Nada foi feito para melhorar quaisquer das penitenciárias.

Vemos este governo do Estado, infelizmente, só trabalhar com a propaganda da mentira!

Até quando a população da Bahia suportará isso? Será que a população não está vendo o que este governo tem feito com todos os servidores públicos do Estado?

Assistimos aos policiais pedirem: “Pelo amor de Deus, Prisco, faça alguma coisa por este complexo policial!”

Mais do que fizemos? Mais do que a gente fala?

Vamos denunciar novamente através de outra representação. O nosso jurídico

entrará pedindo, mais uma vez, a intervenção do Ministério Público naquela situação que os policiais militares estão passando naquele complexo penitenciário. É um verdadeiro absurdo o que vem ocorrendo ali!

Partimos para a nossa briosa Polícia Militar da Bahia.

Vejo, aqui, alguns deputados colocarem fatos sem conhecer a nossa realidade, sem conhecer o nosso regulamento arcaico e ultrapassado criado à época da ditadura militar e baixado pelo presidente Costa e Silva, general do Exército à época, que baixou, também, o Ato Institucional nº 5, famosamente conhecido como AI-5. O arcaico e ultrapassado regulamento é mantido até hoje!

Fizeram uma farsa quando aprovaram a Constituição Federal de 1988. É uma mentira dizer que a nossa Constituição da República é cidadã. Porém, ela é cidadã para os poderosos! Para os trabalhadores e policiais militares, a Constituição da República continua do mesmo jeito que a de 1964. A ditadura, implementada àquela época, é a mesma ditadura implementada hoje!

Por isso, eles utilizam os policiais para reprimir a classe trabalhadora! E a sociedade não conhece o regulamento imposto nas costas dos policiais militares. Vejam, o descumprimento de uma ordem superior hierárquica, por parte de um policial militar, gera cadeia de 2 a 4 com perda da função pública. Por isso, o governador do Estado determina isso aqui com várias grades e vários policiais, pois ele sabe do regulamento arcaico e ultrapassado!

Agora, quanto às condições mínimas e necessárias para os policiais trabalharem a fim de oferecer uma segurança mínima à sociedade, o governo, simplesmente, se esquece.

Estamos vendo viaturas circulando nas ruas que são verdadeiros mausolés, pois todas estão quebradas sem funcionamento e sem manutenção. Entenderam?

Nesta semana, fizemos uma viagem pelo interior e acompanhamos uma viatura de quatro portas que só uma abria uma porta e por fora do veículo. O policial tinha de parar a viatura e pedir a algum cidadão da seguinte maneira: “Por favor, abra a viatura por fora, porque eu quero sair!” E esta mesma viatura funciona normalmente em uma grande cidade do interior da Bahia e sem nenhuma condição para fazê-lo.

Os assaltos a bancos já estão em quase 190 durante ano! E ninguém fala nada sobre isso! Vários policiais já foram assassinados; gerentes de bancos, sequestrados e assassinados!

E não há uma posição favorável sequer do governo do Estado!

Agora, vemos as áreas da saúde e a situação de todos os servidores, totalmente, degradadas. Vimos uma policial militar ser assassinada dentro de um posto de saúde quando a mesma estava ali prestando serviço à sociedade.

O que este governo do Estado fez?

Enterrou a policial no dia com muitas palmas, muitas flores, muita propaganda. Porém, no outro dia, já veio o esquecimento. E o posto de saúde está lá funcionando

do mesmo jeito!

Vimos um grupo de marginais abordar uma ambulância do SAMU em pleno Bonocô, via de grande acesso em Salvador, assassinar uma pessoa que estava dentro da viatura, acusado, segundo eles, de ser traficante naquele momento. E nada foi feito para coibir!

Todas as áreas estão degradadas na Bahia. Todas as áreas, que o serviço público pretende oferecer alguma coisa à sociedade, estão degradadas.

O que o governo faz para o servidor que está sofrendo tanto e que está passando por todas essas dificuldades?

O governo retira seus direitos históricos! Quanto a esses direitos, vários servidores, no passado, lutaram pelos mesmos e inclusive eles!

Vejam, é tanta hipocrisia e demagogia!

Observem, o próprio Partido dos Trabalhadores estava à frente daquelas lutas no passado para adquirir e conquistar esses direitos. E este partido demorou 40 anos para chegar ao governo e quando chega, agora, em apenas 1 dia, está querendo tirar tudo o que eles alegavam ter conquistado.

Posso falar como falei na comissão, porque fui oposição tanto ao governo passado como a este governo agora! Estamos vendo este governo esmagar, literalmente, todos os servidores públicos e acabar com a educação pública. Quanto às universidades estaduais, todas elas estão sucateadas e sem nenhuma condição de ensino. Quanto às universidades federais, essas nem se fala o que o governo federal tem feito! O governo do Estado segue a mesma linha do governo federal sem nenhum investimento na área de educação pública!

Só há propaganda mais uma vez! Aí, está uma área que o governo do Estado tem investido pesado, qual seja, a área de propaganda e a área do marketing político.

Os marqueteiros da Bahia estão nadando em dinheiro e estão dando risada da população, porque o dinheiro, que deveria ir às áreas mencionadas anteriormente, vai para eles. Quanto as outras áreas, o dinheiro tem faltado!

Temos visto, nas ruas, as propagandas. O próprio deputado Alan Sanches denunciou, na semana passada, um outdoor da Embasa; coisa assim de primeiro mundo, um gasto absurdo que este governo do Estado vem fazendo!

Mas quem tem de ser penalizado é o servidor público, pois ele é o responsável por todo o rombo que o Estado está passando! O servidor público é o responsável por tudo o que está acontecendo no Estado. O servidor público é o responsável pelo fato de o Estado estar andando com todas essas condições!

O governador deveria ter a sensibilidade mínima de olhar para o fato de que são esses servidores públicos quem está segurando o Estado da Bahia hoje. Se os servidores públicos não fizesse o mínimo que estão fazendo, o Estado tinha, simplesmente, acabado e tinha virado um caos!

Os bairros de Salvador estão sendo dominados pela criminalidade hoje. Nos bairros de Salvador, hoje, o tráfico, até, dita a hora em que se entra e a hora em que se

sai. Hoje, em vários bairros de Salvador, a polícia só adentra se for com 10 ou 15 viaturas!

Os moradores têm de ser identificados! Nenhum serviço público tem adentrado ali, seja Limpurb, seja Coelba, seja Embasa, sem a autorização do tráfico! Os presídios viraram uma central de comando do crime. Lá, é o escritório particular do crime, onde os criminosos deitam, rolam e comandam todo o crime organizado na Bahia! (Palmas)

O que vemos o governo fazer? Nada em relação a isso! (Palmas)

Até quando esta população ficará inerte e acreditará nesta propaganda mentirosa deste governo?!

Espero que a população vá às ruas e, realmente, cobre e manifeste-se diante de todos esses fatos que vêm ocorrendo! Não dá mais para aceitar!

O próximo ano é de eleição municipal! Não tenho dúvida nenhuma de que o marketing eleitoral e a propaganda do governo, mais uma vez, entrarão em circuito e cuidarão da amnésia do nosso povo para que toda a sociedade se esqueça das coisas recentes acontecidas em nosso Estado!

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Aconteceu, como eu citei agora, a questão da Copa do Mundo. Está, aí, o legado. O resultado é o rombo absurdo que o Estado teve!

E nada ocorreu no Estado!

Concedo um aparte ao nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Soldado Prisco, agradeço pela oportunidade de fazer esse aparte.

Percebemos a “gastança” desenfreada, o dinheiro aplicado e mal gasto pelo governo do Estado. Já tenho 5 anos nesta Casa, nunca imaginei, em minha vida como deputado, que um dia um ex-sindicalista, como o governador Rui, do PT, pudesse enviar para esta Casa um pacote de maldades de uma irresponsabilidade absurda.

Ele modifica a vida das pessoas, dos servidores, de suas famílias. Aqueles servidores que faziam suas programações de fim de ano, início de ano, simplesmente terão suas vidas ceifadas na parte econômica, porque não terão mais o planejamento. Aquelas pessoas que estavam já com os seus 8 anos, já fazendo o planejamento para incorporar, quem disse? Aqueles servidores que estão com 21 ou 23 anos de serviços prestados, guardando as suas licenças-prêmios para, de acordo com algumas instituições, fazer a compra, trocar pelos recursos para funcionar como FGTS, infelizmente esses também não poderão. O governador Rui, do PT, paga assim àqueles servidores que votaram nele em massa. É aquela música que hoje foi cantada na comissão: “você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Obrigado, nobre deputado Alan Sanches.

Como citei na comissão, no programa eleitoral observei muito claramente a

todos os sindicalistas que colocaram e pediram votos para esse governo, informando que a Bahia iria mudar. Aqueles sindicalistas, não estes que estão aqui. Aqueles sindicatos são vendidos a esse governo e nem aqui estão, porque não têm a cara de pau de vir mostrar aos servidores a falsidade e traição que fazem. Temos de saber separar o joio do trigo neste momento. Infelizmente, alguns sindicatos estão comprados e vendidos ao governo, utilizando-se de uma enganação feita no período eleitoral, e agora, nesta Casa, não vemos nenhum deles.

Os servidores que aguardem, porque o pacote de maldades desse governo do Estado ainda não acabou. No ano que vem virá coisa pior do que o que ele faz agora. Quanto ao carnaval, por exemplo, já existem comentários de que as diárias dos policiais, que já não têm reajuste há 4 anos, serão ainda menores.

O próprio governo já está dizendo que não tem recursos para dar reajuste, no ano que vem, aos servidores públicos, pregando o terror, já que alguns Estados brasileiros não estão dando reajuste e estão parcelando os salários. Quem arrombou o Brasil não foram os servidores estaduais nem federais. Está provado na operação Lava-Jato que quem fez um rombo no Brasil foi o Partido dos Trabalhadores. E prega-se terrorismo, dizendo que no ano que vem não haverá reajuste.

É importante que os servidores públicos fiquem atentos para o que ocorrerá na sua data-base, no ano que vem, pois será ano eleitoral. Tenham a certeza de que alguns sindicatos irão se arvorar como lideranças dos servidores público e irão querer mudar essa realidade, como também algumas associações ligadas ao policiais.

Vemos hoje esse governo que se diz sindicalista perseguir sindicalista. Na associação que presido, a maioria dos seus diretores hoje são perseguidos por esse governo. Tivemos quatro demissões praticadas por esse governo em razão da greve dos policiais militares de 2014. Foram 35 policiais militares presos. Um acordo foi assinado por este governo, e ele simplesmente teima em não cumprir. Mas quando o movimento aflora e a categoria não suporta mais a corda no pescoço e parte para um movimento, o que esse governo sindicalista, o que esse governo dito de trabalhadores utiliza? A Lei de Segurança Nacional, que nem foi açambarcada pela Constituição Federal de 88, mas eles sabem utilizar a Lei de Segurança Nacional. Sabem utilizar a GLO, a Garantia da Lei e da Ordem, atos praticados por essa presidente da República, que extingue todos os poderes constituídos e pratica o ato da ditadura.

Esse é o governo dito democrático do Partido dos Trabalhadores. Acabou, todos estão vendo que a máscara caiu. Espero que a população realmente acorde nas próximas eleições para extirpar essas pessoas que traíram não só os servidores públicos, mas toda a população da Bahia e toda população do Brasil que vem sendo enganada, ao longo dos últimos anos, por esse governo.

O mais absurdo é esse governo dizer que tem um rombo, dizer que está preocupado. Mas não era o mesmo governo do ano passado? O secretário veio a esta Casa e falou que estava tudo a mil maravilhas, que as contas do Estado estavam tranquilas, quando assumiu logo o governo, e agora o próprio governo fala que não tem recursos. Mas não era o mesmo governo? Não é um governo de continuidade? É

como o próprio deputado Luciano Ribeiro colocou: há de se investigar, há de se solicitar até uma CPI nesta Casa para investigar, realmente, as contas do governo passado, que é o mesmo governo, para ver como andam as coisas e como estão as contas do nosso Estado, para ver se, realmente, o servidor público do Estado vai pagar por esse erro absurdo que o governo vem praticando.

É inaceitável esse pacote que o governo mandou para esta Casa numa velocidade absurda, querendo votar de forma acelerada. Vimos aqui, na terça e na quarta-feira, um monte de servidores nesta Casa, as Galerias Paulo Jackson estavam lotadas, e hoje vimos servidores de verdade, acredito que eles vieram para a luta... Cadê aqueles outros que o governo chamou para uma conversa reservada? Ninguém sabe o que aconteceu. (Palmas) Cadê aqueles sindicatos que já estão na sua soberba, nas suas casas vendidos pelo governo? O governo os colocou no bolso, e eles não vieram mais aqui.

Foi montado o mesmo aparato – até imaginando que eles viriam para cá cobrar, como houve na semana passada, e o governo retirou o projeto da pauta –, e o governo está tranquilo. Nenhum deputado do governo vem aqui fazer nenhuma manifestação, porque eles sabem que alguns sindicatos estão, na calada da noite, dentro do bolso deles, comprados, infelizmente.

Vocês que são servidores de verdade observem! Haverá eleição desses sindicatos, e não esqueçam do que está acontecendo neste governo, como aconteceu no governo passado com os policiais militares e com os professores nesta Casa, quando, pela primeira vez na história desse Estado, foram cortados os salários dos professores. Contudo, eu vi aquele mesmo sindicato e alguns professores apoiando esse governo na campanha eleitoral.

Então, é muita cara de pau, é muita traição com uma categoria tão valorizada como os servidores públicos, como os professores. A minha esposa é professora do Estado e sentiu na pele a traição daquele sindicato que depois apoiou o governo. Então, agradeço a vocês, que são verdadeiros heróis por estarem lutando contra esse governo absurdo e ultrapassado. (Palmas.)

Então, verifiquem, realmente, quem está defendendo vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão. Em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, depois dos longos discursos que os deputados de Oposição proferiram esta noite, tentando sensibilizar o governo para

sentar e conversar com a sociedade, para escutar as vozes daquelas pessoas que serão afetadas nessa questão, peço que V.Ex^a me conceda uma verificação de quórum de votação. Quero ainda que essa votação seja no painel, para todos terem acesso aos nomes de quem votou a favor e de quem votou contra, e que essa verificação de quórum seja nominal. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, antes de formular a questão de ordem, gostaria de convidar todos os deputados, principalmente os deputados da Base do Governo, a se fazerem presentes neste Plenário, tendo em vista que existe uma solicitação de verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Então, peço aos deputados que estão no cafezinho, aos deputados que estão nos seus gabinetes a se fazerem presentes.

Gostaria que V.Ex^a zerasse o painel, marcasse os 25 minutos regulamentares, Sr. Presidente, e fizesse a chamada verbal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Solicito que o painel seja zerado e que os 25 minutos fossem marcados. Srs. Deputados, há uma verificação de quórum de votação, por favor, marquem as suas presenças.

(Verificação de quórum de votação)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há um pedido de quórum de votação!

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já temos quórum para votação.

Volte-se o painel.

Srs. Deputados, aproveitando que todos estão presentes, informo que se forem votados, na comissão conjunta, a PEC e o PPA, nós votaremos na próxima quinta-feira à tarde a PEC e o PPA.

Quanto à PEC, só posso colocar em votação com a presença de, no mínimo, 39 Srs. Parlamentares. Para a proposta de emenda constitucional, há de ser o quórum qualificado, porque o presidente não vota. Então, para votar, há de se ter, no mínimo, 39 Srs. Parlamentares presentes.

Vou colocar em votação o projeto.

O Sr. Sandro Régis:- Não será no computador?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer no computador?

O Sr. Sandro Régis:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, vou colocar no computador.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero encaminhar o voto à minha Bancada da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como encaminha o voto à sua Bancada da Oposição, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, encaminho votar não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Sandro Régis recomenda votar não.

Deputado Paulo Rangel, como recomenda o voto à sua bancada?

O Sr. Paulo Rangel:- Recomendo votar sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quer votar a favor do projeto em discussão, o projeto do Poder Executivo, vota sim.

Quem quer votar contra, vota não.

Quem quer se abster, vota abstenção.

Em votação.

A votação será aberta.

(Procede-se à votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam votar os deputados Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Euclides Fernandes, Jânio Natal, Neusa Cadore, Targino Machado, Soldado Prisco, Rogério Andrade, Robinho, Reinaldo Braga, Paulo Rangel, Antônio Henrique Júnior.

(Procede-se à votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Vamos ao resultado.

O projeto foi aprovado com 37 votos sim e 16 votos não.

PROJETO DE LEI Nº 21.620/2015

Altera a Lei nº 13.190, de 11 de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo II - A1 e o Anexo II - C, ambos da Lei nº 13.190, de 11 de julho de 2014, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II desta Lei

respectivamente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,

ANEXO I

ANEXO II - A1

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS 2015 a 2017

(Art. 4º, § 1º, da LC nº 101/00)

R\$ 1.000,00

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante (*)	% PIB (A/PIB) x 100	Valor Corrente (A)	Valor Constante (*)	% PIB (A/PIB) x 100	Valor Corrente (A)	Valor Constante (*)	% PIB (A/PIB) x 100
Receita Total	38.091.238	36.234.807	18,23	37.294.421	33.680.646	15,87	38.837.981	33.372.986	15,11
Receitas Primárias (I)	36.227.414	34.461.819	17,33	35.771.173	32.304.999	15,22	37.966.737	32.624.337	14,77
Despesa Total	38.091.238	36.234.807	18,23	37.294.421	33.680.646	15,87	38.837.981	33.372.986	15,11
Despesas Primárias (II)	37.481.414	35.654.704	17,93	35.477.773	32.040.029	15,10	37.045.888	31.833.063	14,41
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.254.000)	(1.192.885)	(0,60)	293.400	264.970	0,12	920.849	791.274	0,36
Resultado Nominal	(107.158)	(101.936)	(0,05)	(38.655)	(34.909)	(0,02)	(417.197)	(358.492)	(0,16)
Dívida Pública Consolidada	18.755.768	17.841.679	8,97	19.029.113	17.185.220	8,10	18.661.916	16.035.948	7,26
Dívida Consolidada Líquida	16.010.768	15.230.460	7,66	15.972.113	14.424.439	6,80	15.554.916	13.366.142	6,05
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0			0			0		
Despesas Primárias advindas de PPP (V)	372.797			466.507			571.499		

Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)		(372.797)			(466.507)			(571.499)	
--	--	-----------	--	--	-----------	--	--	-----------	--

Fonte: Seplan/
SPO e Sefaz

(*) Preços médios de 2014 com base no IGP-DI

ANEXO II

ANEXO II - C

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

METAS FISCAIS ATUAIS **COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS** **TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

METAS ANUAIS

(Art. 4º, § 2º. Inciso II da LC nº 101/2000)

R\$1.000,00

Especificação	Valores a Preços correntes						
		2012	2013	2014*	2015	2016	2017
Receita Total		31.986.173	35.223.977	36.083.946	38.091.238	37.294.421	38.837.981
Receitas Primárias (I)		29.700.464	32.048.819	33.571.967	36.227.414	35.771.173	37.966.737
Despesa Total		30.380.177	34.237.808	36.083.946	38.091.238	37.294.421	38.837.981
Despesas Primárias (II)		28.421.520	31.747.943	34.521.268	37.481.414	35.477.773	37.045.888
Resultado Primário (I - II)		1.278.944	300.876	(949.301)	(1.254.000)	293.400	920.849
Resultado Nominal		1.699.462	259.818	5.240.758	(107.158)	(38.655)	(417.197)
Dívida Pública Consolidada		13.474.098	15.033.682	17.446.253	18.755.768	19.029.113	18.661.916
Dívida Consolidada Líquida		10.617.350	10.877.167	16.117.926	16.010.768	15.972.113	15.554.916

Especificação	Valores a Preços Constantes **					
	2012	2013	2014*	2015	2016	2017
Receita Total	36.416.324	37.804.876	36.083.946	36.234.807	33.680.646	33.372.986
Receitas Primárias (I)	33.814.040	34.397.071	33.571.967	34.461.819	32.304.999	32.624.337
Despesa Total	34.587.895	36.746.450	36.083.946	36.234.807	33.680.646	33.372.986
Despesas Primárias (II)	32.357.960	34.074.149	34.521.268	35.654.704	32.040.029	31.833.063
Resultado Primário (I - II)	1.456.080	322.922	(949.301)	(1.192.885)	264.970	791.274

Resultado Nominal	1.934.841	278.855	5.240.758	(101.936)	(34.909)	(358.492)
Dívida Pública Consolidada	15.340.289	16.135.216	17.446.253	17.841.679	17.185.220	16.035.948
Dívida Consolidada Líquida	12.087.875	11.674.149	16.117.926	15.230.460	14.424.439	13.366.142

Fonte:

Seplan / Sefaz

* Lei Orçamentária

Anual de 2014

**Preços médios

2014 com base no

IGP-DI

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto de lei nº 21.620/2015, que altera a lei nº 13.190, de 11 de julho de 2014, foi aprovado pela Maioria e irá para a sanção de S.Ex^a, o governador Rui Costa.

O próximo projeto institui o regime de redução do valor de multas disciplinadas pelo Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, é só para registrar a responsabilidade da Oposição nesta Casa.

Entendemos que este projeto tem um cunho importante para a sociedade baiana. E, por isso, a Oposição votará sim a este projeto, Sr. Presidente, porque o mesmo protegerá e beneficiará os transportes que, ainda, não estão regularizados; e quanto às multas, haverá um deságio de, até, 80%.

Então a Oposição entende este projeto como muito importante e votará sim, ou seja, a favor do mesmo.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- A minha questão de ordem é para parabenizar os esforços feitos em favor do TAC por todas associações. Parabenizo, também, o Ministério Público, deputado Marcelo Nilo, pois esta instituição conduziu esses trabalhos. Parabenizo e reconheço o empenho da Oposição, pois, sem a Oposição, hoje, nós, do governo, não chegaríamos a um acordo.

Digo da importância deste momento.

O deputado Luciano, inclusive, apresentou 2 emendas que foram acatadas e ele

lerá, agora, o relatório.

O deputado Bira Corôa teve um papel importante neste processo de construção desde o início.

A nossa Bancada está aqui presente.

Acho que a Bahia inteira vence!

Com certeza, haverá um sistema de transporte regularizado que traduzirá em muitos benefícios para a sociedade com o crivo das organizações dos sindicatos, das cooperativas, enfim, dos trabalhadores.

Parabéns a todos neste momento. (Palmas.)

E esta vitória é da Bahia! (Palmas.)

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Obrigado, presidente.

É uma questão de reconhecimento, presidente. Neste momento, queremos reconhecer e parabenizar o empenho do Líder do governo, deputado Zé Neto. Realmente, ele vem acompanhando há muito tempo com o Ministério Público e firmaram um TAC – Termo de Ajuste de Conduta. Hoje, inclusive, o deputado Zé Neto manifestou a sua preocupação.

E, como sabem, sou da região Sudoeste. Eu já fiz, pelo menos, um aviso a todos os deputados representantes da região Sudoeste da Bahia, melhor, a todos eles. Hoje, eu falei que, em janeiro próximo, a região Sudoeste será incluída em 270 linhas que serão licitadas. É um benefício histórico para a Bahia o transporte alternativo, pois a economia da cidade vive em função do transporte alternativo.

Portanto eu quero reconhecer o bom desempenho e a boa vontade do Líder do governo Zé Neto que fez um meio de campo e, hoje, inclusive, ele estava trabalhando ao falar com a Oposição. O Líder Sandro Régis, também, deu a sua contribuição assim como todos os deputados da Oposição.

Esta atitude da Oposição, Sr. Presidente, prova que quanto aos bons projetos para Bahia, nós votaremos a favor dos mesmos e com toda a boa vontade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, faço uso desta questão de ordem, primeiro, para parabenizar, acima de tudo, a capacidade de organização, a perseverança e o respeito de todos que fazem o transporte complementar no Estado da Bahia. São mais de 9 anos de trabalho neste tema, Sr. Presidente.

Desde o governo de Jaques Wagner, esses profissionais e empreendedores do nosso Estado encamparam um processo de luta para a sua regulamentação e

reconhecimento. Isso traduz em resgate à dignidade e em respeito pelo investidor e, acima de tudo, pelo pequeno investidor do nosso Estado.

Sem dúvida nenhuma, esta lei será aprovada por esta Casa. Ressalte-se que a mesma foi encaminhada pelo então governador Jaques Wagner. Para isso, travou-se uma grande batalha acerca da sua regulamentação para, sem dúvida alguma, demarcar as licitações, a fim de assegurar o direito e o uso das linhas com reconhecimento.

Sr. Presidente, o Ministério Público foi, extremamente, importante além da organização do setor.

Também, quero destacar o trabalho do deputado Zé Neto e dos mais diversos deputados que compõem esta Casa em favor de tal tema. E, além do Ministério Público, quero destacar, como interlocutor e mediador desse processo também, o compromisso do governo do Estado em aceitar muitas das proposições apresentadas pelo setor.

Quero destacar o papel importante dos representantes dos transportes regulares a partir da representação dos proprietários de ônibus que, também, sentaram-se à mesa e propuseram-se participar em favor de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – que permitiu chegar ao dia de hoje com muita satisfação ao reconhecer o direito de se regulamentar através do refinanciamento que o Estado oferece dando condições para que os condutores de veículos de transporte complementar possam inserir-se no sistema regular do Estado da Bahia.

Agradeço, acima de tudo, ao governador Rui Costa e, em especial, agradeço, nesta Casa, às duas Bancadas que permitiram o reconhecimento que se fizesse, no dia de hoje, todas as dispensas formais para que este projeto pudesse ser aprovado e essas categorias pudessem sair daqui contentes e reconstruindo um novo dia e um novo momento para a Bahia. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao meu querido amigo e deputado Luciano Ribeiro, eu gostaria de prorrogar a presente sessão ordinária por mais uma hora.

Os Srs. Deputados que aprovam a prorrogação desta sessão ordinária por mais uma hora permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, desde o início, junto ao deputado Bira Corôa, trabalhamos muito sobre esta questão. Gostaria de deixar registrado aqui um fato e, também, gostaria de pedir ao deputado Zé Neto conduzir isso.

Ainda há um passivo muito grande – certo? – de multas que os fiscais da Agerba fazem a esses profissionais. Peço para que intermedeie junto à Agerba a suspensão de determinadas punições a esses profissionais, até porque há alguns fiscais da Agerba que têm exacerbado o seu papel por motivação, me parece, de

perseguição.

Na nossa região há uma fiscal, que nós já denunciemos várias vezes, que está, na minha opinião, exacerbando o seu papel de fiscal, parecendo até que está atendendo a outros interesses.

É nesse sentido que eu queria parabenizar a aprovação, mas pedi ao deputado Zé Neto que conduza neste período, até que se suspenda esse tipo de autuação no Estado da Bahia. (Palmas.)

PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, antes de passar ao relatório, eu queria, também, fazer o registro de que a conquista desse projeto de lei se deu pela construção das mãos de todos os deputados aqui presentes. Todos tiveram uma participação efetiva na sua construção, por isso, a nossa responsabilidade na elaboração desse parecer.

É uma honra muito grande poder ser o relator do projeto, mas se sintam todos os deputados participantes da sua elaboração. Quero dizendo ainda que esta é uma questão que cobramos: a proporcionalidade na nomeação dos relatores dos projetos, que começa a ser obedecida, presidente, mas é preciso que seja realmente proporcional, que ainda não foi. Vários deputados participaram de uma forma mais efetiva, como os Líderes Zé Neto e Sandro Régis, além de Bira Corôa, Herzem Gusmão e tantos outros.

Passo então a relatar o projeto nos seguintes termos:

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.655/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Institui o regime de redução de multas disciplinadas pelo Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia - SRI.'"*

Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, à apreciação da Assembleia Legislativa, projeto de lei instituindo o regime de redução de multas disciplinadas pelo Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia.

A proposição tem por objetivo 'possibilitar a redução dos valores das multas por infrações administrativas, decorrentes de autuações disciplinadas na Lei 11.3278, de 18 de fevereiro de 2009, lavradas até 31 de julho de 2015, visando à arrecadação imediata dessa receita bem como a solução dos litígios existentes entre as concessionárias e a administração pública', conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que 'a solução desses litígios possibilitará a renovação, em caráter extraordinário, das Permissões e Contratos de Concessão, buscando regularizar o serviço de transporte público intermunicipal.'

Desde que recolhido integralmente no prazo de 90 dias, o valor da multa

decorrente de autuação disciplinada na Lei nº 11.378/2009 e Resolução AGERBA nº272001, lavradas até 31 de julho de 2015, terá a seguinte redução: I. para os serviços não cobertos por Termo de Permissão ou Contrato, 80%; II. para os serviços cobertos por Termo de Permissão ou Contrato, 30%.

O projeto prevê ainda a anistia para as demais sanções ou penalidades decorrentes das autuações objeto do benefício ora proposto.

O projeto recebeu duas emendas, ambas de autoria da Bancada da Oposição. A emenda nº 1 propõe alteração no art. 1º, a ampliação do período a ser alcançado pela redução das multas, de 31/07/2015 para 31/12/2015.

A emenda nº 2 propõe a ampliação do prazo para recolhimento do valor da multa, de 90 para 120 dias. Opino pela acatamento das duas emendas, as quais levam a um aperfeiçoamento da proposta e beneficiam aqueles alcançados pela medida.

Por fim, venho, na condição de Relator, apresentar a seguinte emenda:

Emenda de Relator: Altere-se o Projeto de Lei nº 21.655/2015 para modificar a redação do art. 4º e incluir um art. 5º, da seguinte forma:

“Art. 4º - O art. 2º e o inciso I do art. 7º, ambos da Lei nº 13.449, de 21 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O Programa CONCILIA BAHIA será implementado no período de 03 de novembro de 2015 a 29 de dezembro de 2015, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia a fixação do período para realização de mutirão de negociação e o agendamento das audiências de conciliação.

Art. 7º -

I - pagamento em espécie e recolhimento integral do débito ou da primeira parcela até o dia 30 de dezembro de 2015;

.....

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo alterar o Projeto de Lei nº 21.655/2015 para prorrogar o prazo de vigência do Programa Concilia Bahia, instituído pela Lei nº 13.449, de 21 de outubro de 2015.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pelas emendas acolhidas e pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões o parecer do nobre relator, deputado Luciano Ribeiro. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Em votação no Plenário o projeto de lei do Poder Executivo de número

21.655/2015, que institui o regime de redução do valor disciplinado pelo Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de passageiros do Estado da Bahia. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. O projeto irá à sanção de S.Ex^a o governador Rui Costa. Aprovado por unanimidade. (Palmas.)

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.655/2015

Institui o regime de redução do valor de multas disciplinadas pelo Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia - SRI.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - As multas por infrações administrativas, decorrentes de autuações disciplinadas na Lei nº 11.378, de 18 de fevereiro de 2009 e, no que couber, na Resolução AGERBA nº 27/2001, lavradas até 31 de dezembro de 2015, incidentes sobre a prestação do serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado da Bahia, poderão ter os seus valores reduzidos, desde que os interessados, que estejam prestando o serviço, o requeiram no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º - O valor reduzido da multa deverá ser recolhido integralmente no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, conforme abaixo disposto:

a) para os serviços não cobertos por Termo de Permissão ou Contrato de Concessão, o percentual de redução é de 80% (oitenta por cento);

b) para os serviços cobertos por Termo de Permissão ou Contrato de Concessão, o percentual de redução é de 30% (trinta por cento).

§ 2º - O não recolhimento da multa no prazo de 120 (cento e vinte) dias fixado, na forma do §1º deste artigo implica renúncia à redução prevista nesta Lei, com o restabelecimento do valor originário do débito.

Art. 2º - Para fruição do benefício previsto no art. 1º desta Lei, o autuado deverá reconhecer, expressamente, a procedência da autuação, ficando a sua concessão condicionada a:

I - desistência expressa de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo;

II - desistência de eventuais ações ou embargos à execução nos autos dos processos judiciais, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, assumindo a

responsabilidade pelo pagamento das despesas processuais respectivas.

Parágrafo único - O autuado deverá adotar as providências a que se refere este artigo em até 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, sob pena de ser caracterizada renúncia ao direito de redução do valor das multas por infrações.

Art. 3º - As demais sanções ou penalidades, decorrentes das autuações objeto do benefício de que trata esta Lei, ficam anistiadas.

Art. 4º - O artigo 2º e o inciso I do artigo 7º, ambos da Lei nº 13.449, de 21 de outubro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** - O Programa CONCILIA BAHIA será implementado no período de 03 de novembro de 2015 a 29 de dezembro de 2015, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia a fixação do período para realização de mutirão de negociação e o agendamento das audiências de conciliação.

.....
Art. 7º -

I - pagamento em espécie e recolhimento integral do débito ou da primeira parcela até o dia 29 de dezembro de 2015;

....."

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2015.

Deputado Luciano Ribeiro
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, sou obrigado a convocar uma sessão extraordinária a realizar-se um minuto após o encerramento desta, a fim de votar em segundo turno o projeto do deputado Luciano Ribeiro de número 21.638/15.

Convoco uma sessão extraordinária a realizar-se um minuto após o encerramento desta para votarmos o projeto em segundo turno, o projeto do deputado Luciano Ribeiro de número 21.638/15.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.